



FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE LISBOA

QUALIFICAR E UNIFICAR O BAIRRO DO CASAL NOVO ATRAVÉS DO ESPAÇO  
PÚBLICO E DO EQUIPAMENTO

**O ESPAÇO PÚBLICO E AS AUGI'S:**

o Centro Comunitário como elemento de integração social  
e de convivência intergeracional

**João Alberto Morgado Mogas Dias Costa**

**(Licenciado)**

Trabalho final de Mestrado na modalidade Projecto Final de Mestrado para obtenção do grau  
de Mestre em Arquitectura

**Orientador científico:** Professor Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

**Coorientador científico:** Professora Doutora Maria Manuela Ferreira Mendes

Setembro, 2015

## **Agradecimentos**

À Cidade de Lisboa  
Onde vim buscar saber,  
sorte e confiança  
Onde ao chegar, encontrei  
O Miguel, a Rosarinho e o Élsio  
Colegas, Amigos  
A quem também dedico este  
Trabalho Final de Mestrado

É tão complicado e difícil contabilizar o número de pessoas que me ajudaram, inspiraram e que me fizeram crescer enquanto Homem, aspirante a Arquitecto. Que me deram forças para a tão difícil batalha que percorri, com altos e baixos e momentos de desinspiração. Nunca conseguirei por palavras, explicar o quanto estou grato a todos por todos os momentos deste longo caminho.

Sou particularmente grato ao apoio e informação e saberes que sempre me foram facultados com palavras de Amigo, ao auxílio e crítica constante do Professor Doutor Pedro Rodrigues e da Professora Manuela Mendes que sempre me apoiou com o seu saber, compreensão e a amável dedicação intensa a este trabalho, à Professora Doutora Maria Soledad, que foi a primeira Professora a ensinar-me o Projecto, ao Professor Doutor Ricardo Silva Pinto que, com amizade me dizia para parar um pouco, respirar, divertir-me um pouco para não estar “sempre a bater na mesma tecla”. Ao Professor Doutor Diogo Burnay pelo constante e intenso “não” aos devaneios de um jovem estudante, que me fez mudar a minha visão e a minha vida também, enquanto Homem. Ao Professor Doutor Robert Ast da Politécnica de Poznan e, a Professora Agnieszka Rumiez que tanto me ajudaram e ensinaram na bela cidade Universitária de Poznan.

Ao Professor Doutor António Santos e ao Professor Doutor Jorge Spencer que através das suas palavras me fizeram amar a arquitectura. Ao Professor Doutor José Crespo e ao Professor Doutor Jorge Ribeiro pela grande ajuda no tratamento de dados estatísticos e no trabalho de inquérito por questionário a uma amostra de residentes do bairro.

Aos Professores da Escola Secundária Campos Melo, Professora Doutora Ana Cristina, Professor João Boléu e Professor José Manuel Pereira pelo carinho e ensinamentos de arte. À Professora Maria Pilar e à Professora Teresa Correia.

À Joana e ao Francisco, à Sara, à Mafalda e ao meu querido “irmão” Rui e à “mana” Li, ao Rúben, ao João e ao Galvão, Simão e Basílio, também eles meu “irmãos”.

Agradeço também de coração à Jornalista e Fotógrafa Adriana Freire, que me abriu as portas da Cozinha Popular da Mouraria, sua “obra” e sua ideia e desejo de vida, organizando um complexo conceito comunitário e de partilha. Ao Sr. Francisco José Patinhas, auxiliar do Complexo Desportivo do bairro da Boavista, que amavelmente me abriu as portas do Complexo e me explicou os seus “longos” 10 anos de trabalho na “sua casa”.

Acima de tudo agradeço à minha família por todo o amor e apoio que me têm dado ao longo da vida e de tanto orgulho que tenho deles por me ajudarem, apoiarem (mesmo quando eu não estava certo), auxiliarem, abrigarem-me e com muita emoção digo que tenho os meus familiares sempre junto ao meu coração. Aos meus queridos pais, Maria Filomena Costa e Joaquim Dias Costa, tia Maria Iria e primo José Pinto, pela amizade e carinho que sempre demonstraram. À Dona Regina que sempre me tratou como um filho.

Ao meu tio António Bastos Pinto, Tenente Coronel de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana e ao meu avô José Mogas e avó Maria da Piedade, ao meu avô João Costa e a avó Maria da Conceição, a todos eles que infelizmente já não me poderão ver apresentar este trabalho de final de mestrado, mas que estarão sempre a olhar por mim.

## RESUMO

Neste trabalho final de mestrado propomos uma abordagem ao tema das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's), centrando a análise na ausência de espaço público, nomeadamente no bairro do Casal Novo, em Odivelas.

Neste trabalho que envolve uma componente de investigação e outra de cariz mais prático, procurou-se encontrar respostas à seguinte questão: de que modo poderão o desenho do espaço público e a inclusão de equipamentos promover a sociabilidade e a integração social numa AUGI.

A importância do desenho e qualidade do espaço público, como fundador de urbanidade é aqui evidenciado, já que se impõe nestes territórios um redesenho humanizado e compatível com as singularidades do lugar. Para além disso, para que o desenho do espaço público ganhe “vida”, aquele terá de ter em conta características de densidade populacional e edificatória para o lugar onde é proposto.

Através da análise documental, da análise dos casos de referência, da observação in loco e com base nos resultados do inquérito por questionário realizado a alguns moradores, procurou-se delinear boas práticas ao nível da (re)integração do espaço público nas AUGI's.

O estudo da importância da qualificação das AUGI's através de espaço público culmina no final deste presente trabalho numa proposta de intervenção para o bairro do Casal Novo em que se pretendeu unificar o bairro tendo em linha de conta, as características sociais, económicas, culturais, assim como as vivências e necessidades da população que o habita. A intervenção aposta na qualificação do espaço público e na implantação de equipamentos enquanto elementos facilitadores das relações comunitárias e intergeracionais.

**Palavras-chave:** AUGI, Bairro do Casal Novo, espaço público, convivência intergeracional



**ABSTRACT**

In this final master we propose an approach to the theme of urban areas of Illegal Genesis (AUGI), focusing the analysis in the absence of public space, particularly in the Casal Novo neighborhood in Odivelas. In this work that involves a research component and another of a more practical, tried to find answers to the following question: How can the design of the public space and the inclusion of equipment promote sociability and social integration in an AUGI.

The importance of the design and quality of the public space, as founder of urbanity is evident here, as we must in these territories a redesign humanized and compatible with the singularities of the place. In addition, for the design of public space win "life", that will have to take into account features of population density and density of constructed building to the place where it is proposed. Through the analysis of documents, analysis of reference cases, on-site observation and based on the results of the survey conducted to some residents, sought to outline good practices at the level of (re) integration of public space in the AUGI's.

The study of the importance of the qualification of the AUGI's through public space culminates at the end of this present work on a proposal for the couple's New neighborhood in which they intended to unify the neighborhood taking into account the social, economic, cultural characteristics, as well as the experiences and needs of the population that inhabits it. The intervention bet in qualification of public space and the deployment of equipment as part of the community and intergenerational relations facilitators.

**Key words:** AUGI, Casal novo neighborhood, public space, intergenerational coexistence

ÍNDICE

**Agradecimentos**

**Resumo**

**Abstract**

**Índice**

**Índice de Imagens**

**Introdução**

**CAPÍTULO 1. Fundamentos Teóricos**

1. Áreas Urbanas de Génese Ilegal

2. A importância do espaço público

2.1 – Importância na (re)integração do espaço público na estrutura urbana

2.2 – Importância na autonomia e quantidade de espaço público para a vida urbana e sociabilidade

2.3 – Importância da civilidade e sociabilidade

2.4 – Tipos e utilização do espaço público

2.5 – Separação e confronto entre espaço privado e espaço público

2.6 – Importância do desenho urbano

2.7 – Importância do mobiliário urbano

2.8 – Importância da responsabilidade colectiva no projecto e uso do espaço público

3 .Vitalidade no espaço público

3.1 – Importância da vitalidade no espaço público através da promoção de actividades

3.2 – Vitalidade e liberdade no espaço público

3.3 – Prazer de ver e ouvir os outros

3.4 – Vitalidade e ausência de vitalidade nos espaços de fronteira

4 . Desenho e qualidades de espaço público

4.1 – (Re)desenho do espaço público como fundador de urbanidade

4.2 – Desenho do espaço público para todos

4.3 – Escala Humana

4.4 – Desenho de acessibilidade e mobilidade

4.5 – Desenho do espaço público consoante densidade populacional e edificatória

## **CAPÍTULO 2. Contextualização do bairro do Casal Novo**

1. Caracterização do bairro e da sua população
- 2 . Inquérito por questionário a amostra de residentes

## **CAPÍTULO 3. Análise de casos de referência**

- 3.1 – Alguns dados sobre o Centro Desportivo do bairro da Boavista
- 3.2 – Alguns dados sobre o Fórum Luís de Camões
- 3.3 – Alguns dados sobre a Cozinha Popular da Mouraria

## **CAPÍTULO 4. Descrição e desenvolvimento da componente projectual**

- 4.1 – Objectivos
- 4.2 – Programa

## **Considerações Finais**

## **Bibliografia**

## **Anexos**

**Anexos 1- Modelo do inquérito por questionário**

**Anexos 2 – Desenhos arquitectónicos da componente projectual**

## ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

- Figura 1/2 – Bairro do Casal Novo – modos de apropriação
- Figura 3 – Bairro do Casal Novo
- Figura 4 – Permeabilidade e atravessamento de ruas
- Figura 5 – Exemplo de espaço público e malha urbana irregular
- Figura 6/7 – Actividade no espaço público do centro de Poznan - Polónia
- Figura 8 – Centro de Krakow - Polónia
- Figura 9 – Sociabilidade no centro de Viena
- Figura 10 – Hierquização do espaço
- Figura 11 – Espaço de transição público-privado
- Figura 12 – Deslocamento protegido junto à fachada
- Figura 13 – Proximidade do espaço de transição ao privado
- Figura 14 – Lugares de paragem aproveitando nichos e degraus
- Figura 15/16 – Diferentes oportunidades para sentar – Viena – Áustria
- Figura 17/18 – Actividade no espaço público
- Figura 19/20 – Sentar/ver e observar outros no espaço público
- Figura 21 – Ponto de observação – Miradouro “Adamastor” – Lisboa
- Figura 22/23 – Ver e observar os outros em movimento
- Figura 24/25 – Centro de Poznan - Polónia
- Figura 26-29 – Diversos equipamentos urbanos no espaço público
- Figura 30/31 – Espaço público de Krakow e Warszawa - Polónia
- Figura 32 – Rua de pequenas dimensões com actividade – Alfama - Lisboa
- Figura 33/34 – Acessibilidade e mobilidade lado-a-lado
- Figura 35-38 – Crescimento do bairro do Casal Novo (1977, 1982, 1990 e 1998, respectivamente)
- Figura 39-48 – Espaço público exterior e interior do Centro Desportivo do bairro da Boavista
- Figura 49-57 – Espaço público e acessibilidade no Fórum Luís de Camões
- Figura 58-67 – Interior e exterior da Cozinha Popular da Mouraria
- Figura 68-70 – Desenhos em “planta” e perspectiva das primeiras ideias
- Figura 71/72 – Estudo de perspectivas e desenho da relação entre pátio e praça
- Figura 73/74 – Perspectiva da entrada no pátio e acesso ao Restaurante, comunicando com a praça

Figura 75 – Estudo de luz zenital na biblioteca

Figura 76 – Estudo do interior dos equipamentos e serviços, percursos no parque e áreas recreativas

Figura 77 – Estudo de coberturas e pavimentos

Figura 78 – Estudo do pátio e mobiliário urbano junto à entrada da biblioteca

Figura 79 – Espécies arbóreas do parque visíveis por cima dos equipamentos, tentando motivar e que seja um elemento apelativo à “ida ao parque”

Gráfico 1 – Tipos de edifícios

Gráfico 2 – Tipologias de edifícios

Gráfico 3 – Alojamentos vagos

Gráfico 4 – Áreas dos edifícios

Gráfico 5 – Caracterização da população residente

Gráfico 6 – Grupos etários dos residentes

Gráfico 7 – Escolaridade da população residente

Gráfico 8 – Actividade profissional

Gráfico 9 – Sector de actividade

Gráfico 10-13 – Idades, género, nacionalidade e freguesia de residência

Gráfico 14-17 – Nível de escolaridade, actividade profissional, estrutura etária e membros de associações

Gráfico 18-21 – Desejo de horta, fim-de-semana no bairro, religião e frequência de ida ao local de culto

Gráfico 22/23 – Meio de transporte e tempo de deslocamento para o trabalho

Gráfico 24– Equipamentos necessários no bairro do Casal Novo

Gráfico 25/26 – Necessidade de espaço público e capela mortuária

Gráfico 27 – Valências do possível centro comunitário

Gráfico 28 – Grupos A, B, C e D e seus comportamentos

Gráfico 29 – Grupos E e F e seus comportamentos

Gráfico 30 – Grupos A, B, C e D e seus interesses e desejos

Gráfico 31 – Grupos E e F e seus interesses e desejos

Gráfico 32 – Perferências dos grupos A, B, C e D

Gráfico 33 – Perferências dos grupos E e F



## INTRODUÇÃO

Tendo como tema a interrelação entre espaço público e as áreas urbanas de génese ilegal (AUGIS) e tendo como referente empírico o Bairro do Casal Novo em Odivelas, o presente Trabalho Final de Mestrado (TFM) procura a sua compreensão, partindo do pressuposto de que o espaço público é um elemento decisivo nas relações espaciais e humanas.

Neste âmbito, pretende-se, ainda, conhecer e explorar possíveis variações e intervenções urbanas no espaço público, focando a sua integração e redesenho, tendo em conta algumas condicionantes, que neste caso partiram de uma ocupação informal do espaço físico.

A abordagem a esta temática tem por base a sua conceptualização e a forma como é pensada e projectada na arquitectura que se pratica na conjuntura actual. Na história da arquitectura, a interpretação do espaço público foi constantemente adaptada às ideologias arquitectónicas de cada época, bem como a condicionantes sociais, culturais e económicas e de acordo com as políticas urbanas subjacentes. Nas cidades medievais, por exemplo, o espaço público era desenhado à escala do homem e para o homem; contrariamente, no século XX com a industrialização, a sucessão de grandes edifícios e a densificação do construído, fazem esquecer e diminuir a importância do espaço público. Podemos ainda referir o período moderno em que os elementos transicionais, como galerias, pátios e praças, por exemplo, foram perdendo relevância na forma de pensar e de fazer arquitectura. O espaço público passou a ser uma sucessão de espaço livre, perdendo a escala humanizada que existiu noutras épocas. No entanto, actualmente há uma maior consciência da importância do espaço público, do espaço de encontro e de sociabilidade. Mais do que espaços de transição, estes tendem a assumir-se como espaços polivalentes, com serviços, equipamentos, parques, entre outras valências ou funções, que servem e contribuem para o bem-estar e qualidade de vida dos habitantes e visitantes. Apesar de uma percepção mais abrangente face às necessidades da realidade social, grande parte dos edifícios actuais apenas correspondem em certa medida à necessidade funcional de circulação no que diz respeito ao tema em questão. As perturbações exteriores à habitação, a par das que têm origem dentro da

própria casa tornam imprescindível o reinterpretar das noções de individual e de colectivo.

Tornou-se imperativo pensar o espaço público, o alpendre, o átrio, o pátio, a praça, como lugares de actividade, de permanência e de encontro informal. É neste sentido que se procurará realçar a importância do referido espaço no estabelecimento de relações inter-espaciais e de sociabilidade nos diferentes níveis entre privado e público. Paralelamente, analisar-se-á o fenómeno das AUGI's nas suas facetas, nomeadamente a sua origem e consolidação, assim como a sua inter-relação com a envolvente.

Nesta investigação, longe de tentar impor uma solução universal e única, procurou-se sobretudo refletir sobre a procura de respostas que melhor se adequem a uma boa prática da arquitectura recorrendo a casos de referência que permitam uma melhor base para a fundamentação e clarificação da componente projectual.

Ao longo deste trabalho procura-se obter respostas e soluções para a seguinte questão orientadora: de que modo poderão o desenho do espaço público e a inclusão de equipamentos promover a sociabilidade e a integração social numa AUGI.

Como resposta a esta questão delineamos uma hipótese: é a concepção de espaço público, visando promover o acesso por parte da população e fomentar o contacto, a vivência e a interação, que é possível fortalecer o sentimento de comunidade e de bairro, não fechado em si, mas aberto à sua envolvente.

Posto isto, pretende-se operacionalizar um quadro de respostas que justifique as opções de projecto, o que passa pelo redesenho urbano do Bairro do Casal Novo e pela promoção da qualidade do espaço público, relacionando-o com um equipamento polivalente para uso da comunidade do bairro, assim como da sociedade envolvente.

Para um melhor conhecimento do objecto de análise, recolheu-se e analisou-se informação bibliográfica suficientemente esclarecedora sobre um conjunto de conceitos fundamentais, necessários ao desenvolvimento da fundamentação teórica deste estudo, o que se tornou relevante para as opções do projecto.

Pelas características do trabalho em questão e também pela sua complexidade, optou-se, por seleccionar alguns casos de referência, que envolvessem os tópicos - espaço público e equipamentos de uso público - e



cujos territórios de implantação tivessem semelhanças e/ou contrastes com a zona de intervenção.

No plano metodológico usou-se várias técnicas de recolha e análise de informação, para além da análise de bibliografia diversa que cruza áreas como a arquitectura, urbanismo e ciências sociais, utilizamos a análise estatística que se centrou sobre a informação sobre o bairro em análise (população e edificado) e disponível nos censos de 2011. Para além disso, utilizou-se ainda a observação directa nas visitas que efetuamos ao bairro, complementada com a técnica do inquérito por questionário que foi aplicada a uma amostra (não probabilística) de 72 residentes.

Com a realização deste trabalho pretende-se alcançar os seguintes objectivos: conhecer a importância e as soluções possíveis ao nível da qualificação do espaço público, nomeadamente processos e intervenções de requalificação de AUGI's e partes da cidade informal. Uma vez que o espaço público configura, em grande parte, a imagem sensível que se tem dos espaços urbanos, em termos físicos e sociais e desempenha uma função relevante na identificação dos habitantes para com determinado lugar, convém apostar na concepção e respectiva qualificação integrada na respectiva malha urbana.

Em complementaridade, procura-se compreender e analisar as relações e a gradação entre espaço público e privado, importantes para o equilíbrio urbano, arquitectónico e social.

Para além disso, tenciona-se perceber de que forma como o desenho desses espaços tem influência nos processos identitários entre população e espaço do bairro, ocasionando assim, modos de estar e sentir para com o mesmo. É também fulcral que o projecto proposto vise melhorar a imagem do bairro para com a sua envolvente.

A adequação do desenho do espaço público, tendo em conta essa gradação em níveis é um factor essencial para consolidar a identificação do indivíduo com o meio urbano que o acompanha.

No que se refere ao projecto de desenho urbano no bairro do Casal Novo, é nossa intenção intervir na unificação do bairro através do espaço de uso público, por este motivo, a qualificação, pormenorização e humanização do desenho urbano e da arquitectura são condições fundamentais enquanto preocupações e temas de estudo no desenvolvimento do projecto.

Neste contexto e na componente projectual, desenvolveu-se um projecto de requalificação do Bairro do Casal Novo desprovido de qualquer lugar de encontro (seja este informal ou formal), sugerindo-se a inclusão de espaço público e equipamento de cariz público – Centro Comunitário e Polo Multifunções – assumindo-se como um elemento dinamizador da estrutura social.

Numa primeira instância, esta intervenção foi aproximando conceitos, assumindo o espaço público como elemento da coesão urbana e social e as soluções alcançadas foram sequencialmente enquadradas no contexto urbano através de um Centro Comunitário conectado com um polo cultural (ambos emparelhados a um parque arborizado). Nesta última fase, as intenções do projecto focaram-se na relação do domínio público com o privado, na importância do espaço “à porta de casa”.

Consequentemente aplicaram-se um conjunto de respostas, procuradas na elaboração do corpo teórico, que se indicam como sendo as mais indicadas, para preservar a integridade dos espaços que se interligam e para satisfazer as necessidades dos residentes.

A estrutura deste documento está organizada por temas e subtemas dentro de cada capítulo, sendo formado por quatro capítulos subdivididos em temas a eles referentes. No primeiro capítulo são apresentados os fundamentos teóricos. Primeiramente é feito um enquadramento ao fenómeno das AUGI's e nos pontos seguintes, é introduzido o tema do espaço e sociedade e, tece-se algumas considerações sobre o espaço público, nomeadamente a sua importância e funções, desenho urbano, qualidade de vida, qualidades de espaço público; a terminar, alude-se à ausência e esquecimento de espaço público nas AUGI's.

No segundo capítulo – Contextualização do Bairro do Casal Novo – apresenta-se uma caracterização sociodemográfica dos residentes, assim como, uma análise aos problemas, aspirações e necessidades do bairro, incidindo principalmente no espaço público e qualidades desejadas.

No terceiro capítulo – Análise de casos de referência – apresentam-se alguns casos de referência localizados em território nacional e que englobam espaço público exterior e equipamentos de uso público e que se interligam com os propósitos da componente projectual deste trabalho.

O quarto capítulo – Intervenção no bairro do Casal Novo - componente de projecto – mostramos como foi feita a articulação dos conhecimentos adquiridos e revelados nos capítulos anteriores com o projecto associado ao (re)desenho do Bairro do Casal Novo, com especial enfoque na resolução dos espaços “livres” apontados pela Câmara de Odivelas, com vista à definição formal do espaço público de encontro, abrangendo serviços e equipamentos. Por fim, faz-se uma reflexão em torno das principais conclusões resultantes deste trabalho teórico-prático.



## CAPÍTULO 1- FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 1. Áreas Urbanas de Génese Ilegal

Em Portugal, nas décadas de 30 e 40 surgem os chamados “bairros clandestinos” (Santos 2008) maioritariamente nas zonas periféricas de Lisboa, Setúbal e Évora, se bem que no início com uma implantação circunscrita.

Sabemos também que na época haveria uma certa permissividade administrativa e policial, resultando na construção principalmente (e rapidamente) durante a noite, para que estando as paredes erguidas, já não fossem demolidas; caracterizando-se por “construções precárias, em bairros onde o poder económico era baixo, improvisadas à medida dos recursos materiais disponíveis e sem equipamentos ou serviços que garantissem as mínimas condições de vida”.

Segundo António Barreto (1996) na década de 1950 sucederam em Portugal profundas alterações a nível económico, resultantes do desenvolvimento da actividade industrial, principalmente nas zonas do litoral, com maior expressão nas regiões de Lisboa e Porto, originando consequentemente um boom na construção.

A industrialização que aconteceu sem um planeamento eficaz, produziu um êxodo das zonas rurais e um crescimento acelerado dos centros urbanos, refletindo-se numa expansão urbana desordenada que fez com que as grandes cidades (Lisboa e Porto) não tivessem capacidade de resposta a nível de infraestruturas, originando uma preocupante carência habitacional.

Esse desenvolvimento urbano exponencial exigiu, em 1951, novas regras urbanísticas que deveriam assegurar a protecção dos interesses colectivos em Portugal, “de modo a tornar a vida da população mais sadia e agradável e a dar aos núcleos urbanos e rurais um desenvolvimento correcto, harmonioso e progressivo” (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 38382 de 7 de Agosto). Este texto legal instituiu a figura do licenciamento municipal a partir do Decreto-Lei n.º 38382, que introduziu o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) passando a ser exigido o pedido de licenciamento municipal para a “execução

de novas edificações ou de quaisquer obras de construção civil, a reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição das edificações e obras existentes e bem assim os trabalhos que impliquem a alteração da topografia local” (art.º. 1º do Decreto-Lei n.º 38382).

Segundo Ferreira (1987:54), em 1960, Portugal apresentava uma deficitária produção habitacional – 3,26 fogos por 1000 habitantes, cerca de um terço das recomendações internacionais estipuladas. Estas carências habitacionais que eram não só de natureza quantitativa mas também qualitativa (más condições de habitabilidade, fogos de padrões reduzidos, falta de infraestruturas, etc.) deviam-se por um lado aos baixos padrões de nível de vida, bem como ao fraco ritmo da urbanização e ao baixo grau de industrialização.

Nos anos 60, com à abertura de Portugal a *European Free Trade Association* (EFTA), o aprofundamento das relações de produção capitalista na agricultura e o envolvimento nas guerras coloniais ditaram profundas alterações nos processos de apropriação/ocupação do espaço e urbanização com repercussão sobre a dimensão das necessidades sociais, nomeadamente ao nível da habitação.

Foi também importante a implementação de um conjunto de reformas do âmbito jurídico-institucional com legislação sobre solos, sobre planeamento urbano e repressão clandestina.

Assim, foram criados serviços, como seja o Fundo de Fomento à Habitação (FFH), a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), a Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo (SEHU) e a Direcção Geral dos Serviços de Urbanismo (DGSU). No entanto, embora tenham sido previstos grandes empreendimentos habitacionais nos Planos de Fomento, estes não tiveram início antes de 1974. Ainda segundo Ferreira (1987), as expropriações de terrenos necessários à construção com participação do sector público, conheceram vários avanços e recuos.

Até 1965, a criação de solo urbano estava dependente de planos de urbanização elaborados pela Administração (Raposo, 2010), com o Decreto-Lei n.º 46673, de 29 de Novembro de 1965, foi instituída a figura do loteamento urbano, sendo este promovido por particulares e posteriormente sujeitando-se a licenciamento municipal. Contudo veio a verificar-se que este texto legal acabou por favorecer as actividades especulativas. “A par da cidade legal, expande-se assim a cidade não-legal, que é produzida por processos não

controlados institucionalmente, à margem das normas jurídicas estabelecidas e contrariando os princípios aprovados para orientar o crescimento urbano. (Jorge, 2010).

Deste processo ficaram marginalizados do mercado legal de terrenos os pequenos construtores e as famílias que procuravam construir casa própria, o que deu origem ao aparecimento de loteadores ilegais que, conseguindo também áreas de terrenos rústicos nas periferias urbanas criaram um mercado alternativo com preços baixos, o que originou o desenvolvimento da construção clandestina.

Podemos assim considerar que durante algumas décadas existiu um mercado com duas tendências: uma legal, privada, que dependia da administração urbanística, centralizada, fortemente burocrática, com processos morosos de licenciamento, loteamento, construção e forte especulação imobiliária que produzia praticamente em exclusivo para um mercado abastado, cobrindo 30% da população, sendo inacessível para os outros 70% (Ferreira 1987:57). Devido a estes preços altos, praticados nos centros urbanos, as populações de baixas qualificações profissionais e reduzidos orçamentos, recorriam ao sector clandestino que respondia às suas necessidades habitacionais e capacidade económica.

Entendemos ser importante analisar, identificar e explicar as formas de habitar e estrutura do modo de vida dos residentes de AUGI's. A habitação "como bem heterogéneo, durável e essencial à sobrevivência quotidiana" também é em si, "um indicador directo das desigualdades sociais na cidade". Para os residentes de AUGI's a compra de lotes a fim de construir e apropriar o espaço foi tida em conta, como sendo um "espaço-símbolo de realização pessoal" mas para os grupos sociais característicos do movimento clandestino significa também, "uma forma de promoção social". (Guerra, 1998:119)

Os moradores das AUGI's têm como principal origem e, assim o é também no bairro do Casal Novo, "uma origem rural, sofrendo um processo de migração do rural para o urbano (...) os seus progenitores tinham actividades ligadas ao trabalho agrícola, maioritariamente como camponeses ou assalariados" (Guerra, 1998:120)

Consideramos evidente que, a decisão de construir pela via ilegal do clandestino e em que, as motivações para tal se cruzam com "um complexo jogo de variáveis que passam quer pela precariedade da situação habitacional

anterior, quer pelas características do seu perfil económico e social, fazendo crescer significativamente as dificuldades de acesso ao alojamento dentro de um mercado legal de oferta habitacional” (Guerra 1998:121).

Na combinação entre a motivação de construir uma casa que refletisse o desejo de bem-estar na vida, um futuro para si e para os seus filhos (funcionando também como um legado a deixar aos filhos), a “casa clandestina parece apresentar-se como o limiar de aspiração possível face às dificuldades de promoção a outros níveis da vida social” (Guerra, 1998:121)

Entendemos que o desejo de ter uma moradia unifamiliar está relacionado com a propriedade e, funciona também, como referimos, como “expressão da afirmação de um modo de habitar”, em oposição ao modelo de habitação colectiva que “não oferece às práticas de vizinhança mais do que o uso comum e conflitual dos espaços de acesso e circulação, entendendo que a moradia familiar garante uma maior autonomia e privacidade” (Guerra et al., 1996:5)

Tanto os actuais residentes do bairro do Casal Novo, como de outras áreas urbanas de génese ilegal, tinham a intenção de trazer o rural para o urbano, valorizando “o espaço exterior enquanto espaço necessário de prolongamento do fogo” (Guerra et al., 1996:5)

“A posse de uma moradia horta/jardim oculta muitas vezes, um dispêndio de trabalho perspectivado sob a sua utilização económica”, para ajuda nas despesas, colhendo e consumindo os produtos hortícolas e, também, como actividade lúdica e ocupação dos tempos livres. (Guerra et al., 1996:5)

Consideramos que este modelo de habitar – a habitação unifamiliar (“vivenda”) “tem um efeito reestruturador do modo de vida, tendente a um autofechamento individual e familiar em torno da casa e da vida local e tende a ser concebido como “artefacto pessoal, espaço de realização individual e familiar” originando uma vida menos comunitária (Guerra et al., 1996:6)

“A família assume-se como um elemento definidor e organizador de todo o processo de construção clandestina e é o seu principal suporte” (Guerra et al., 1996:7).

Entendemos que a consciência do esforço para a construção de uma moradia unifamiliar é, para os residentes de AUGI's, bem presente; a consciência dos “sacrifícios, das privações passadas, ocorre não só para uma valorização da



casa no quadro do modo de vida, como tende a fazer representar a casa como acto sublimando de bum projecto pelo qual se luta” (Pinto, 1998:35).

O espaço exterior da moradia unifamiliar “faz parte” desta e, “não é concebível sem a sua existência” (Pinto, 1998:37). Incorpora o “modo de habitar, o jardim e/ou quintal, oferecem a diferença por relação ao apartamento (...) a invocação/apreciação de um modo de vida rural faz do espaço exterior um dos elementos mais valorizados deste modo de habitar” (Pinto 1998:37).



Figura 1 e 2 – Bairro do Casal Novo – modos de apropriação

O desejo de, no interior, ter “um grande número de divisões (...) acolhe o papel de organização da vida quotidiana privada familiar no interior da casa: a cozinha, espaço de uma grande polivalência e multifuncionalidade que a transforma num dos espaços mais importantes da casa” (Pinto, 1998:38).

Em oposição à cozinha, a sala é tida e considerada como “um lugar excepcional e do público, a sua lógica de apropriação é muito mais simbólica do que funcional. Destinada a ser vista e não a ser usada, está disposta na entrada frontal da casa, suficientemente isolada do resto dos espaços para ser preservada da invasão quotidiana”, “espaço montra”, símbolo e espelho da casa e dos seus ocupantes, tornando-se no local público por excelência” (Pinto, 1998:38).

No exterior, a fachada principal da moradia unifamiliar, costuma ser ornamentada, detalhada, com pormenores e cores ou materiais, como por exemplo azulejos e, com gradeamentos formando o seu limite de propriedade exterior. Como, no caso dos clandestinos, “não existem constrangimentos (pelo menos legais)” as casas eram pensadas e construídas como os futuros moradores pretendiam; porém correspondendo maioritariamente a estes modos de apropriação de que falamos. (Pinto, 1998:37)

Fomos confrontados, no bairro do Casal Novo, com moradias de média a grande dimensão, também implantadas ligeiramente recuadas face à rua, “de modo a permitir criar um espaço de transição entre o exterior e o interior, o mesmo é dizer entre o público e o privado, funcionando como espaço semipúblico de acesso ao interior, privado” (Pinto, 1998:39).



Figura 3 – Bairro do Casal Novo

A estratégia e projeção da casa, tendo um “investimento na parte frontal da casa”, opõe-se “às traseiras, destinadas à horta e aos vários anexos”. A fachada frontal de entrada, aparece associada ao domínio do estético e do simbólico, enquanto a parte de trás está associada à vida quotidiana e ao domínio do funcional” (...) Da mesma forma, a dimensão com que são construídas estas moradias é reveladora da função de significação social que parecem querer transmitir, ainda que as razões invocadas para tal remetam para as necessidades que têm a ver com uma concepção alargada da família e para o desejo de a casa a todos abrigar” (Pinto, 1998:40).

Procura-se neste presente trabalho final de mestrado, demonstrar que, o fenómeno de construção de génese ilegal, “ao inverter a ordem do processo de construção do espaço urbano, possibilitou o acesso à propriedade e ao urbano de classes sociais com menos recursos, embora tenha atrasado a construção do espaço público, dissociando-o da intervenção no domínio privado e remetendo-o para a fase final do processo de urbanização” (Jorge, 2006:144).

Os loteamentos de origem clandestina eram de rápida implantação e construção, com traçado ortogonal, “alheios às características locais,

nomeadamente topográficas. A prioridade destes loteamentos clandestinos é o espaço privado, constituído pelos “lotes”, em detrimento do espaço público” (Jorge, 2006:145).

Ao apropriarem o espaço, na maior parte das vezes “em regime de autoconstrução, os proprietários de “lotes” intervêm na produção do seu espaço habitacional (Lefebvre, 1974). O preço acessível de aquisição do terreno, muitas vezes pago em prestações, e as tipologias evolutivas, adaptadas às necessidades e aos recursos disponíveis, o investimento e o melhoramento gradual das casas são vantagens significativas para as populações que optaram pela prática de construção clandestina” (Jorge, 2006:146).

No ano de 1995, surge o actual regime jurídico de exceção para os loteamentos clandestinos. A partir dessa data, passam a denominar-se por “áreas urbanas de gênese ilegal. Contudo, consideramos que o problema está longe de ser resolvido, vinte anos passados após a sua entrada em vigor. “A maioria das reconversões, em curso e concluídas, incide sobretudo na legalização da ocupação do solo e na infraestruturação, a qual é dissociada da reconversão urbanística e da qualificação do espaço público (...) consolidando-se uma estrutura urbana que dá prioridade ao espaço privado, em detrimento do público (Jorge, 2006:152).

Concluimos que, apesar das diversas iniciativas, tanto públicas como privadas, de “procedimentos, enquadramentos e resultados alcançados”, é através da responsabilidade colectiva dos residentes, pela interação com estes e também com associações de moradores; através da qual, relativamente ao bairro do Casal Novo, debatemos hipóteses e possibilidades com o seu presidente, a fim de dar início à componente projectual. O dinamismo e a articulação com os futuros utentes do espaço público é de importantíssima necessidade. (Jorge, 2006:158).



## 2 - Importância do espaço público

“O conceito base de projecto de “espaço público” –  
um espaço de todos e para todos.”  
(Brandão 2006:89)

Ao longo dos pontos 2, 3 e 4 iremos apresentar e discutir a importância do espaço público para uma vida urbana de qualidade, ou seja, possibilitadora de uma urbanidade e de uma sociabilidade, fundamentais à inter-relação comunitária entre pessoas.

Primeiramente, entendemos essencial falar sobre a importância da (re)integração do espaço público na malha urbana. Em seguida, afloremos a sua importância na autonomia das zonas residenciais e na promoção da qualidade de vida. Outros aspectos irão merecer a nossa atenção, nomeadamente, a importância da densidade populacional e edificatória e consequente utilização do espaço público, assim como, a utilização e diversidade do espaço público, enquanto cenário de uma multiplicidade de escolhas integradoras da vida urbana.

A tradicional oposição entre espaço público e espaço privado é algo que pode ser superado, na medida em que não importa tanto criar barreiras mas sim espaços de transição que permitam um fluir, uma acessibilidade e permeabilidade constante entre espaços. Obviamente que importa ter em linha de conta a importância de gradação de espaço público consoante a sua dimensão, ou seja, pode e deve existir uma centralidade mas também pode haver centralidades secundárias.

Entendemos também que devemos estar atentos à relevância do desenho urbano, pois, este é gerador de atividade e relações entre pessoas. A responsabilidade colectiva de todos no projecto e uso do espaço público é também uma questão que merece uma reflexão mais aprofundada.

Por fim, será introduzida e explicada a importância do mobiliário urbano para o espaço público e para as diferentes utilizações deste (sentar, deitar, ficar e parar).

Consideramos, o espaço público “na sua dimensão física, enquanto quadro espacial onde se desenrolam as interações sociais, mas também na sua vertente simbólica, no sentido de dar conta das modalidades e conteúdos destas mesmas interações” (Castro 2002:53).

A nosso ver os espaços públicos são de grande importância para um contacto e convívio “face-a-face” entre as pessoas e a comunicação entre elas é essencial para uma vida urbana com uma sociabilidade presente, fomentando assim a entreajuda dos vizinhos e a partilha, tanto quando há problemas (dos mais variados que sejam), como quando há festa (Brandão 2006:10).

## 2.1 Importância na (re) integração do espaço público na estrutura urbana

Entendemos que para que o espaço público seja realmente público, deverá configurar “uma malha o mais contínua possível por todo um distrito que possua o tamanho e o poder necessário para construir uma subcidade em potência. Convém que seja um tecido contínuo e unificado para que tenha uma qualidade atrativa e permeável. Para além disso, a integração e unificação é crucial para que o seu funcionamento e utilização sejam constantes e ofereçam uma melhor qualidade de vida (Jacobs 2000:141).

O espaço público deve pertencer à estrutura urbana e principalmente, não ser isolado e isolar os seus usos ou os seus bairros, mas sim ter as “portas abertas” para todos e permitir enfatizar a “identidade funcional de áreas suficientemente extensas para funcionar como bairros” (Jacobs 2000:141).

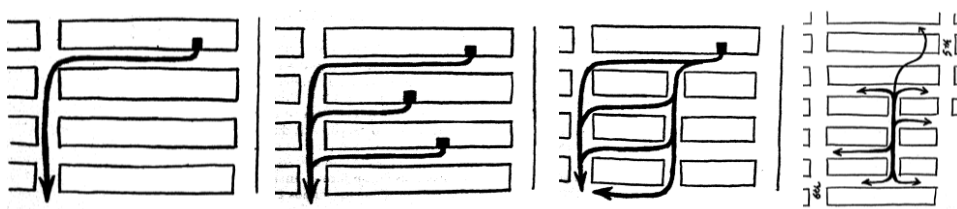


Figura 4 – Permeabilidade e atravessamento de ruas

A integração do espaço público na estrutura urbana deve ainda implicar que o bairro abarque “o maior número possível de segmentos que o compõe, deve atender a mais de uma função principal, de preferência, a mais de duas.” As diferentes funções devem também oferecer a possibilidade de serem

usufruídas por todos para que a sua presença seja possível em diferentes horários e, sendo quais forem os motivos e as necessidades de uso (Jacobs 2000:165).

A diversidade urbana deve estar associada a esses “outros usos (trabalho, diversão ou o que seja) promovendo um uso intenso do solo urbano a fim de contribuir efetivamente para a concentração populacional” (Jacobs 2000:222).

Esta diversidade depende, não só mas também, da concentração de pessoas e para que isso seja possível, a integração do espaço público na estrutura urbana terá que ter como objectivo “promover a vida urbana da população urbana, abrigada, esperamos, sob concentrações bastante densas e bastante diversificadas para possibilitar-lhe uma oportunidade viável de desenvolver a vida urbana.” (Jacobs 2000:244).

Para tal é necessário promover a permeabilidade do espaço público a toda a malha urbana (bairro e envolvente), sendo crucial para que o seu funcionamento seja correspondido por uma vitalidade e qualidade de vida agradável e atrativa.

Qualquer barreira à integração do espaço público na estrutura urbana impede o contacto, isola, fecha e parte a vida urbana. Neste contexto, a fronteira afigura-se como “o perímetro de um uso territorial único de grandes proporções ou expandido – forma o limite de uma área comum da cidade. As fronteiras são quase sempre vistas como limites. No entanto, as fronteiras exercem uma influência ativa” (Jacobs 2000:285).

As fronteiras costumam formar fendas e barreiras relativamente ao uso na sua envolvente, causando problemas e impedimentos ao contacto entre as pessoas, estejam elas presentes por que finalidades sejam, refletindo insegurança, por exemplo, nas ruas (Jacobs 2000:287).

No espaço público adjacente, em lugares pobres para o crescimento da diversidade e vitalidade social, “as fronteiras subdividem as cidades. Elas separam as vizinhanças” comuns entre as cidades (Jacobs 2000:292-293).

A unificação do espaço público face à envolvente, é de elevada importância para uma vida urbana mais ativa e atrativa. Contudo, esse (d)efeito de “cortar” a cidade nem sempre é problemático. Se o bairro é suficientemente extenso e denso, e com uma vida urbana ativa, com diversidade de usos combinados, a separação através de fronteiras poderá até ser proveitosa, “como meio de orientação para as pessoas, a fim de que elas tenham na

cabeça um mapa da cidade” e vejam o bairro como um lugar (Jacobs 2000:293).

Neste contexto, interessa identificar os usos adequados à zona de fronteira, possibilitando e fomentando o inter-relacionamento nítido, activo e suficientemente constante, isto, é, a presença de sociabilidade.

Devemos usar o máximo possível de elementos urbanos para tecer um território misto, com actividade e vitalidade e deixar o mínimo necessário à criação de barreiras, com vista a torná-las penetráveis e permeáveis, conferindo-lhes esse atravessamento e acessibilidade. Deste modo, deixa-se que o valor de limite seja visível e sentido para um melhor (re)conhecimento no mapa do distrito (ou bairro), causando uma sensação de dimensão e limite, conferindo-lhe identidade territorial (Jacobs 2000:298).

A integração do espaço público na estrutura urbana era nos séculos XVIII e XIX adequada, as ruas eram pensadas consoante a escala humana; para além disso, a utilização e a acessibilidade ofereciam boas qualidades a todos, para deambular e usufruir de uma multiplicidade de funções; porém o trânsito a cavalos era inadequado, uma vez que as ruas estreitas e sinuosas causavam conflitos entre pedestres e pessoas a cavalo.

Hoje em dia e desde o princípio do século XX, as ruas são pensadas para o trânsito de veículos, e o conflito entre pedestres e condutores de veículos é confirmado nas ruas; contudo, os pedestres usam as ruas que têm vitalidade, ou seja, onde há trânsito de veículos e empresas, onde há movimento e gente para ver e contactar. Embora esse confronto seja desejado, importa adotar estratégias para o atenuar, através de zonas de transição e mudanças de zonas, área viária, estacionamento, passeio, entrada de estabelecimentos semipúblicos, equipamentos públicos e habitações (Jacobs 2000:379:385). Tem que existir uma gradação entre espaço viário, pedestre, público e privado para que não se anule e separe o trânsito viário do pedestre mas antes que este seja fluido e tenha um conflito saudável, de modo a que a mobilidade funcione como um ponto a favor do espaço público. Assim sendo, a integração da mobilidade na estrutura urbana é de grande importância para o espaço público, uma vez que as pessoas vão onde há geralmente movimento e outras pessoas.

Entendemos que para haver “ordem na cidade não é necessário haver uma impressão de continuidade; essa impressão pode ser atenuada sem prejuízo



da ordem funcional. Na verdade ao atenuá-la, ressalva-se a qualidade realmente significativa da intensidade. Portanto, boa parte das ruas (e não todas) precisa de recortes visuais, para romper a identificação da perspectiva e distância e ao mesmo tempo aumentar e ressaltar a intensidade do uso da rua, fazendo-a parecer um ambiente, um todo” (Jacobs 2000:423).

Podemos verificar isso nas ruas dos centros históricos, onde, pelo seu traçado irregular e sinuoso, a malha é tecida e são oferecidos pontos de interesse, ruas que alargam e formam largos, quelhas e becos, arcadas e praças que são permeáveis, comportando várias funções e onde a escala humanizada é privilegiada.

Hoje em dia ainda são esses espaços (principalmente na Europa) que são os espaços de maior actividade social e económica, e ainda são (principalmente) os que levam as pessoas de fora (turistas) a visitar e a experienciar as cidades.

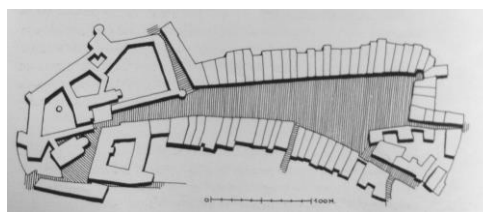


Figura 5 – Exemplo de espaço público e malha urbana irregular

Na integração do espaço público na estrutura urbana, devemos ter como objectivo operar uma melhoria visual e funcional máxima, optando por causar uma destruição física mínima, de modo a ressaltar a identidade e os espaços de referência (Jacobs 2000:424). Para Jane Jacobs “Uma das ideias inconvenientes por trás dos projectos é a própria noção de que eles são conjuntos abstraídos da cidade comum e separados. (...) O objectivo deveria ser costurar novamente esse projecto, esse retalho da cidade, na trama urbana e, ao mesmo tempo, fortalecer toda a trama ao redor. Reintegrar esses projectos à cidade é imprescindível não só para dar vida aos próprios conjuntos perigosos e estagnados” (Jacobs:2000:437).

## 2.2 Importância na autonomia e quantidade de espaço público para a vida urbana e sociabilidade

Para que exista vitalidade e qualidade de vida nos distritos ou bairros residenciais, periféricos ou urbanos, estes terão de ter autonomia e quantidade aceitável de espaço público para que os seus residentes não tenham que sair através de transportes, percorrendo grandes distâncias, para que tenham actividade social, económica e/ou política. Estas áreas residenciais têm que ser dotadas de valências que permitam “viver” a vida comum, usufruindo de sociabilidade, partilha e de uma relação face-a-face. Neste contexto, a diversidade e multiplicidade de usos é fundamental à vida urbana, não só para a autonomia, mas para a segurança, conforto e bem-estar. O espaço público de todos e para todos é espelho da vitalidade e do convívio.



Figura 6 e 7 – Actividade no espaço público do centro de Poznan – Polónia

Alguns autores evidenciam e explicam esta necessidade. Por exemplo, Brandão citando Castels (2006:7) refere que assistimos à substituição do papel dos espaços de lugares pelos espaços de fluxos, contudo, são os lugares onde as pessoas vivem, que oferecem a “possibilidade de construir uma democracia de proximidade e participação de todos na gestão dos assuntos públicos e de reforço das identidades colectivas integradoras”.

Quando a actividade só é possível através do deslocamento em transportes até locais que a compreendem, em que mesmo as ruas e praças se configuram (cada vez mais) como canais de atravessamento e não como espaços de sociabilidade e comunicação, não estamos a fazer cidade, mas sim a descurar as possibilidades de vitalidade que a cidade exige e pela qual ela deveria ser conhecida (Brandão 2006:10).

A mobilidade, contudo, é de grande importância, vivemos numa época onde todos queremos estar em diversos sítios, participar em manifestações, reuniões, conviver com “vizinhos” da envolvente e não só, mas para isso é necessário criar centralidades secundárias (e distribuí-las), não sendo necessário oferecer tudo em cada distrito ou bairro, mas apenas, o mínimo o essencial para que haja vida urbana e autonomia (Brandão 2006:11).

Nas cidades, é no espaço “periférico mais instável, menos domável. É nesse espaço que temos que construir uma nova urbanidade. Se o projecto do espaço público deve ser fundador de uma urbanidade, ela exige conhecimento profundo da cidade actual (...) a fim de identificar um ponto de partida” (Brandão 2006:12). Mas para construir a urbanidade, é necessário conhecer, estudar e avaliar as possibilidades e necessidades de que o local carece, tanto a nível social e cultural como económico ou político; com o intuito de atribuir valências que propiciem autonomia.

As relações no espaço público são fundamentais para a vitalidade e autonomia das áreas residenciais. Nesse sentido, importa revitalizar o espaço público, dar identidade urbana formando bairros completos, com autonomia de usos e funções necessárias à vida urbana. De facto, “o espaço público, espaço de relações entre as pessoas e entre elas e os sítios, é concebido e desenhado para ter papel construtor da identidade urbana” (Brandão 2006:13).

Se os residentes não têm, por exemplo, um posto de correios, um multibanco, ou uma farmácia, terão que se deslocar a outros locais. Se não têm transporte privado, utilizarão transportes públicos, se não existirem transportes públicos suficientes e necessários, ficarão isolados na “ilha” residencial. Trata-se de uma carência tal, que é fundamental suprir necessidades e dar autonomia a estes bairros. O isolamento pode espelhar solidão, falta de sociabilidade, carências comunitárias e fragilidades físicas e psicológicas.

Conferir “qualidade de vida” à cidade é um vector importante que temos em linha de conta na proposta que iremos desenvolver neste Trabalho Final de Mestrado. Assim, um dos propósitos passará por permitir um “ritmo de Multi-vivências, em que o permanente se mistura e completa com o efémero. Se por um lado o desenho do espaço deve permitir diversas utilizações, vivências e permanências na Praça (feira, espectáculos, encontro, estadia informal, manifestações formais), por outro, este mesmo desenho, deve funcionar como

um instrumento de formulação de uma identidade própria da Praça” (Brandão 2006:89).



Figura 8 – Centro de Krakow – Polónia

“As cidades vivas – onde as pessoas podem interagir – são sempre estimulantes porque são ricas em experiências” em oposição há cidades sem vida “que apenas podem evitar ser podres em experiência e, portanto, aborrecidas, por muito coloridas e variadas qualidades formais que se introduzam nos edifícios” (Gehl 2006:29).

Importa influir nos modelos de actividades que se proporcionam nos espaços públicos das cidades e dos bairros residenciais, de modo a dotá-los de autonomia. Neste contexto, teremos que determinar quantas pessoas existem na área residencial e que diversidade de actividades é oferecida no espaço público, a sua duração e quais os tipos que se podem desenvolver (Gehl 2006:45).

As habituais exigências para a autonomia do espaço público implicam melhores condições de mobilidade, nomeadamente para as crianças e idosos: de um modo geral, deve albergar funções recreativas e sociais colectivas, fomentando a partilha e o sentimento do comum, do espaço público vital a urbanidade e sociabilidade, que atrai e fixa (mesmo que por momentos e períodos curtos) as pessoas (Gehl 2006:57).

Segundo Gehl, os três requisitos fundamentais dos espaços públicos compreendem algumas condições desejáveis, nomeadamente para as situações correntes e espaços em que se expõe a vida diária e é nestes que se deve concentrar a atenção e o esforço: para as actividades exteriores necessárias, as opcionais e recreativas e as actividades sociais (Gehl 2006:59).

As actividades necessárias são mais ou menos obrigatórias, relacionadas com a acção de caminhar. As opcionais e recreativas são as actividades em que só se participa se existir o desejo para tal e quando as condições externas são favoráveis. As actividades sociais são todas as que necessitam da presença de pessoas nos espaços públicos, em suma, produzem-se cada vez que estão pelo menos duas pessoas juntas no mesmo espaço (Gehl 2006:17-20).

“O desenho das ruas residências raramente tem em conta onde e como podem ter lugar as actividades comunitárias” (Gehl 2006:68). Esse é, com efeito, um dos maiores problemas, no bairro em estudo, o Bairro do Casal Novo, uma vez que se trata de uma Área Urbana de Génese Ilegal. Aqui, a preocupação dos residentes e o seu modo de apropriação foi meramente centrou-se nas suas habitações e área “privada” exterior, deixando para trás o desenho de espaço público, esquecendo a diversidade e autonomia necessárias à vida urbana.

Nos capítulos seguintes, irá ser explicado de forma pormenorizada este modo de apropriação, nomeadamente o surgimento do bairro, desenvolvimento e situação actual.

Para Jacobs “Sem dúvida, as moradias” de um bairro “(com qualquer uso do solo) precisam ser complementadas por outros usos principais, de modo que haja uma boa distribuição de pessoas nas ruas em todas as horas do dia (...) Esses outros usos (trabalho, diversão ou o que seja) devem promover um uso intenso do solo urbano a fim de contribuir efetivamente para a concentração populacional” (Jacobs 2000:222).

O objectivo principal passará por atribuir novos usos que não o residencial, dado que a oferta de usos diversos e combinados suficientes pode atenuar a monotonia, a insegurança e a falta de comodidade. Para dar autonomia às áreas residenciais, é necessário que o espaço público compreenda qualquer tipo de uso, mesmo usos noturnos. Como diz Jane Jacobs, a autonomia de uma área residencial é vital para a fixação e continuidade por livre escolha (Jacobs 2000:446).

A autonomia numa área residencial é talvez o foco que devemos ter mais em atenção. O que é primeiramente indicado e referenciado é o espaço público,

quando ele existe, seguindo-se os serviços e equipamentos colectivos na área envolvente à residência.

### **2.3 Importância da civilidade e sociabilidade**

De destacar o “papel integrador dos espaços públicos urbanos, ou seja, a sua função de fundar e consolidar os laços sociais”. (Castro 2002:53). Segundo Borja, (citado por Castro 2002:55) um dos mais relevantes indicadores “dos valores urbanos predominantes” surge como um “desafio cultural”. O espaço público (autonomamente da escala do projecto urbano) deverá ter em conta a organização de um “território capaz de suportar diferentes usos e funções e não se ignorar que ele é também espaço de expressão colectiva”, da vida comum, do encontro e convívio.

O espaço público é também um local que abrange estranhos, e esse confronto não implica que seja produzido um “sentimento de convívência e reconhecimento” (Castro 2002:59). Posto isto, devemos ter em conta as diferenças culturais e a criação de espaços específicos para as diferentes comunidades, tentando não suscitar conflitos e factores de exclusão.

“Os conceitos de civilidade e sociabilidade são muitas vezes considerados sinónimos (...) Por civilidade Levy entende a “competência simbólica mediadora da comunicação social e reguladora da sociabilidade (Levy citado por Castro 1997:26) (...) A sociabilidade, por seu lado, provém da prática, e pode ser definida como “uma performance que corresponde a pôr em prática o código da civilidade, é uma atualização da competência pela execução de regras de conduta em determinada situação particular (Levy citado por Castro 2002:60).

Nas relações e contacto inter comunitário denota-se um equilíbrio entre grupos e os seus “contactos necessários” são “indispensáveis” à preservação “das minorias e das identidades.” (Castro 2002:61)

Castro refere que “Se o uso dos espaços públicos mais tradicionais não correspondem aos modos de vida urbanos mais recentes a práticas de sociabilidade muito marcadas pela festividade e se estes novos espaços, na maioria das vezes de natureza privada, apresentam condições atrativas e respondem àquelas novas formas de estar em público, então, torna-se

necessário, como alerta Ascher que os profissionais do espaço deem uma atenção particular a estes “lugares metropolitanos”, já que “(...) são estes lugares que é preciso adaptar e qualificar” (Castro 2002:64).

O espaço público é um lugar que revela e manifesta a sociabilidade, a noção de interesse colectivo e a partilha, “ou melhor, a negociação dos interesses da cidade, como um terreno de jogo” (Brandão 2006:13).

A presença de duas ou mais de duas pessoas no mesmo espaço, provoca uma actividade social, que poderá ser dividida em diferentes tipos de contacto, de intensidade variável, oscilando entre intensidade baixa e intensidade alta. As distintas formas de sociabilidade ou de actividades sociais podem ocorrer em variadíssimos sítios, tanto no espaço privado como em espaços semipúblicos ou de transição ou em espaços públicos, estas surgem de maneira espontânea, como reflexo da presença de quem está no mesmo espaço do outro (Gehl 2006:20-21).



Figura 9 – Sociabilidade no centro de Viena

A actividade social no espaço público abarca variadíssimos tipos de actividade e que ao serem combinados tornam esses espaços comunitários das zonas residenciais, ricos de vida e atrativos. (Jan Gehl 2006:22)

Como bem refere Gehl (2006:37) a “vida nos edifícios e entre os edifícios parece considerar-se, em quase todas as circunstâncias, mais essencial e relevante que os próprios espaços e edifícios. (...) é importante assinalar como é que as diversas categorias de actividades exteriores são influenciadas pela qualidade do espaço exterior e, em particular, como é que são precisamente as funções operacionais, em grande parte recreativa.” (Gehl 2006:143)

Na verdade a carência de lugares para actividades comunitárias e encontro no Bairro do Casal Novo foi a questão central que fundamentou o estudo e a proposta projectual que aqui se apresentam. Nos capítulos seguintes iremos confrontar a realidade com o que propomos a fazer no bairro em análise.

## 2.4 Tipos e utilização do espaço público

Entendemos que, o espaço público é aquele que se encontra delimitado pelo espaço entre os edifícios. Pertencem a este grupo, (entre outros) ruas, pontos de interesse, “chamarizes”, ruas que alargam e formam largos, quelhas e becos e praças.

Entendemos que nas áreas residenciais deve haver apenas um único centro dominante, mais concretamente, uma centralidade que abarque uma diversidade de usos e funções de alta densidade e servido por uma rede de ruas e vias e transportes.

Consideramos também que é de grande importância a existência de centros secundários, dispostos em intervalos (não necessariamente regulares) e, com usos mais ou menos intensos. São também imprescindíveis espaços de uso menos intensivo, mais distantes dos centros dominantes, e que se abram para áreas verdes com o intuito de ocupar o espaço restante e permitir um uso temporário e sadio. Estas “áreas verdes, são importantíssimas para a qualidade de vida (Kostof 1991:192).

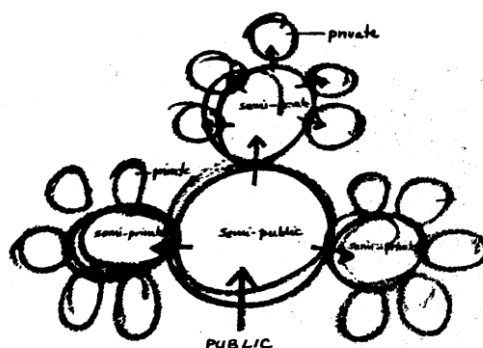


Figura 10 – Hierarquização do espaço



Os usos de locais efémeros como parques dependem do seu traçado, das possibilidades e da dimensão que têm para albergar as diversas actividades. A sua utilização também depende dos usos urbanos próximos e suas combinações, dependendo “ainda de outros factores, como a mistura de idades dos edifícios, o tamanho das quadras nas redondezas, e assim por diante, aí incluída a presença do próprio parque como uso comum e aglutinador nesse contexto (Jacobs 2000:482).

“Em áreas urbanas diversificadas e densas, as pessoas ainda caminham, actividade que é impossível em subúrbios e na maioria das áreas apagadas. Quando mais variada e concentrada for a diversidade de determinada área, mais recorrente será a oportunidade para caminhar. Até as pessoas que vão de carro ou de transporte público a uma área viva e diversificada caminham ao chegar lá” (Jacobs 2000:253-254).

Em suma, no Bairro em estudo, Bairro do Casal Novo, há uma evidente falta de espaços públicos e de actividades que promovam a sociabilidade. Tal necessidade é de elevada importância, pois permite que a vida urbana reapareça e flua num dado sentido de comunidade e identidade. Tentaremos nos capítulos que se seguem apresentar os fundamentos dessa necessidade, tendo em conta as fontes de informação primárias e secundárias que consultamos e tratamos.

## **2.5 Separação e confronto entre espaço privado e espaço público**

“O espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social, ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso colectivo intenso” (Castro 2002:54)

Entendemos assim, que a definição de espaço público não é apenas uma qualidade do espaço, mas sim uma construção social e política que dá significado através da relação entre diversos factores, particularmente no que se refere aos seus usos e diversidade de funções; ao sentido e importância que lhe é conferida socialmente; à sua permeabilidade e acessibilidade; ao confronto e convívio entre estranhos; e do conflito entre proximidade e distância, tanto social como física (Castro 2002:54).

Consideramos também que o espaço público deve ser concebido como espaço de todos e para todos, com uma acessibilidade total, por onde o indivíduo pode circular livremente, por oposição ao espaço privado em que “o acesso é controlado e reservado a um público específico” (Castro 2002:55).

Segundo Joseph (citado por Castro 2002:55) “determinados espaços são acessíveis não só pelas suas qualidades arquitectónicas, mas também pela sua capacidade em articular visibilidades e enunciados, ou seja, pela sua capacidade em oferecer deslocações, caminhos e movimentos, mas também “paragens” disponíveis e perceptíveis pelos seus utilizadores.”

A introdução de hierarquias de espaços, desde “o quarto de estar à praça de ajuntamento da cidade” é possível, definindo graus variáveis, transitando do privado para o público. (Gehl 2006:68)

As transições e permeabilidades entre espaços são de elevada importância, já que “O estabelecimento de uma estrutura social e a sua correspondente estrutura física, com espaços comunitários a vários níveis, permite a mudança destes grupos e espaços mais pequenos até outros maiores, e desde os espaços mais privados aos gradualmente mais públicos, oferecendo uma maior sensação de segurança e uma mais intenso sentido de pertença nas zonas situadas fora da habitação privada. A zona que o indivíduo percebe como pertencente à habitação, no entorno residencial, pode estender-se muito mais além da habitação real. Isto em si mesmo pode dar como resultado uma maior utilização dos espaços públicos” (Gehl 2006:69).



Figura 11 – Espaço de transição público-privado

A implementação de zonas de transições suaves são de principal importância na passagem de espaços privados para espaços públicos, por exemplo, entre

um grupo residencial e a rua e, que estejam fisicamente assinaladas e demarcadas, mas que não seja uma demarcação e sinalização fortes, o suavizar desta transposição é fundamental para o contacto entre o mundo interior e o mundo exterior (Gehl 2006:71).

“Os grandes conjuntos edificatórios necessitam mais ruas e praças com uma estrutura mais diferenciada que inclua ruas maiores, ruas laterais, praças principais e secundarias, tal como se fazia nas cidades antigas. (...) Não é a ausência de circulação pedonal e de residentes que impede a instituição de espaços públicos mais íntimos e mais bem usados, mas a decisão de ter muitas estradas e caminhos dispersos em vez de uma rede de ruas mais concentradas, como a que existe em cidades antigas” (Gehl 2006:101).

Por exemplo, os centros comunitários com envidraçados e vãos virados para a rua têm mais utilizadores e membros, do que os clubes em cave ou sobrelevados em relação à rua, pois quem passa sente-se convidado a pertencer, a observar o que acontece e quem participa. Certamente os comerciantes e lojistas sempre souberam a importância do local onde abrem actividade, consoante a exposição à rua e o movimento. Similarmente, os cafés e bares com esplanada, “funcionam como um convite directo a sentar-se” (Gehl 2006:127).

“A qualidade da experiência de um espaço grande enriquece-se consideravelmente quando o acesso tem lugar através de um espaço pequeno: quando há sequências e contrastes entre o pequeno e o grande” (Gehl 2006:150)

Consideramos que é mais cómodo o deslocamento pelas bordas de um espaço grande, (como acontece nas arcadas do Terreiro do Paço em Lisboa), pois, desta forma, poderemos experimentar em primeiro plano o espaço mais íntimo e cómodo no seu perímetro e ao mesmo tempo experimentar o espaço grande, a praça ou o campo aberto. Normalmente, “As zonas de estadia mais populares encontram-se junto às fachadas de um espaço ou na zona de transição entre um espaço e o seguinte, onde se pode ver ambos os espaços à vez” (Gehl 2006:163).



Figura 12 – Deslocamento protegido junto à fachada

Como regra principal devemos desenhar e projectar espaços interiores que estejam à mesma cota que espaços exteriores, para que o interior possa fluir para o exterior e vice-versa. Segundo Gehl (2006:201) “Só então resulta fácil que os acontecimentos fluam desde dentro até fora”. No fundo e como diz Jacobs (2000:35) “Deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado (...) devem existir olhos para a rua, olhos daqueles que podemos chamar proprietários naturais da rua.” Como sejam, proprietários de estabelecimentos comerciais ou residentes dessas zonas residenciais. “Desde que a rua esteja bem preparada para lidar com estranhos, desde que possua uma demarcação boa e eficaz de áreas privadas e públicas e um suprimento básico de actividades e olhos, quanto mais estranhos houver, mais divertida ela será” (Jacobs 2000:41).

É essencial para o espaço público que esta demarcação seja boa e eficaz e que não se afigure como uma fronteira ou barreira; ou seja, que não forme o limite de uma área comum mas sim que seja permeável e acessível. Entendemos, assim, que é fundamental existir uma zona de transição que promova uma relação sadia entre espaço privado e espaço público.

## 2.6 Importância do desenho urbano

A origem e o aparecimento de diversas cidades é humilde na sua forma, e gradual, vai nascendo e crescendo. Onde em tempos existiam campos e pastagens, nascem e surgem ruas que se vão materializando e ligando,

abrigando a vida colectiva, engrossando a malha e formando o tecido urbano. Para Kostof (1991:64) “Os edifícios vão subir as encostas e tomar curvas da melhor maneira que podem. Em tempos, estes arranjos naturais vão virar auto-conscientes.”

O informal e o formal, o irregular e o regular, a simetria e a assimetria andam juntos, o arquitecto ou urbanista deve ter em conta no seu plano o informal e o irregular, deve aproveitar e unificar o “conjunto edificatório” ao informal e que “o caos que se adapte as cidades” (Kostof 1991:261).

Segundo Brandão (Rossi citado por Brandão 2006:6) “Mesmo que um projecto para uma obra na cidade tenha um autor (...) a cidade não se acaba nele, ela só se realiza depois dele, quando se lhe escapa, para viver a sua própria vida, a dos cidadãos.”

Na caracterização que faz do “projecto urbano” Patrícia Ingallina (2001), “O desenho deve ser capaz de justificar os elementos rígidos e os elementos leves. Ele deve permitir a tradução da acção do tempo sem fixar o aspecto definitivo, permitindo imaginar os espaços futuros” (Brandão 2006:13).

O desenho de ruas compreendendo linhas de árvores expõe o valor dos espaços pequenos agregados a espaços grandes. Analogamente, os espaços em pátio diante das casas oferecem tanto espaços amplos com incidência do sol junto a casas como ruas íntimas em contacto com esses espaços de transição (Gehl 2006:103).

De acrescentar que “O desenho de fachadas ou superfícies contíguas também oferece possibilidades para influenciar a concertação de actividades e intensidade da experiência para quem passa nas calçadas. A concertação de actividades depende das zonas de intercâmbio activas e pouco espaçadas entre a rua e a fachada e das distâncias curtas entre as entradas e outras funções, o que contribui para activar o envolvente público” (Gehl 2006:105).



Figura 13 – Proximidade do espaço de transição ao espaço privado

Entendemos que o desenho de limites muito definidos dificulta e impossibilita em alguns casos a transposição para o espaço público pelo que sublinhamos que os espaços de transição público-privado são fundamentais à vida urbana (Gehl 2006:125).

Concordamos que para que as ruas ofereçam um interessante deslocamento pedonal, elas deverão ser (se possível curtas) sinuosas ou interrompidas em contraponto com ruas largas e percursos rectos; estas (ruas sinuosas) têm também vantagens em relação a atipicidades climatéricas, funcionam melhor nas horas de sol intenso e protegem do incómodo do vento (Gehl 2006:154).

O desenho urbano deve ter em conta que o ideal será proporcionar o mesmo nível de acesso quer ao espaço privado, quer ao público, estes devem estar no nível térreo para proporcionar um melhor acesso a todos e de modo a existirem “olhos para a rua”. Porém se “a circulação pedonal se dirige de um nível ao outro, é mais fácil começar com um deslocamento desde baixo do que um desde cima” e optar por rampas sempre que possível em detrimento de escadas. (Gehl 2006:159)

O desenho do espaço urbano deve ter em conta também lugares de paragem, como nichos junto às fachadas por exemplo, pois “são lugares populares para os que estão de pé, pois oferecem uma atrativa situação semipública/semiprivada. Estamos parcialmente presentes e podemos retirar-nos um pouco mais até a sombra se desejamos mais intimidade” (Gehl 2006:167).



Figura 14 – Lugares de paragem aproveitando nichos e degraus

“As cidades são um imenso laboratório resultante de processos de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planeamento urbano deveria aprender, elaborar e testar as suas teorias” (Jacobs 2000:5)

Hoje em dia parece haver uma opinião comum entre todos os que prezam a cidade, no sentido em que estão contra e se sentem incomodados com a presença do automóvel nas ruas. Contudo, diversas ruas estão sendo constantemente adaptadas a ruas pedonais ou de circulação lenta, o que por vezes não é a melhor opção, nomeadamente, quando estas são “destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoa a pé”. A mobilidade, comunicação e transporte são vitais, necessidades básicas para a vida urbana, sendo necessário promover o convívio sadio entre pedestres e condutores criando zonas de transição entre via, estacionamento e rua (Jacobs 2000:377-379).

Consideramos que deve ser feita uma análise e por vezes alguns edifícios terão que desaparecer, rasgar ruas, dar mais espaço para os usos comuns e aumentar a concentração e densidade de pessoas. O desenho urbano deve ter em conta também a continuidade de edifícios antigos para manter a identidade do lugar e não perturbar a identificação do testemunho do passado, não deixando no entanto que sejam prova do seu fracasso. “Nas cidades, o valor económico dos prédios novos é substituível. (...) Já o valor dos prédios antigos é totalmente insubstituível. Ele é criado pelo tempo. Esse pré-requisito

económico da diversidade dos bairros ativos só podem herdar e depois manter ao longo dos anos” (Jacobs 2000:219-220).

## **2.7 Importância do mobiliário urbano**

Podemos constatar que as pessoas vão onde há outras pessoas, no espaço público de todos para todos, como já foi dito. Porém para que um espaço seja agradável, atrativo ao convívio ou apenas à mera observação, do ver e observar a actividade, é de crucial importância a gestão do mobiliário urbano, tanto de simples peças de marcação de zoneamento, como de bancos para sentar ou mesas para jogar as cartas, ler ou algo mais, ou até mesmo máquinas para a prática de desporto ao ar livre. No desenho e integração do mobiliário urbano no espaço público temos que ter em conta o local mas também a utilização e a densidade de usuários em diversos momentos do dia, entre outros factores. Por exemplo, “Os bancos com vistas para os caminhos pedonais de transição são os que mais se usam, em vez dos bancos apenas orientados para as zonas com vegetação. (...) os passeios são, não por casualidade, a verdadeira razão para montar esplanadas na rua” (Jan Gehl 2006:35).

As zonas urbanas que oferecem variadas possibilidades para sentar com vista a diferentes actividades: “comer, ler, dormir, fazer ponto, jogar xadrez, “apanhar” sol, ver as pessoas, conversar, etc. (...) são vitais para a qualidade dos espaços públicos de uma cidade ou zona residencial. A disponibilidade ou falta de boas oportunidades para se sentar, pode ser considerado um factor de suma importância ao avaliar a qualidade da envolvente pública de uma determinada zona” (Gehl 2006:169)

Com vista à melhoria de uma cidade ou zona residencial, é quase sempre uma boa aposta, desenhar e oferecer melhores oportunidades para as pessoas se sentarem. Segundo Gehl (2000:170), “Os bancos colocados no meio dos espaços abertos parecem interessantes nos desenhos dos arquitectos, mas são claramente menos atractivos que outros espaços mais protegidos.”

Também devemos ter em conta a densidade populacional e a frequência do uso. A existência de um excesso de mobiliário urbano que normalmente só é usado aquando de actividades que englobem grande número de pessoas leva



a que estes espaços se afigurem como decadentes para quem os vê e principalmente quando não há muitas pessoas no entorno público.

Além de mobiliário urbano para sentar, também é necessário e não menos importante, a integração de lugares secundários para sentar, tal como, escadas, muros baixos “para ocasiões em que a demanda de assentos é particularmente elevada” (Gehl 2006:175).



Figura 15 e 16 – Diferentes oportunidades para sentar – Viena – Áustria

Os lugares protegidos, com uma boa perspectiva do espaço público e das actividades neles produzidos serão sempre mais usados e populares que os que oferecem menos vantagens e mais inconvenientes.

Também junto a espaços semiprivados, próximo das habitações, é importante a existência de mobiliário urbano, integrado ou não à fachada, protegido da chuva e do vento e, com uma boa vista da rua, constituindo um meio eficaz para garantir um melhor contacto entre vizinhos e um contributo para a vida entre os edifícios.

Concordamos com Brandão (2006:13) quando diz que “ uma obra de mobiliário urbano ou de arte urbana, é limitado no espaço e também na sua concepção (...) Tais objectos são também de duração curta, portanto substituíveis.” Assim sendo, o mobiliário urbano deverá ser de fácil manutenção e é importante também que a sua instalação não traga inconvenientes para o lugar aquando da sua remoção e substituição, em virtude da fixação ou do tipo do material.

## **2.8 Importância da responsabilidade colectiva no projecto e uso do espaço público**

Apesar da estética e aparência das nossas cidades ser quase sempre desenhada, trabalhada e produzida por qualquer tipo de desenhador profissional, os cidadãos deverão ter um papel importante na concepção do projecto, pois são quem eles que a vivenciam e utilizam. “Enquanto os interesses privados têm direito a procurar suas vantagens no tecido urbano, e as autoridades da cidade e seus peritos são pagos para encontrar espaços para planeamento de soluções dos problemas do crescimento irrestrito, são os cidadãos como uma voz colectiva, que finalmente devem decidir a forma de sua cidade” (Kostof 1991:335)

Apesar de o bairro em estudo, Bairro do Casal Novo, ter sido originalmente clandestino e informalmente desenhado e construído, denotando-se um evidente desvalorização do espaço público, pensamos que os moradores deverão ter uma voz ativa na concepção deste. Neste sentido, estabeleceram-se vários contatos com o terreno, efetuaram-se várias visitas, observações e inquéritos por questionário a uma amostra da população. Estes resultados serão apresentados e analisados mais à frente, constituindo material relevante para a elaboração da proposta projectual para este bairro.

Como bem refere Jacobs (2000:493) “Qualquer cidadão, repito, pode ter consciência dos indícios irregulares – ou consciência da sua ausência.”

As pessoas que vivem no bairro em análise têm uma boa percepção dos seus problemas e do que se poderia fazer para o melhorar, daí termos valorizado as opiniões emitidas pelos residentes.

“Se continuarmos a acreditar que as cidades são o artefacto mais complicado que nós criámos, se acreditamos que são cumulativos, artefactos que se dividem em gerações, que abrigam nossos valores como uma comunidade e nos oferecem a configuração onde podemos aprender a viver juntos, então é nossa responsabilidade colectiva orientar o seu projecto” (Kostof 1991:335).



### **3 –Vitalidade no espaço público**

Este capítulo procura refletir sobre a relevância da vitalidade mais propriamente nos espaços semipúblicos e com incidência nos espaços exclusivamente públicos, desde ruas até à praça, sendo que consideramos esta como o expoente do espaço público na medida em que permite cruzar atividades culturais, sociais, simbólicas, económicas e políticas.

Refletimos sobre a vitalidade do espaço público através de promoção de actividades culturais, sociais, recreativas e desportivas como meio de integração social e de convívio entre todos.

Também será importante neste capítulo, falar sobre a liberdade no espaço público, de escolher e ter uma diversidade de possibilidades e usos tanto interiores, em equipamentos e serviços públicos como também de espaço público exterior. O prazer de ver e ouvir os outros é também um dos temas que será apresentado e que consideramos não ser menos importante do que os temas apontados anteriormente.

#### **3.1 Importância da vitalidade no espaço público através da promoção de actividades**

A importância da vitalidade no espaço público remete para o funcionamento das cidades, pois entendemos ser esta uma das formas de se entender que fundamentos de planeamento conseguirão fomentar a vitalidade cultural, económica e política nas cidades e quais serão as práticas e princípios a ter em conta aquando da elaboração de um projecto para o espaço público (Jacobs 2000:1-2).

A vitalidade no espaço público consiste em relacionamentos e contactos, vivos, entre pessoas específicas, actores da vida urbana, por vezes, indivíduos “sem nada em comum a não ser o fato de utilizarem o mesmo espaço geográfico” (Jacobs 2000:146),

Consideramos que, “a vida entre edifícios” é mais relevante e será o foco principal do espaço público, pois é mais interessante (essa combinação de usos, modos de apropriação do espaço público e inter-relações) constatar e observar que qualquer relação entre fachadas, sua composição de ornamentos e materialidade, e diferenças altimétricas (Gehl 2006:30).

Entendemos que, a vitalidade no espaço público das AUGI's, mais propriamente no bairro em estudo, é um dos principais objectivos a atingir; com isto não queremos dizer que não existe de todo vitalidade no Bairro (pois ela existe), apenas constatamos que a vitalidade existente não é suficiente para um bairro com uma forte densidade, composto de pessoas que se encontram em fases diferentes do seu ciclo de vida. Acresce que os residentes desejam ter relações de convivialidade, em ter espaços de encontro e estar, espaços comunitários, para uma autonomia cultural, social, económica e política. Pretende-se oferecer uma melhor qualidade de vida no bairro do Casal Novo.

Concordamos com Jacobs (2000:499), quando diz que “As cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes da sua própria destruição e um pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes da sua própria regeneração, com energia de sobra para os problemas e as necessidades de fora delas”. Portanto, a qualidade de vida numa determinada zona residencial é vital para a comodidade e vida sadia, que estão invariavelmente em uníssono com a caracterização e significância que as pessoas atribuem ao local. Se uma zona residencial proporcionar qualidade de vida, não só privada e íntima, como ao nível da vida comum e comunitária, os residentes desejarão lá permanecer e passarão boa mensagem do seu bairro aos outros. Isso é vital para um sentimento de pertença e para que se orgulhem face à sua zona de residência.

Para os adultos, idosos e principalmente para as crianças, as ruas e fundamentalmente as calçadas são um trunfo importante para uma qualidade de vida. É nessas calçadas, junto à porta de casa e às zonas de estacionamento que as crianças gostam de brincar com os seus amigos, podendo ser vistas e vigiadas pelos seus pais. O estar num parque infantil junto a outros estabelecimentos comerciais ou equipamentos colectivos também oferece o mesmo.



Figura 17 e 18 – Actividade no espaço público

Os primeiros relacionamentos e contactos entre pessoas que se formam em zonas residenciais, áreas urbanas, desde que exista neles estabilidade e densidade populacional, “são os que ocorrem na vizinhança e entre pessoas que têm alguma coisa em comum e integram instituições” (Jacobs 2000:146).

As pessoas dão valor, apegam-se e enfatizam as suas zonas de residência através do significado e sentimento de identidade que atribuem aos seus “centros de actividade, e nesse aspecto o instinto delas a respeito da ordem urbana se justifica” (Jacobs 2000:431).

Geralmente a dificuldade maior em relação aos centros administrativos, culturais ou comunitários, “principalmente aqueles que têm auditórios e salas de reuniões e provocam grande concentração de pessoas num curto intervalo de tempo” é dar outras funções, formar espaços flexíveis que comportem outros usos principais e que “sejam minimamente proporcionais às grandes concentrações de pessoas que esses centros proporcionam em outros horários do dia.” Em suma, o problema é que a maioria desses centros diversificados, de índole cultural e/ou administrativa “só fazem sentido como elementos de uso intenso do centro urbano.” (Jacobs 2000:448)

A música, incluindo até mesmo a música gravada, as peças de teatro, também beneficiam e surgem como artigo de primeira necessidade dos espaços públicos. “É curioso que se faça muito pouco uso de parques para esse fim, já que a inserção espontânea da vida cultural faz parte da missão histórica das cidades.” (Jacobs 2000:119)

Castels (citado por Brandão 2006:7) demonstra que “tudo o que se representa como local é na verdade “a possibilidade de construir uma democracia de proximidade e participação de todos na gestão dos assuntos públicos e de reforço das identidades colectivas integradoras.” Os residentes devem participar, invocar a sua responsabilidade e demonstrar os seus desejos e as necessidades do bairro, pois na verdade, são eles os utilizadores permanentes que devem (também) ter uma voz ativa para um espaço comum melhor para todos.

### 3.2 Vitalidade e liberdade no espaço público

A vida urbana através do espaço público deve oferecer uma multiplicidade de escolhas de uso e ao nível dos modos de estar com os outros de uma forma cómoda e agradável. Entendemos que é vital, para essa comodidade, nos sentirmos tentados a dar uma volta na rua, percorrer esses caminhos até casa ou nos sentarmos num local acolhedor para podermos estar ao pé de outros ou até mesmo conviver. A relação de vizinhança e o viver em comunidade é fundamental para a vitalidade e qualidade de vida urbana. Por vezes, olhar os outros, pode ser gratificante. Estar com outros, vê-los, ouvi-los e receber estímulos, constituem experiências muito positivas, alternativas à solidão e a estar fechado em espaços fechados privados (Gehl 2006:25).



Figuras 19 e 20 – Sentar, ver e observar outros no espaço público

Consideramos ser vital a experiência ativa de “cidades vivas – onde as pessoas podem interagir – são sempre estimulantes porque são ricas em experiências; a diferença das cidades sem vida, que apenas podem evitar ser pobres em experiências e, portanto, aborrecidas, por muito coloridas e variadas qualidades formais possam ser introduzidas nos edifícios” (Gehl 2006:29)

Nos lugares onde podemos ver crianças, e onde estas preferem estar, vemos também a presença de outras crianças e adultos, contrariamente a lugares onde há apenas jogos e espaços vazios. Como já foi aludido, as crianças geralmente escolhem brincar “nas ruas, nas zonas de estacionamento automóvel e perto das entradas das vivendas, do que em zonas de jogo desenhado para esse fim mas localizadas nos pátios traseiros (...) onde não há circulação nem gente para olhar.” Nas zonas residenciais podemos

observar um comportamento idêntico entre adultos, as pessoas vão onde estão outras pessoas, se podemos escolher uma rua animada para caminhar ou uma rua deserta e vazia, as pessoas na maioria das situações escolhem a rua animada (Gehl 2006:31-33)

A integração de múltiplas actividades e funções nos espaços públicos proporciona qualidade de vida, para além de que as pessoas se estimulam e se inspiram umas às outras. “Além de, a mistura de várias funções e pessoas torna possível interpretar como está composta e como actua a sociedade que nos rodeia”. (Gehl 2006:113) Entendemos, assim, que a integração fomenta por um lado, várias actividades e por outro a convivência entre diferentes pessoas que deste modo podem funcionar e agir lado a lado.

A acessibilidade e permeabilidade entre espaço privado e espaço público através de espaços de transição também confere qualidade de vida, neste sentido importa fomentar que as pessoas e actividades se desloquem desde a envolvente privada à pública (Gehl 2006:125).

Um sítio para ir, como por exemplo, saídas até pontos de observação ou até mesmo sítios para ver o pôr-do-sol, ou estabelecimentos comerciais, equipamentos comunitários e culturais e espaços desportivos, parques, etc. são lugares que concedem qualidade de vida através da possibilidade do seu uso. Os espaços diversificados e multifuncionais são normalmente bem aceites pelas pessoas. A autonomia das zonas residenciais exige que estes espaços sejam nelas integrados para funcionarem como pontos atractivos e fomentando uma urbanidade e sociabilidade ativa (Gehl 2006:129).



Figura 21 – Ponto de Observação – Miradouro “Adamastor” - Lisboa



Jacobs (2000:121) faz alusão à importância da vitalidade e liberdade no espaço público, ao dizer que “Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários do dia-a-dia das ruas, mais a população conseguirá animar e sustentar com sucesso e naturalidade (e também economicamente) os parques bem localizados, que assim poderão dar em troca à vizinhança prazer e alegria, em vez de sensação de vazio.”

A liberdade em zonas residenciais, de optar por ficar por livre escolha ou mudar-se para outro sítio torna vital tentar “fixar” as pessoas, principalmente em áreas urbanas de génese ilegal (como no bairro do Casal Novo). Geralmente as novas gerações tendem a deixar o local, por ser “escasso em tudo o que precisamos para viver” (conversa informal com residente quando foi aplicado o inquérito por questionário). Torna-se necessário que as pessoas criem apego às suas zonas residenciais e “para isso é necessário executar as modalidades de recuperação interna e externa sugeridas” nos capítulos anteriores e posteriormente mais fundamentada ainda nos capítulos seguintes.

### 3.3 Prazer de ver e ouvir os outros

Consideramos que a oportunidade de ver e ouvir os outros é uma das mais importantes atrações do espaço público; o observar e ouvir as pessoas em ação e o movimento de outros faz-nos ser parte dessa ação, ser figurantes do que acontece e torna-nos parte integrante dessa mesma actividade (Gehl 2006:36-37).



Figuras 22 e 23 – Ver e observar os outros em movimento

Para uma vitalidade e qualidade do espaço público, também é importante o planeamento de espaços que assim o permitam, através de mobiliário urbano, de cadeiras, tanto principais como secundárias, de apoios e espaços à sombra a partir de sombreamentos de fachada, vegetação entre outros.

Considerando “a máxima distância para ver o que se passa (70-100 metros), combinada com a máxima distância para ver expressões faciais (20-25 metros), Gehl cita Kevin Lynch (*Site Planning*), que “afirma que umas dimensões espaciais de ao redor de 25 metros resultam perfeitamente cómodas e bem proporcionadas num contexto social; também assinala que nos bons espaços urbanos rara vez se encontram dimensões espaciais maiores que 110 metros. Não é casualidade que a longitude e a largura da maioria das praças das cidades medievais do sul da Europa estão próximas, ou abaixo dessas cifras” (Gehl 2006:177).

A luz também é uma componente forte na medida em que a iluminação é necessária para ver, não só a noite, mas também durante o dia. “Melhor iluminação significa um nível adequado intenso de iluminação, orientada ou reflectida até às superfícies horizontais (...) em contraste com a iluminação das ruas com o tráfico automóvel. Melhor luz significa também uma luz quente e acolhedora” (Gehl 2006:179).

### **3.4 Vitalidade e ausência de vitalidade nos espaços de fronteira**

Para que uma fronteira não seja uma linha divisória, uma barreira que separe e que demarque intensamente um lado e o outro, temos que ter atenção e projectar a sua permeabilidade e atravessamento, isso será de crucial importância para a vitalidade nessas zonas pertencentes também ao espaço urbano.

As fronteiras contribuem, na verdade, para a circulação. “Mas há sempre alguma tensão nessa inter-relação. (...) Por um lado, o de contribuir para o uso do espaço público e, por outro, o de interferir nesse uso” (Jacobs 2000:291).

Geralmente, o espaço público consegue anular e absorver os problemas causados pelas fronteiras, que muitas das vezes subdividem as cidades e as zonas residenciais e separam as vizinhanças da envolvente, que se encontram lado-a-lado. Como já foi dito anteriormente, as fronteiras nem sempre têm um

papel negativo e prejudicial, quando as zonas residenciais têm densidade (tanto física como populacional) e configuram “uma combinação de usos e usuários ampla e diversificada, a separação costuma ser inócua” (Jacobs 2000:292-293). Pode também ser algo de positivo, na medida em que poderá servir como meio de orientação para as pessoas, como o limite identitário do bairro, “a fim de que elas tenham na cabeça um mapa da cidade e vejam o bairro como um lugar” (Jacobs 2000:292-293).

Em suma, devemos procurar atingir os usos adequados à zona de fronteira e se possível criar outros, dar diversidade ao local não o deixando isolar-se em si próprio, “mantendo a cidade como cidade e o parque como parque, mas tornando o inter-relacionamento deles explícito, vivo e suficientemente constante” (Jacobs 2000:294).

Entendemos ser necessário “empregar uma força contrária às fronteiras urbanas”, como já referimos em capítulo anterior, deve ser usado o máximo possível de elementos urbanos para tecer um território misto e vivo e deixar o mínimo possível à criação de limites e barreiras que quebrem o inter-relacionamento entre bairros.

As ruas exclusivamente pedestres também podem tornar-se barreiras à mobilidade automóvel em volta de “áreas intrinsecamente frágeis e fragmentadas, podem ocasionar mais problemas do que solucioná-los” (Jacobs 2000:298).

Porém esse tipo de intervenção de revitalização de áreas isoladas, de retirar os automóveis das ruas e consagrá-las unicamente aos pedestres está na moda na área do planeamento, mas para que tal funcione, ou para saber se tal se adequa, devemos “refletir melhor sobre ele.” Antes de tomar alguma decisão que prejudique a vitalidade desse lugar (Jacobs 2000:449).



#### 4. Desenho e qualidades de espaço público

“O desenho urbano é certamente uma arte, e como todo o desenho tem que se considerar, ou pelo menos da boca pra fora, o comportamento humano”  
(Kostof 1991:9).

Neste capítulo iremos apresentar e discutir a importância do (re)desenho do espaço público nas cidades, e em particular enunciar a importância que esse mesmo (re)desenho têm como fundador de urbanidade e sociabilidade. Consideramos ser de grande seriedade que esse (re)desenho seja de todos e para todos, considerando utilizadores com dificuldades motoras, e de qualquer idade que tenham.

A escala humanizada também é tida em conta neste capítulo sobre o desenho e qualidades de espaço público, refletindo sobre o espaço público sendo o usado pelo Homem e que terá de ser desenhado para o homem e não apenas tendo em conta a sua mobilidade de transportes, mas que essa rede seja incorporada e não o principal objetivo da rua. Para isso discutimos a acessibilidade e a mobilidade.

É de ressaltar que antes do desenho, seja feito um estudo sobre o lugar onde vai ser inserido, garantindo que se tenha o conhecimento da densidade populacional e de edificado.

Esse (re)desenho de espaço público é fundamental não só na cidade em grande escala mas em todos os conjuntos urbanos, desde a cidade, incluindo a sua periferia até pequenos conjuntos residenciais.

Recordamos Jacobs, quando diz que é nas cidades que os urbanistas deviam aprender a elaborar os seus projectos e a testar as suas teorias. O (re)desenho do espaço público deverá ser concebido como, “um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano.” (Jacobs 2000:5)

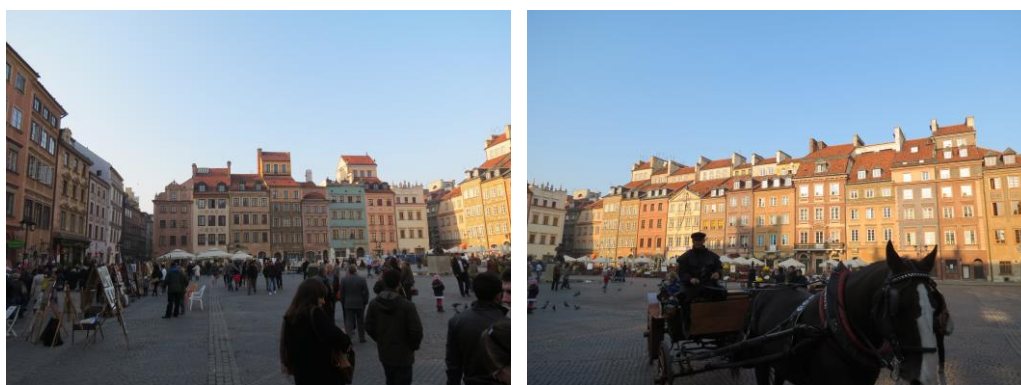
Segundo Brandão (2006:5) até “aprendermos que o projecto do espaço público não sendo um somatório de disciplinas, nem uma outra disciplina, nem um domínio corporativo do desenho urbano, indiferente aos seus destinatários, é um processo de trabalho sobre a cidade em mutação, centrado no cidadão, nos limites móveis da incerteza, em busca de novas formas de comunicação, um trabalho inclusivo das diferenças na comunicação dos saberes”.

#### 4.1 (Re)desenho do espaço público como fundador de urbanidade

A inspiração do (re)desenho do espaço público como fundador e gerador de urbanidade, pode partir de qualquer tipo de cidades, mas entendemos que as cidades medievais da Europa contém diversos modelos que consideramos como bons exemplos de arquitectura que propicia o contato e inter-relação entre pessoas. “É de facto, uma dádiva profissional pegar na qualidade distinta de uma rua ou de um espaço público, ser tocado por ele, querendo incorporar essa qualidade nos seus próprios desenhos” (Kostof 1991:9).

Pensamos que talvez o elemento mais importante da diversidade e complexidade do espaço público seja a “centralidade”. Os espaços públicos, como por exemplo “parques”, “geralmente têm um lugar reconhecido por todos como sendo o centro – no mínimo, um cruzamento principal e ponto de parada, num local de destaque. Certos parques e certas praças pequenas são quase unicamente um centro, a sua complexidade deve-se a diferenças menores na periferia” (Jacobs 2000:114).

No (re)desenho do espaço público consideramos serem fundamentais (para que sejam fundadores de urbanidade) as seguintes metas: i) fomentar ruas vivas e atraentes; ii) fazer com que o tecido dessas ruas forme uma malha o mais contínua possível por todo um bairro que possua o tamanho e o poder necessário para construir uma subcidade em potencial; iii) fazer com que os parques, praças e edifícios públicos integrem esse tecido de ruas, utilizá-los para intensificar e alinhar a complexidade e a multiplicidade de usos desse tecido. Eles não devem ser usados para isolar usos diferentes ou isolar zonas/bairros; iv), enfatizar a identidade funcional de áreas suficientemente extensas para funcionar como bairros (Jacobs 2000:141).



Figuras 24 e 25 – Centro de Poznan – Polónia

A função dos espaços públicos principalmente, é adequá-los à vida urbana, à vida de cidade, à vida “entre os edifícios”, “para as actividades quotidianas imprevistas: a circulação pedonal, as distâncias curtas, os jogos e essas actividades sociais habituais a partir das quais se pode desenvolver uma vida comunitária adicional, tal como desejam os residentes.” (Gehl 2006:64)

Os residentes do bairro em estudo, bairro do Casal Novo, também manifestaram esse desejo, sendo que iremos apresentar no capítulo seguinte esses desejos e intenções para uma vida urbana comum necessária à qualidade de vida no bairro do Casal Novo.

É nas áreas urbanas de génese ilegal que urge refazer a cidade na cidade, ou fundar a urbanidade. De facto, “Se o projecto do espaço público deve ser fundador de uma urbanidade, ele exige um conhecimento profundo da cidade actual, para decifrar na dimensão aleatória que a cidade integra, aquilo que regula certas formas de desordem, a fim de identificar um ponto de partida.” (Brandão 2006:12)

Esse dito, “ponto de partida” é no bairro do Casal Novo, a ausência (quase total) de espaço público, tanto exterior como interior e compete a nós analisá-lo e (re)desenhá-lo para atribuir essa urbanidade em falta.

#### **4.2 Desenho do espaço público para todos**

Para uma vitalidade e qualidade de vida no espaço público o seu desenho terá de atender ao uso e convivência entre diferentes gerações, classes sociais, grupos étnicos, etc. Esta convivência é fundamental para uma vida comum sadia e agradável. O espaço público deve ter em conta a vigilância e segurança dos mais novos.

As pessoas devem sentir-se bem a circular por todo o espaço público e ao verem presença de actividade, estabelecimentos comerciais, empresas, serviços e equipamentos públicos ativos, sentirão confiança para percorrer todo o espaço. (Jacobs 2000:37)

Os parques, por exemplo, sendo de grande ou pequena dimensão, é importante que proporcionem actividades e mobiliário urbano direccionados para todas as idades e que sejam dotados de áreas comerciais (entre outros espaços interiores semipúblicos) na sua envolvente.



Figuras 26, 27 e 28 e 29 – Diverso equipamento urbano no espaço público

É de importância fundamental para a fixação e permanência dos residentes em zonas principalmente residenciais, o desenho do espaço público para todos, sendo necessário oferecer condições para a permanência de actores públicos informais, espaços públicos vivos, bem vigiados e com vários usos, com constância, vigilância fácil e natural das crianças e inter-relação de usos com a inclusão de pessoas de fora (Jacobs 2000:439).

São necessários, nos espaços públicos tanto interiores como exteriores, “novos modos de interação. Os encontros directos nos espaços públicos podem substituir-se agora pela comunicação electrónica indirecta” através de meios informáticos. Embora ainda hoje se debata a perda de importância dos espaços públicos devido ao impacto da sociedade em rede, neste momento impõe-se a criação de espaços públicos que permitam a utilização do digital, a partir de meios físicos comunicantes (Gehl 2006:57) “A zona residencial, a cidade, e os espaços públicos – desde o centro comunitário à praça principal – formam um possível marco físico para satisfazer algumas destas novas exigências” (Gehl 2000:57).

Dado o crescente uso por parte de todos os grupos etários de telemóveis, computadores, *tablets* e outros equipamentos mas também por parte dos mais velhos, torna-se indispensável integrar as tecnologias e o digital nos projectos de espaço público.

Também temos que ter em conta uma boa acessibilidade, permeabilidade e atravessamento de espaços públicos tendo em conta diferentes situações, como pessoas com mobilidade reduzida, tendo em conta o uso de cadeiras de roda, de carrinhos de bebé, etc. Se possível devemos estruturar e desenhar espaços públicos e espaços privados acessíveis ao mesmo nível do solo e não ter acessibilidades que obriguem a um esforço físico elevado. Devemos optar por rampas em detrimento de escadas sempre que possível.



### 4.3 Escala Humana

De acordo com os parâmetros de desenho e uso do espaço público, a escala humanizada deve ter presente as dimensões humanas, porque são os homens os principais utilizadores do espaço público e, é para eles que fazemos arquitectura, que planeámos e projetamos espaços. Convém ter em linha de conta que os pedestres são os principais utilizadores da rua e não os condutores de veículos. Apesar de que, devemos combinar e facilitar o conflito entre estes elementos, importa que exista uma boa mobilidade e acessibilidade a e para todos.

O domínio de escalas, “na relação do objecto com o espaço, coloca-se desde as dimensões menores que a arquitectura, como objecto funcional e comunicativo do mobiliário urbano, até ao mais amplo sistema, por exemplo o natural ou o viário. A qualidade do espaço público desenha-se (...) como um processo de carácter não rígido, numa espécie de embraiagem, entre uma e outra escalas, em operações de negociação e crítica, do enriquecimento mútuo” (Brandão 2006:12).

Como bom exemplo de espaços humanizados, temos em toda a Europa, as praças nas cidades medievais apresentam-se adequadas “para actividades exteriores, pelas suas qualidades espaciais e as suas pequenas dimensões. Os espaços urbanos de épocas posteriores são muito menos satisfatórios a este respeito, pois tendem a ser demasiado grandes, demasiado largos e demasiado rectos” (Gehl 2006:46).

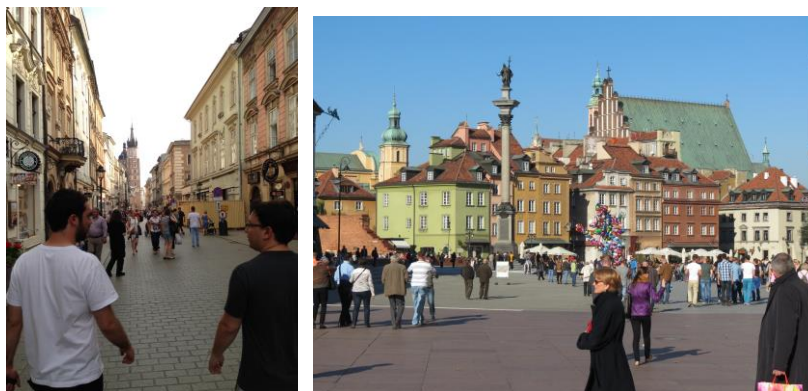


Figura 30 e 31 – Espaço público Krakow e Warszawa – Polónia

Reparamos que nas cidades de dimensões modestas e controladas, com “ruas estreitas, espaços pequenos, os edifícios, os detalhes construtivos e as pessoas que deambulam pelos espaços experimentam a curta distância e com uma intensidade considerável. (...) Os órgãos dos sentidos estão desenhados na sua maior parte para perceber e processar os detalhes e as impressões que se recebem à velocidade a que caminhamos ou corremos, é dizer, entre 5 e 1km/h. Se a velocidade de deslocamento aumenta, a possibilidade de distinguir detalhes e processar informação social significativa diminui bruscamente” (Gehl 2006:79).

O entendimento dos sentidos do ser humano é um requisito fundamental para “desenhar e dimensionar todas as formas de espaços exteriores e disposições de edifícios” (Gehl 2006:73).



Figura 32 – Rua de pequenas dimensões com actividade – Alfama - Lisboa

Sabemos que o movimento horizontal do ser humano está limitado a “uma velocidade aproximada de 5km por hora, e o aparelho sensorial está adaptado de modo preciso a esta condição. O campo de visão para cima é mais reduzido porque, quando vamos andando, o eixo de visão dirige-se aproximadamente dez graus para baixo, para ver por onde caminhamos.” (Gehl 2006:73)

Sabemos também que o “campo social de visão” compreende dimensões até cerca de “100 metros”, quando a distância é reduzida para “20 ou 25 metros, a maioria das pessoas pode perceber com relativa certeza os sentimentos e o estado de ânimo dos demais.” Consideramos que a esta distância o encontro surge verdadeiramente estimulante num contexto social (Gehl 2006:75).

A combinação e relação entre distância e intensidade utiliza-se muito na comunicação das pessoas. “Quase todos os contactos implicam um uso muito consciente das distâncias. A distância entre os participantes reduz-se e aumenta a intensidade dos interesses mútuos. A situação torna-se mais próxima, mais intensa. Por outro lado, a distância aumenta se o interesse e a intensidade decaem (Gehl 2006:77).

Para os que se movem muito depressa, tanto pedestres como condutores de veículos, “sejam capazes de perceber os objectos e as pessoas, as imagens devem ampliar-se muito. Portanto, a cidade do automóvel e a cidade do peão, têm dimensões e tamanhos totalmente distintos.” (Gehl 2006:81)

Só andando a pé é que temos uma “oportunidade significativa para o contacto e informação”, na que nos sentamos como queremos e temos tempo para “experimentar, parar ou participar.” (Gehl 2006:81)

Entendemos como bom exemplo, a cidade de Veneza, uma cidade humanizada, “com ruas muito estreitas”, em contraponto de “cidades modernas” com “tamanhos exagerados”. A distância, num mercado, para um “comércio frente-a-frente”, dispõe as bancas de lojas de “2 a 3 metros, uma medida que permite” essa mesma “circulação pedonal, o comércio frente-a-frente e uma visão clara dos artigos situados em ambos os lados”. (Gehl 2006:103)

Para uma sombra e luz atenuada, no sul da Europa temos bons exemplos, em espaços pequenos com edifícios altos.

Entendemos que o ideal, “uma solução melhor”, seria ter por exemplo, zonas residenciais de três pisos, criando “uma fachada à rua animada, assim com boas oportunidades para estar no exterior mesmo em frente de cada um dos lugares” (Gehl 2006:112).

#### 4.4 Desenho de acessibilidade e mobilidade

“Viver obcecado com a ideia de planejar para o trânsito é um erro”

(Kostof 1991:77)

A mobilidade e a acessibilidade devem viver lado a lado. Entendemos ser fundamental, uma cidade com boa mobilidade, e fácil acessibilidade, tanto para condutores de veículos como para pedestres. O confronto e conflito entre ambos deverá ser atenuado através de espaços de transição entre espaço público e espaço privado. Uma cidade deve ser acessível a todos, considerando também aqueles que têm dificuldades ou deficiências motoras. Deve ser também relacionada a mobilidade e acessibilidade para todas as pessoas, para todas as idades e se possível organizar essa mobilidade e acessibilidade a espaços ao confrontá-los no mesmo nível térreo.



Figuras 33 e 34 – Acessibilidade e mobilidade lado-a-lado

Em Veneza, como bom exemplo de mobilidade e acessibilidade, “a vida e a circulação existem lado-a-lado no mesmo espaço, que funciona simultaneamente como espaço para estadias no exterior e como meio de conexão. Neste contexto, a circulação não representa problemas de segurança, de gases de tubo de escape, de ruído ou sujidade, e portanto nunca foi necessário separar o trabalho, o descanso, as refeições, os jogos, a diversão e o deslocamento” (Gehl 2006:121).

Porém, nem todas as cidades podem funcionar como Veneza, tentaremos contudo basear-nos nessa cidade humanizada e, retirar as positivities presentes na elaboração de espaço com interesse e dedicado ao homem em vez de o dedicar ao automóvel.

Nos últimos anos, as cidades europeias tentaram “deixar os carros nos limites da cidade ou nas margens das zonas residenciais e caminhar os últimos 50,

100 ou 150 metros tranquilamente até chegar a casa.” Na Holanda, nessas chamadas zonas “*Woonerf*”, permite-se que os automóveis cheguem até às portas, mas as ruas estão claramente desenhadas como zonas pedonais por onde os carros são obrigados a circular a velocidades baixas entre as zonas dedicadas a estadia e a jogos. Os carros são hóspedes no domínio dos peões” (Gehl 2006:123-124).

A integração da “circulação automóvel nos âmbitos pedonais oferece vantagens consideráveis sobre os métodos que segreguem as circulações.” A intenção e o desejo Holandês de “integrar a circulação” oferece, entendemos, uma alternativa muito sadia e aceitável (Gehl 2006:124).

A boa acessibilidade também depende do desenho de fachada em contacto com a rua, “centros comunitários com janelas viradas para a rua” têm mais utilizadores que os fechados em si próprios e impelem à entrada, convidando a associar-se ou “ver o que sucede e quem participa” (Gehl 2006:127).

Não é apenas uma “questão de janelas” mas também de “distância”. “Os estritos parâmetros das experiências sensoriais humanas têm um papel importante na determinação de se um acontecimento é aberto ou fechado” (Gehl 2006:133).

Também temos que ter em conta se o “fluxo pedonal é muito limitado, as ruas podem ser igualmente estreitas. As ruas pequenas das cidades antigas, como os corredores das casas, rara vez têm mais de um metro, e os trilhos rurais apenas excedem os 30 centímetros” (Gehl 2006:148).

A acessibilidade também depende de acessos directos, a “preferência pelos ângulos rectos, seguida habitualmente pelos urbanistas, não é compartilhada em absoluto pelos peões” (Gehl 2006:150). “Uma das exigências mais importantes para que um sistema pedonal funcione bem, é organizar os deslocamentos para que sigam as distâncias mais curtas entre os destinos naturais dentro de uma zona”( Gehl 2006:154).

Devemos tentar evitar, se possível, “o traçado de passeios rectos e largos.” É visivelmente mais interessante, se tivermos em conta o uso das ruas “sinuosas ou interrompidas”. Aliás são melhores também para “reduzir o incómodo do vento” (Gehl 2006:155).

#### **4.5 Desenho do espaço público consoante densidade populacional e edificatória**

Um requisito fundamental à vida urbana é a densidade populacional e edificatória. Só existindo densidade é que o espaço público, contendo diversidade de usos e multiplicidade de escolhas e actividade, faz sentido. Desde que haja estabilidade populacional e densidade nas zonas residenciais, existirá actividade comunitária, e os espaços públicos, tanto exteriores como interiores com equipamentos de uso colectivo, serão peça fundamental para uma urbanidade e sociabilidade.

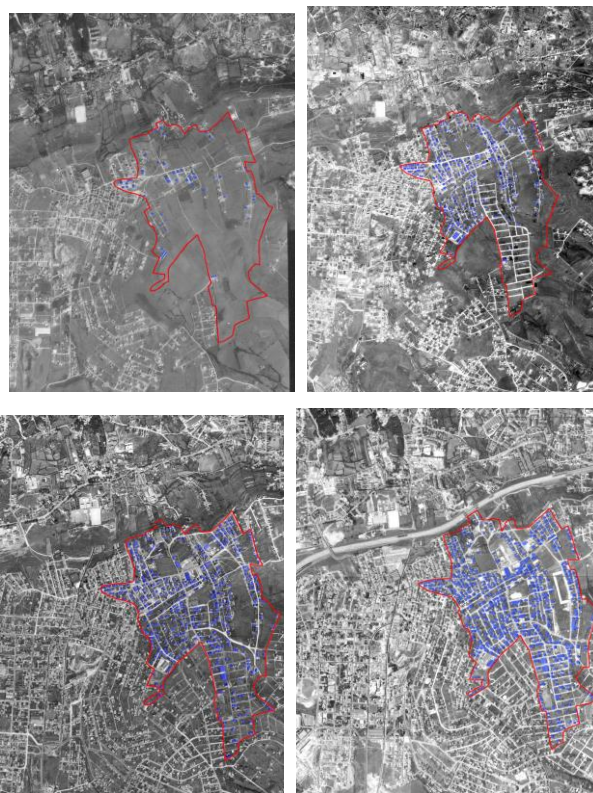
A necessidade de densidade edificatória, necessita também de “uma combinação de edificios com idades e estados de conservação variados, e incluir uma boa percentagem de prédios antigos, de modo a gerar rendimento económico variado. Deve haver densidade suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem os seus propósitos. Isso inclui alta concentração de pessoas cujo propósito é morar lá.” Por vezes será importante aumentar essa densidade edificatória para levar mais pessoas a viverem nessa zona residencial e a fomentar mais e mais actividade (Jacobs 2000:165).

As quadras, os quarteirões longos “neutralizam as vantagens potenciais que as cidades propiciam à incubação, à experimentação e a numerosos empreendimentos pequenos ou específicos, na medida em que elas precisam de cruzamentos muito maiores de pedestres para atrair fregueses e clientes”. Posto isto, será importante criar, nessas quadras longas, recortes visuais, largos, penetrações e atravessamentos de ruas; ou se for de origem, desenhar ruas de quarteirões curtos e de dimensões humanizadas (Jacobs 2000:202).

Essa densidade populacional e edificatória tem que ser tida em conta no projecto, planear ruas consoante o número futuro de utilizadores, pelo seu mínimo e não pelo seu máximo. “Quando o passeio a pé passa entre os edificios, as secções das ruas deveriam estar dimensionadas em proporção ao mínimo de usuários esperados, de maneira que os peões se desloquem por um espaço íntimo e claramente definido, e não “vão à deriva” por uma vasta superfície quase vazia” (Gehl 2006:155).



## CAPÍTULO 2- CONTEXTUALIZAÇÃO DO BAIRRO DO CASAL NOVO



Figuras 35, 36, 37 e 38 – Crescimento do bairro do Casal Novo  
(1977, 1982, 1990 e 1998, respectivamente)

### 1. Caracterização do bairro e da sua população

#### Caracterização do bairro e da sua população

O bairro estudo, mais propriamente o bairro do Casal Novo, inscreve-se na área Metropolitana de Lisboa, localiza-se no concelho de Odivelas e o seu território dispersa-se entre as freguesias de Caneças e de Famões. Neste bairro vivem 3486 pessoas (Censos de 2011, INE), e sobretudo pessoas com nacionalidade portuguesa.

O bairro do Casal Novo é composto por aglomerados habitacionais de génese ilegal, constituídos por habitações unifamiliares e organizado (originalmente) sem



regras e imposições legais. A ocupação e construção ocorreu como em outras áreas urbanas de génese ilegal (envolvente próxima e junto aos seus limites) através da compra de prédios rústicos, divididos e parcelados pelos seus proprietários, que os venderam aos actuais residentes. Estes procuravam apenas um terreno, um lote, onde pudessem construir as suas casas tipo moradia, de grande dimensão, com várias áreas privadas, com espaço nas traseiras para a actividade hortícola e que na face dianteira, a fachada fosse ornamentada (para mostrar ostentação e poder financeiro) e que albergasse ainda um pequeno jardim junto a entrada.

O bairro é infraestruturado porém é escasso em espaço público, espaço de todos e para todos, ou seja, falta espaço de encontro que fomente a urbanidade e a sociabilidade.

Apesar de termos constatado que o bairro tem 90% de população com menos de 65 anos, os residentes no activo trabalham na sua maioria fora do bairro e praticamente só usufruem deste na curta “ida ao café” (segundo o inquérito que realizamos) ou quando estão em casa. Porém este bairro é percepcionado como um bairro “calmo e seguro”.

De modo a obtermos um retrato mais aprofundado dos residentes e das suas opiniões e práticas foram realizados 66 inquéritos por questionário (amostra não probabilística e intencional), a residentes com idades compreendidas entre 14 e 78 anos, percebemos que os residentes apesar de se sentirem “parte do bairro”, não mostram grande empatia com este, uma vez que não dispõem de espaços que fomentem o contacto e o encontro, os serviços e equipamentos são escassos e quase inexistentes, restringindo-se a uma escola Primária e uma igreja definida como equipamento provisório, aguardando a construção de um edifício permanente.

Sendo o espaço público um elemento gerador de relações de vizinhança, é neste que ocorre a mobilidade e o movimento das pessoas, seja de pedestres a condutores de veículos, é onde se evidencia o acontecimento, a troca de estímulos e, é nele que acontece a festa se tal se proporcionar; sabendo-se da sua evidente ausência, foi importante a colaboração da Câmara Municipal de Odivelas, que nos indicou “espaços livres” no bairro, com o intuito de os (re)desenhar como espaços públicos com novas qualidades de urbanidade, vitalidade e sociabilidade.

A construção de génese ilegal levou a que a centralidade, centralidades secundárias e pontos marcantes com diversidade e multiplicidade de usos não fossem elementos fundamentais para o funcionamento destas zonas residências, destes subúrbios e dormitórios das grandes cidades.

Por outro lado, entendemos que a posição do bairro, relativamente a outros elementos constituintes da cidade pode ser benéfica. Os limites, as fronteiras do bairro estão bem definidos e são reconhecíveis, quer por outros bairros (e por vezes por outras áreas urbanas de génese ilegal), quer por elementos de fronteira, como é a Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) que faz a divisão do bairro na encosta e o “separa” da Vila de Caneças. Porém é atravessável sob esta via, mas o declive impôs a não construção. A topografia a norte do bairro, que faz a ligação com Caneças, facilita o alcance e permite que o bairro seja visto numa perspectiva de fora para dentro e de dentro para fora, tornando-o reconhecível.

No âmbito da mobilidade, a proximidade a Lisboa é facilitada pela existência de uma boa rede viária – CREL, IC22 e IC16 - contudo, existe uma escassa frequência e quantidade de transportes públicos. A maioria dos residentes têm veículo próprio, necessário e vital para poderem viver a vida urbana no exterior do bairro já que no bairro esta praticamente não existe.

Ao mesmo tempo, o carácter suburbano da zona de Odivelas, a concentração de emprego na capital e a concentração de fluxos em determinados eixos urbanos condicionou o investimento na zona, visto que apenas se intensificaram actividades ligadas ao sector terciário.

A presença de equipamentos e serviços é de igual forma um ponto a ter em conta no dia-a-dia dos habitantes do Casal Novo; verificou-se uma razoável cobertura de equipamentos numa relação distância-tempo (através de carro e não a pé), excepto relativamente a equipamentos de carácter cultural e desportivo.

## Caraterização do edificado

### Tipos de Edifícios

Podemos constatar similaridades entre o Bairro do Casal Novo e o concelho de Odivelas. De facto prevalecem os edifícios exclusivamente e, principalmente residenciais.

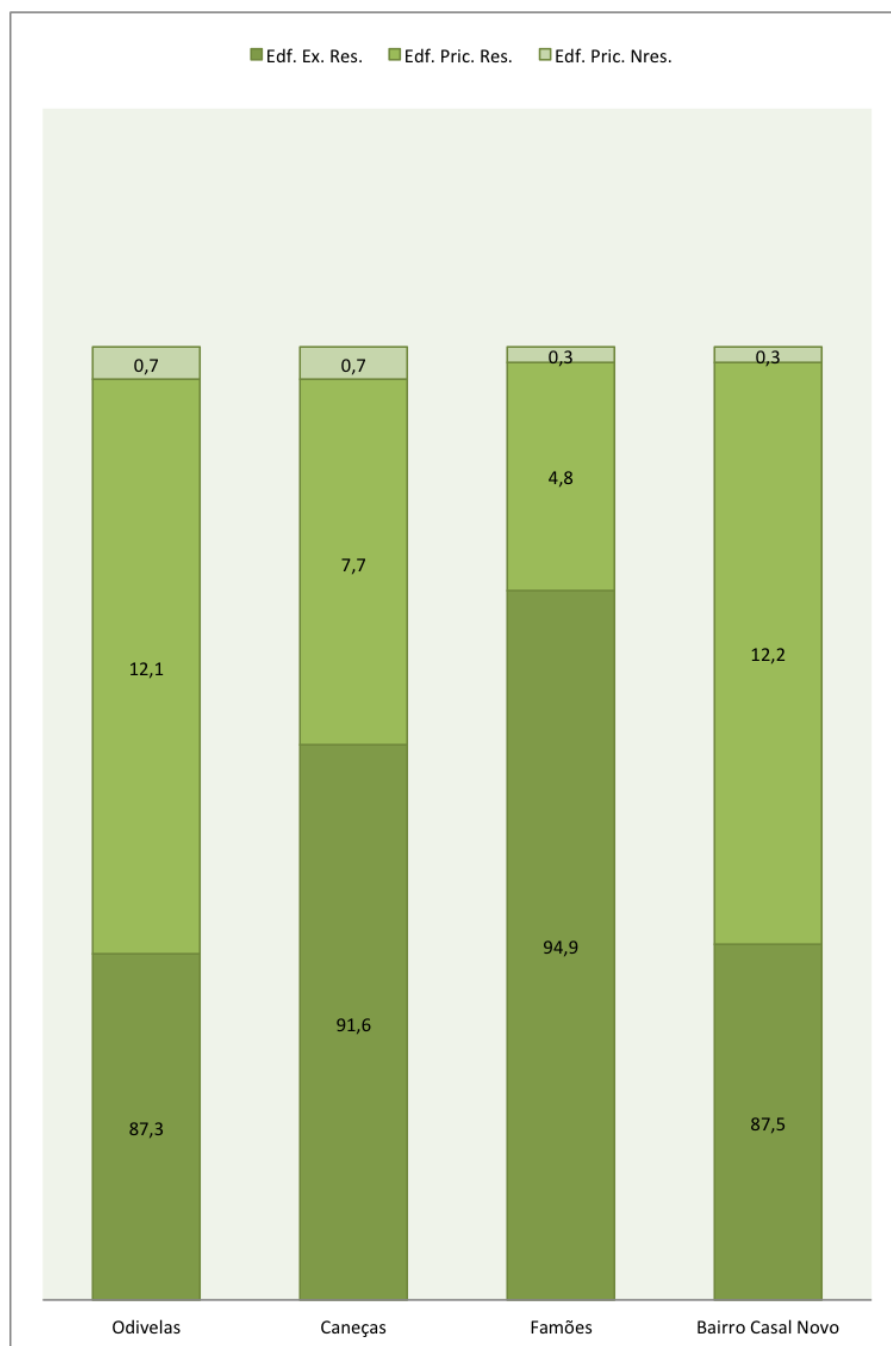


Gráfico 1 – Tipos de edifícios (INE, censos de 2011)

## Tipologias de Edifícios

O Bairro do Casal Novo é constituído maioritariamente por moradias de 1 a 4 pisos, de carácter unifamiliar. Contudo e em contraste, o concelho de Odivelas apresenta uma considerável percentagem de edifícios com mais de 5 pisos, que no bairro são quase inexistentes, subsistindo apenas a dois conjuntos de habitação colectiva, e construídos nos últimos anos (depois dos anos 90).

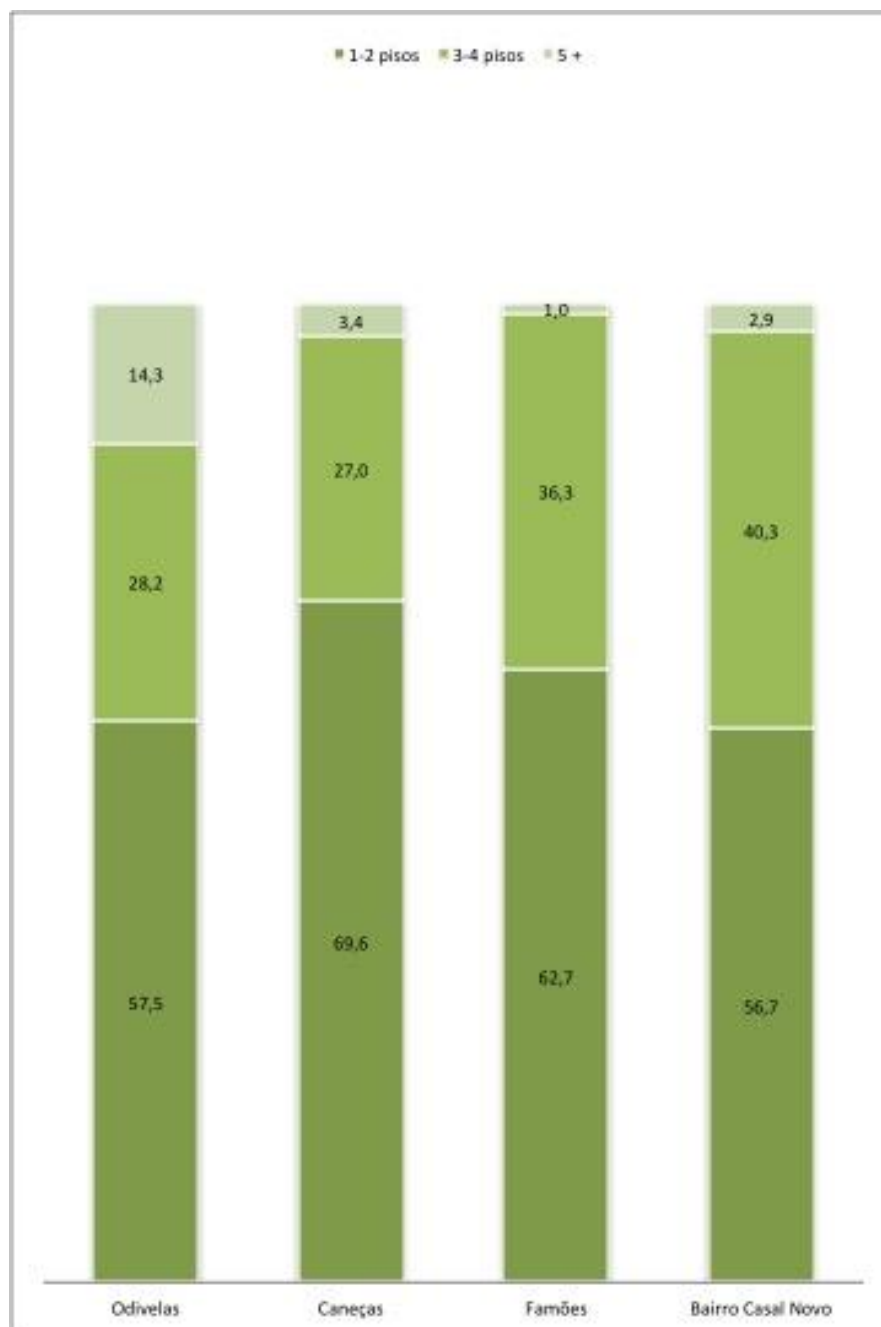


Gráfico 2 – Tipologias de edifícios (Censos, 2011)

### Alojamentos vagos

Observamos que no bairro a percentagem de alojamentos vagos é próxima do que se constata em Caneças e Odivelas.

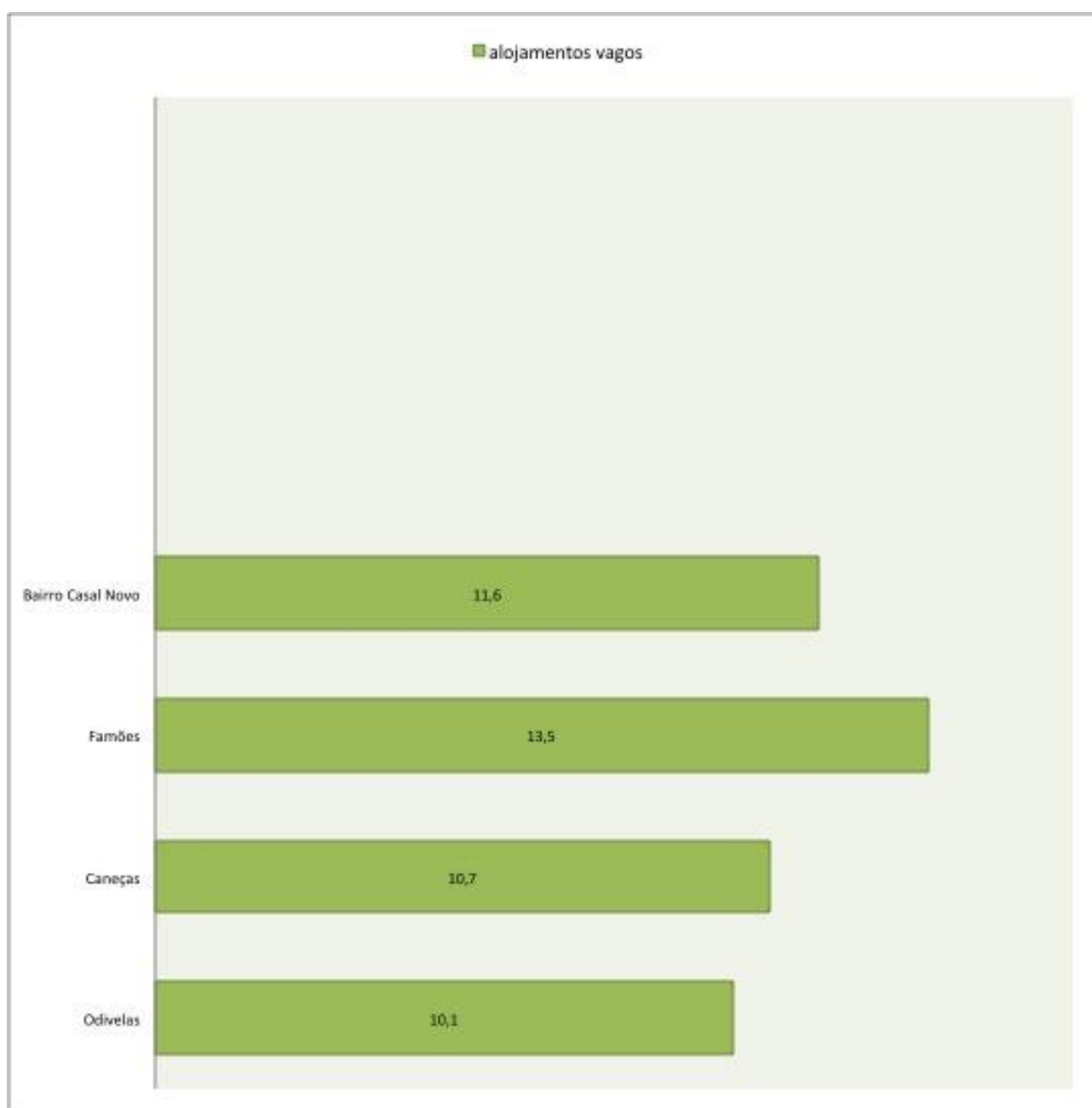


Gráfico 2 – Alojamentos vagos (Censos, 2011)

## Áreas dos alojamentos

Parece haver uma maior proximidade entre o Bairro do Casal Novo e a freguesia de Famões no que diz respeito às áreas dos edifícios. Caneças e o concelho de Odivelas são contrastantes com o bairro do Casal Novo, relativamente a edifícios com mais de 200m<sup>2</sup>, tendo o bairro valores mais altos ao nível dos edifícios com grandes áreas (+ de 200m<sup>2</sup>).

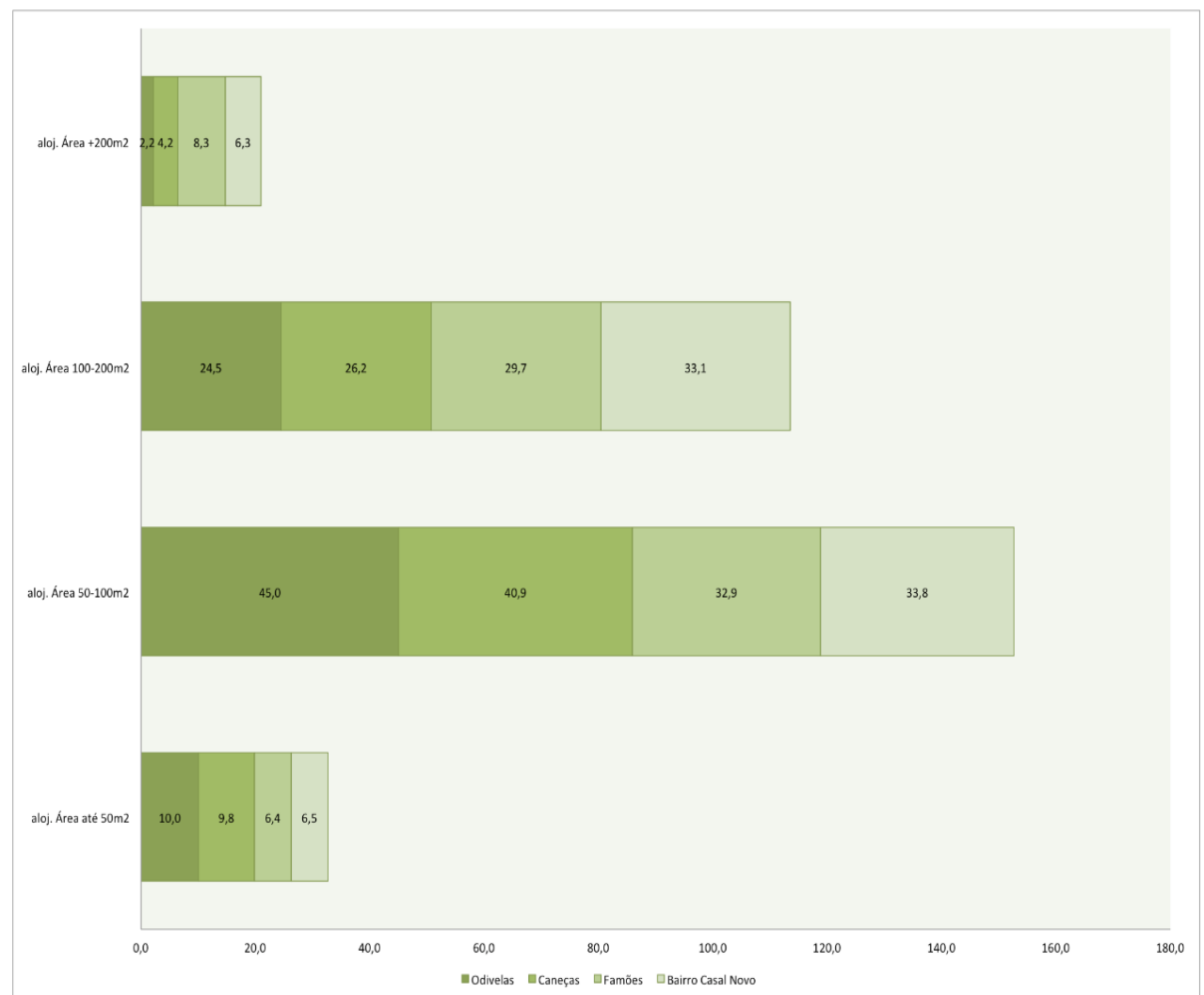


Gráfico 4 – Áreas dos edifícios (Censos, 2011)

### Caraterização da população residente

Podemos verificar que nas 4 unidades territoriais, há um equilíbrios entre o número de residentes masculinos e o número de efetivos femininos.

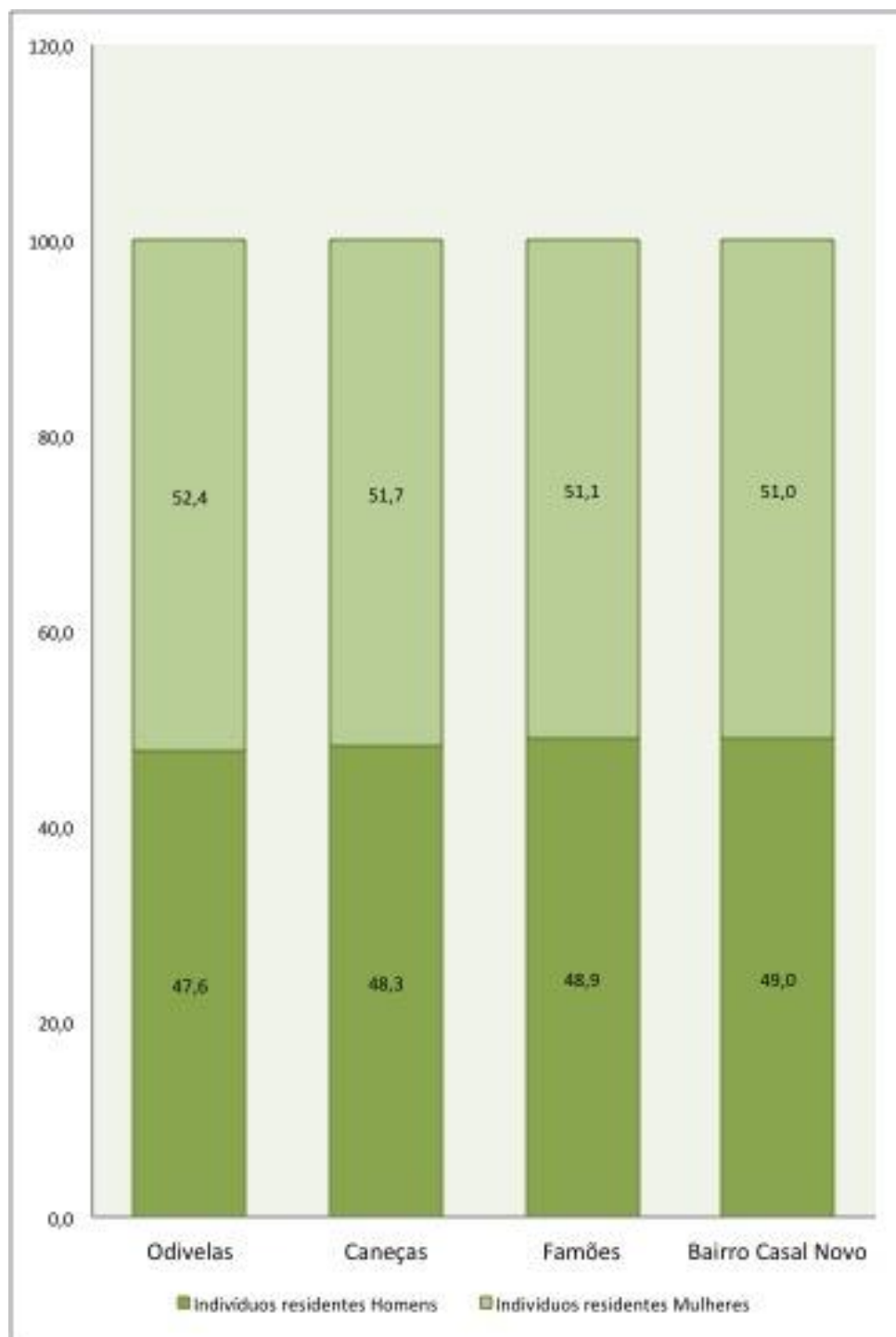


Gráfico 5 – Caracterização da população residente (Censos, 2011)

## Grupos etários dos residentes

Em relação à faixa etária dos indivíduos residentes, o bairro só apresenta resultados minimamente contrastantes com o concelho de Odivelas e freguesias de Caneças e Famões no que diz respeito a indivíduos residentes com mais de 65 anos, registando-se um valor de 10%. Posto isto, verificamos que o bairro tem uma população ainda jovem e pouco envelhecida comparativamente às outras unidades territoriais.

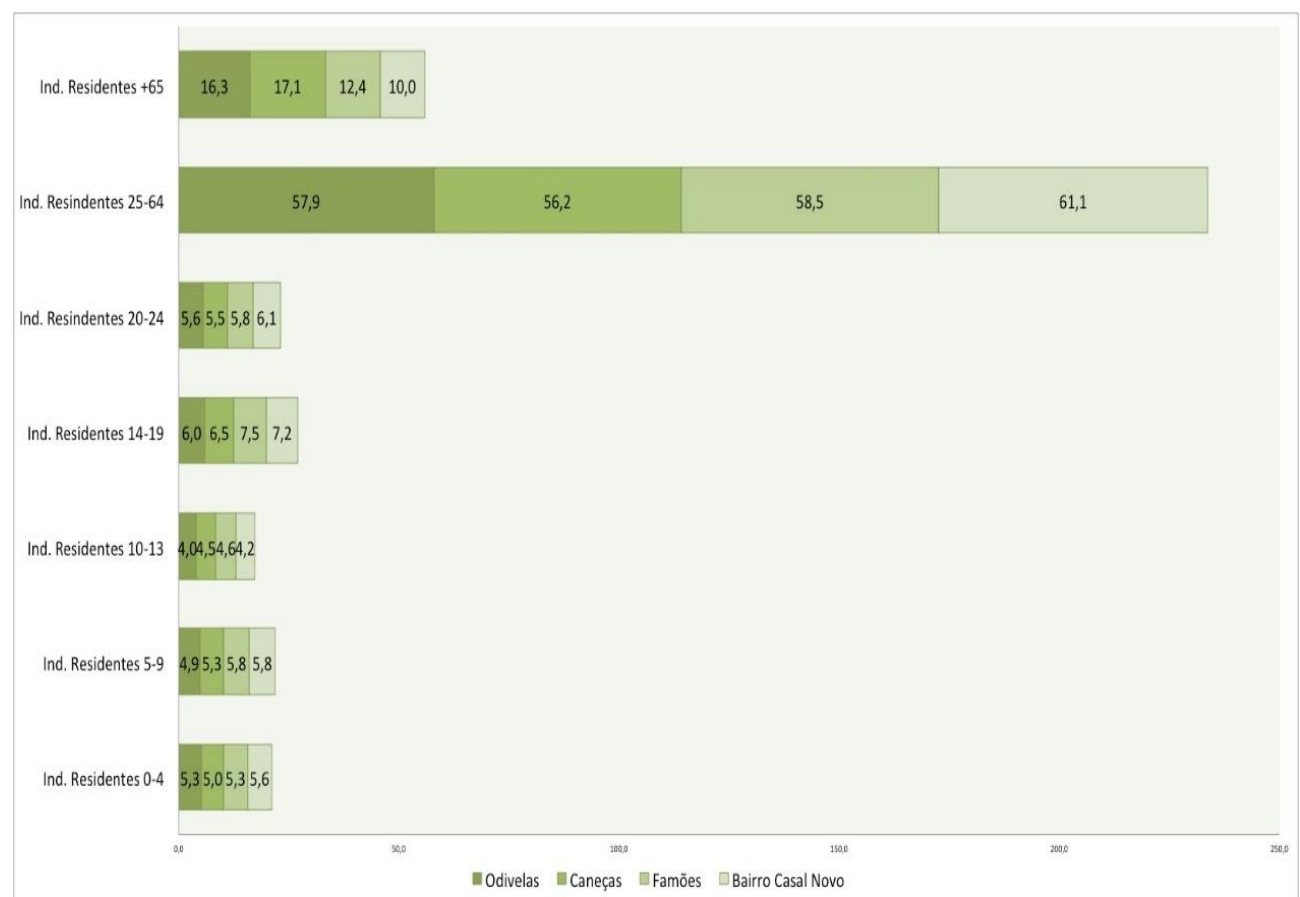


Gráfico 6 – Grupos etários dos residentes (Censos, 2011)



## Escolaridade

Relativamente à distribuição da população por níveis de escolaridade, o bairro é similar ao concelho de Odivelas e freguesias de Caneças e Famões, apresentando uma taxa relativamente significativa de indivíduos residentes com o ensino superior completo (10%) e uma baixa taxa e, 2% residentes analfabetos.

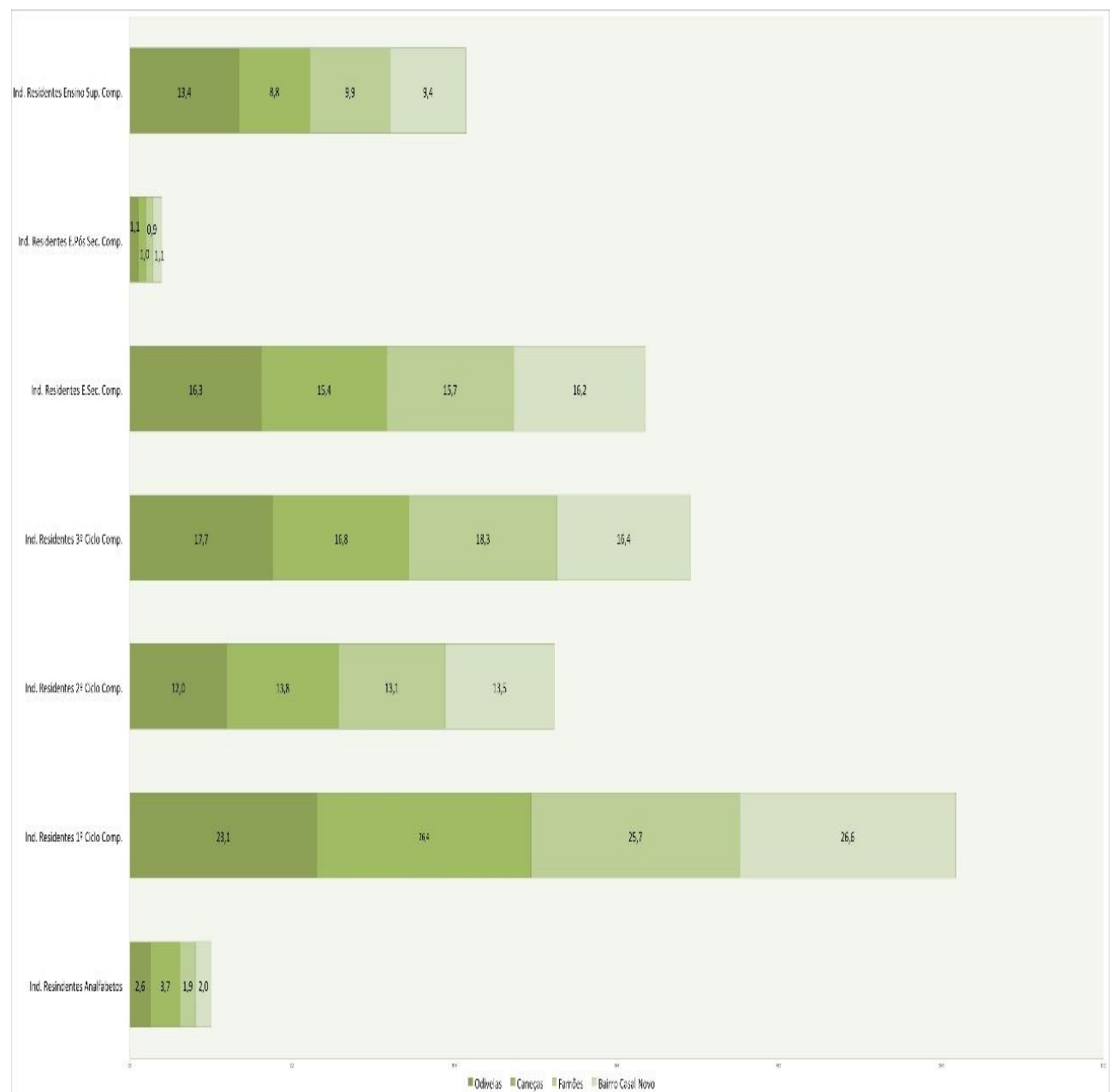


Gráfico 7 – Escolaridade dos residentes (Censos, 2011)

## Actividade profissional

O bairro apresenta uma percentagem significativa de indivíduos residentes empregados (50%), 15% são pensionistas ou reformados e 1/3 não tem actividade económica.

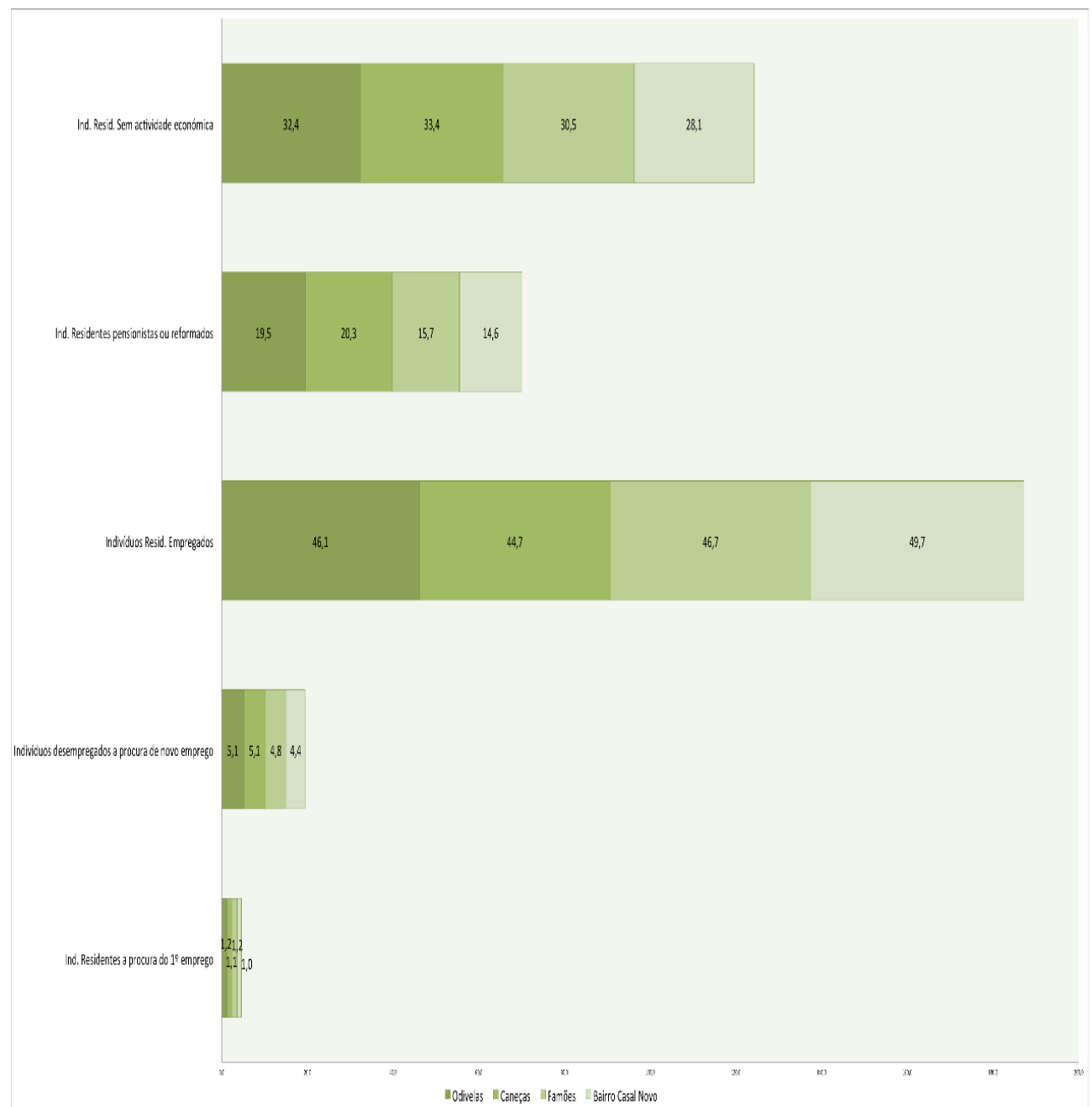


Gráfico 8 – Actividade profissional (Censos, 2011)

### Sector de actividade

Em relação ao sector de actividade predominante, o perfil do bairro é idêntico ao do concelho de Odivelas e às Freguesias de Caneças e Famões. Ou seja, domina do sector terciário, sendo de evidenciar que o secundário tem maior relevância no bairro em análise.

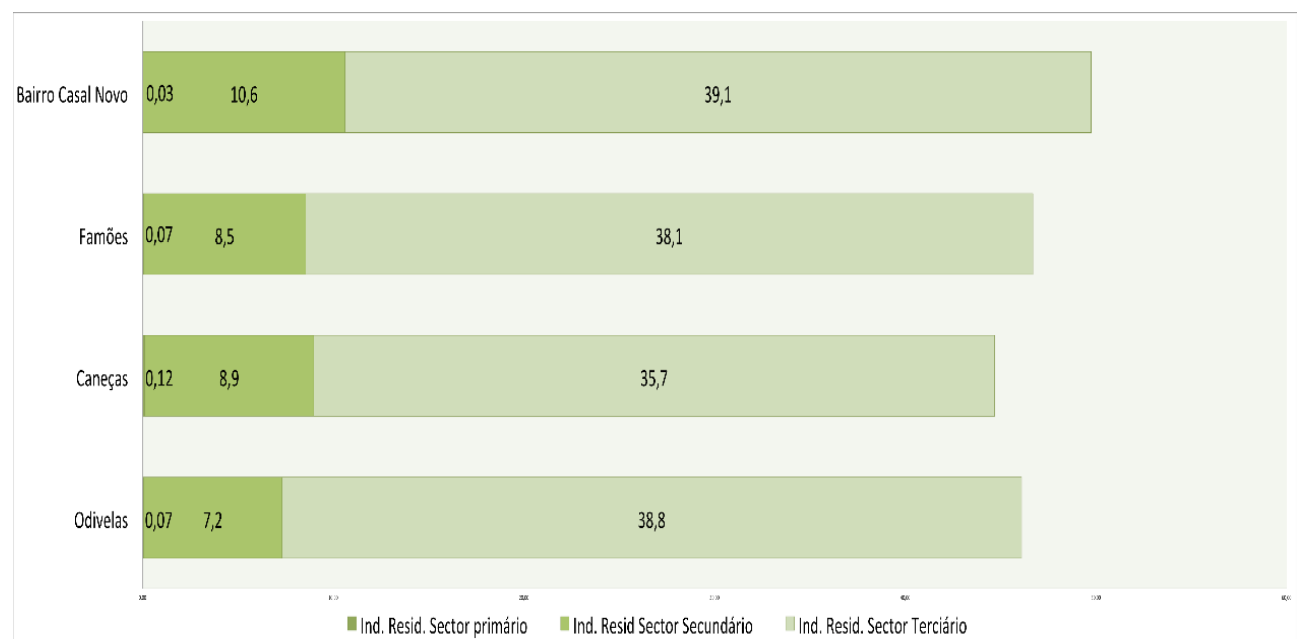


Gráfico 9 – Sector de Actividade (Censos, 2011)

Entendemos também importante invocar a voz ativa e a opinião dos residentes, para definir claramente as prioridades no que diz respeito aos investimentos públicos. O diagnóstico do presente é inequivocamente um dos critérios a tomar em consideração para fundamentar de modo sustentado uma determinada opção em detrimento de outras (idem). Passamos assim à apresentação e discussão dos resultados derivados da aplicação do inquérito por questionário aos residentes do bairro. Pretende-se perceber quais as principais carências do bairro “em termos de equipamentos e ou serviços, bem como as valências que um futuro centro comunitário deveria contemplar.

Todos os cálculos e gráficos foram efectuados no programa AnDad (CVRM/CERENA/IST, 1989, 2002, 2012).

O inquérito é constituído por diversas questões subdivididas por 4 temas A. Características da população; B. Características das deslocações; C. Equipamentos e Serviços necessários; D. Valências do futuro Centro Comunitário. Este instrumento foi aplicado presencialmente e em contacto directo com os inquiridos, entre 8.5.2014 e 29.10.2014.

Observámos que mais de 70% dos respondentes têm idades compreendidas entre os 25 anos e os 64 anos, registando-se a presença de poucos idosos. A distribuição dos inquiridos por género é equitativa. Verifica-se ainda que os respondentes são quase todos portugueses e residentes na freguesia de Caneças.

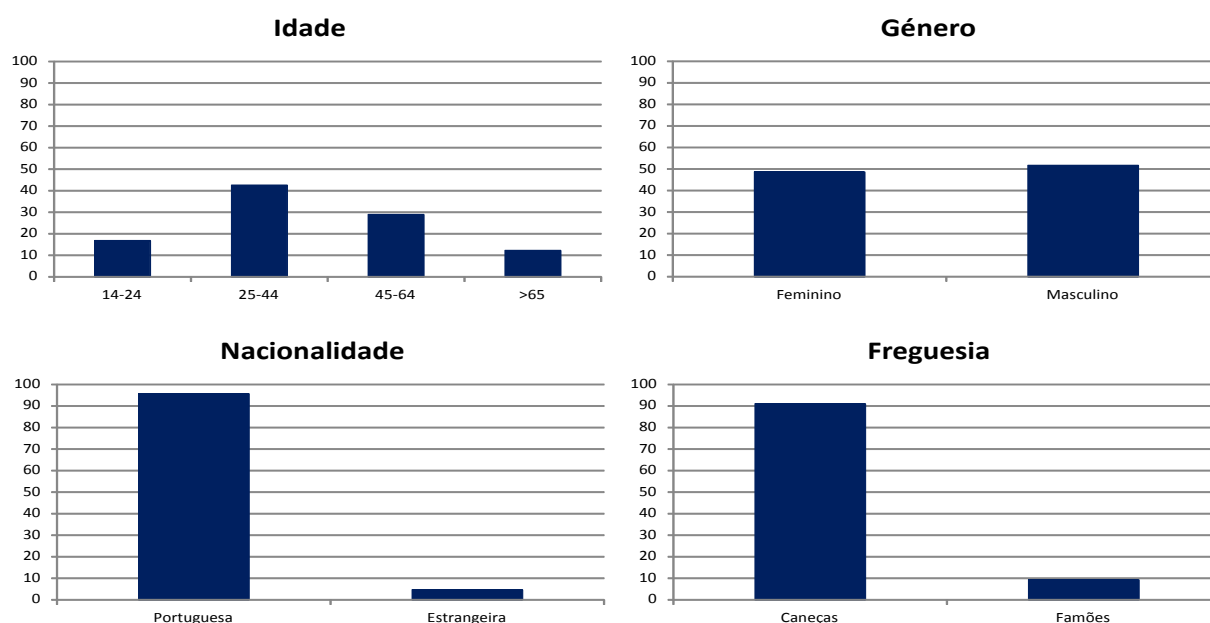


Gráfico 10,11,12 e 13 – Idades, género, nacionalidade e freguesia dos inquiridos (AnDad)

Quase 80% das pessoas que foram inquiridas frequentou o ensino básico e ou secundário. Na sua maioria estão empregados (60%) e pouco mais de 10% se encontra desempregado. Mais de metade dos agregados familiares são constituídos por adultos, havendo cerca de 30% de crianças e jovens e pouco mais de 10% de idosos.

No referente à participação em movimentos associativos, 80% dos respondentes não integra nenhuma associação ou grupo.

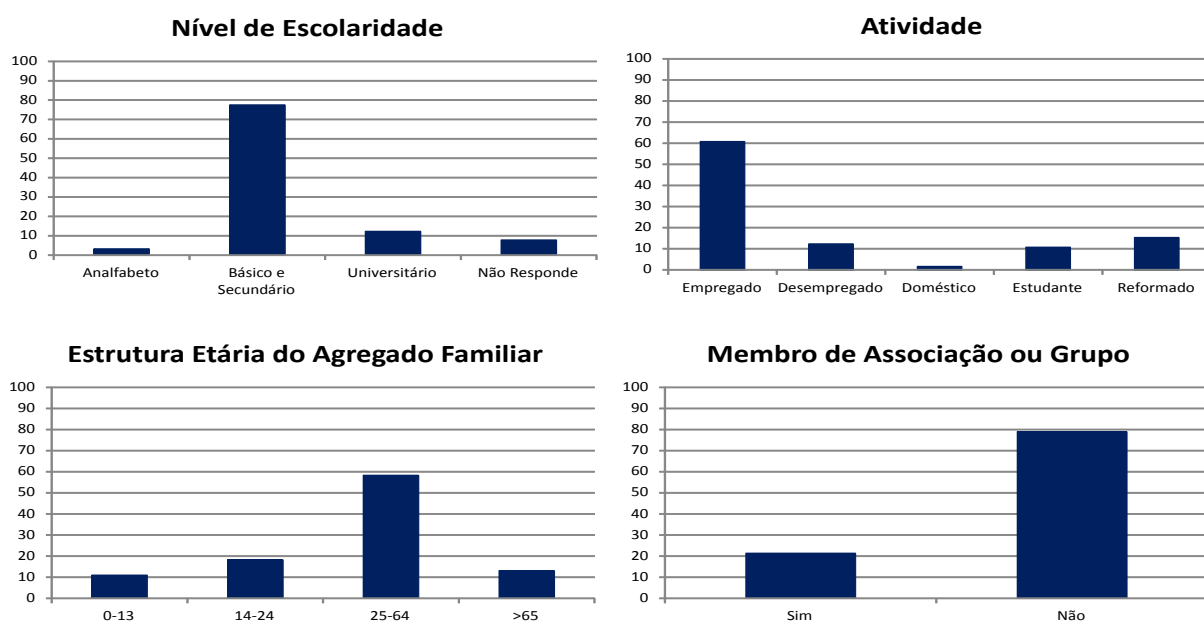


Gráfico 14, 15, 16 e 17 Nível de escolaridade, actividade profissional, estrutura etária e membros de associações (AnDad)

### Práticas, aspirações e necessidades sentidas pelos moradores

Normalmente, a esmagadora maioria dos respondentes passa o fim-de-semana no bairro (80%) e mais de metade tem e cultiva a sua com uma horta. É de salientar também que mais de 20% dos respondentes gostaria de ter uma horta. Embora mais de 80% dos respondentes seja religioso, mais de 40% nunca frequenta o local de culto e menos de 30% só o faz em dias festivos.

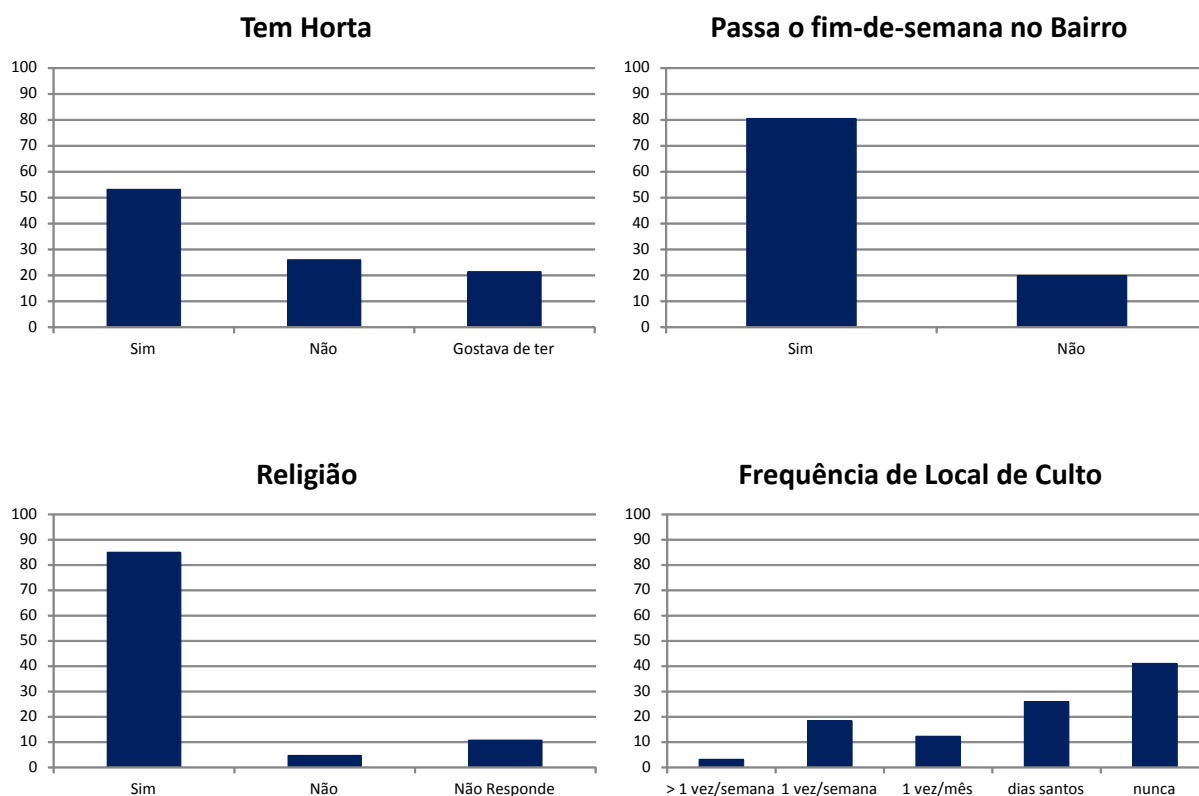


Gráfico 18, 19, 20 e 21 – Desejo de horta, fim-de-semana no bairro, religião e frequência de ida ao local de culto (AnDad)

No que se refere aos meios de deslocação e tempo despendido por parte dos que exercem alguma atividade profissional, embora se registre um maior uso do automóvel, os inquiridos andam a pé e usam os transportes públicos. Para cerca de 40% o tempo despendido nessas deslocações é inferior a 15 minutos.

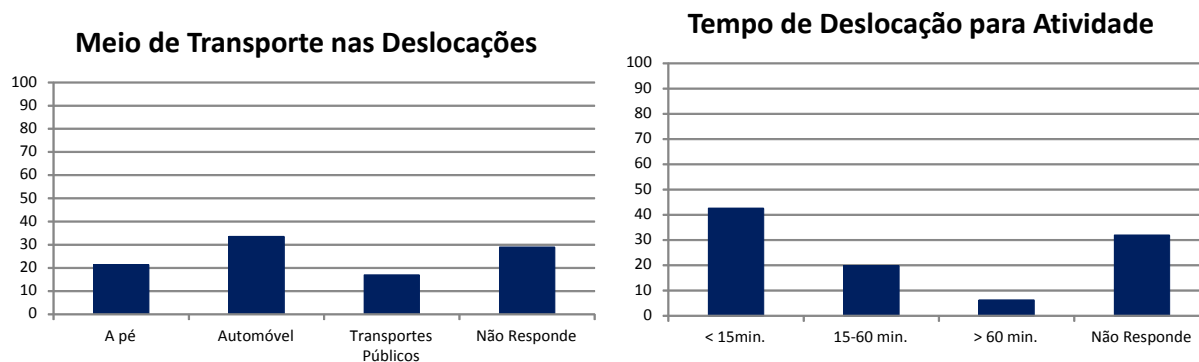


Gráfico 22 e 23 – Meio de transporte e tempo de deslocação para o trabalho (AnDad)

No que respeita aos equipamentos e serviços que mais falta ao bairro, os respondentes indicaram, pela seguinte ordem de importância: o Centro Desportivo, Centro de Dia, Biblioteca e Centro Comunitário.

## Equipamentos ou Serviços necessários ao Bairro

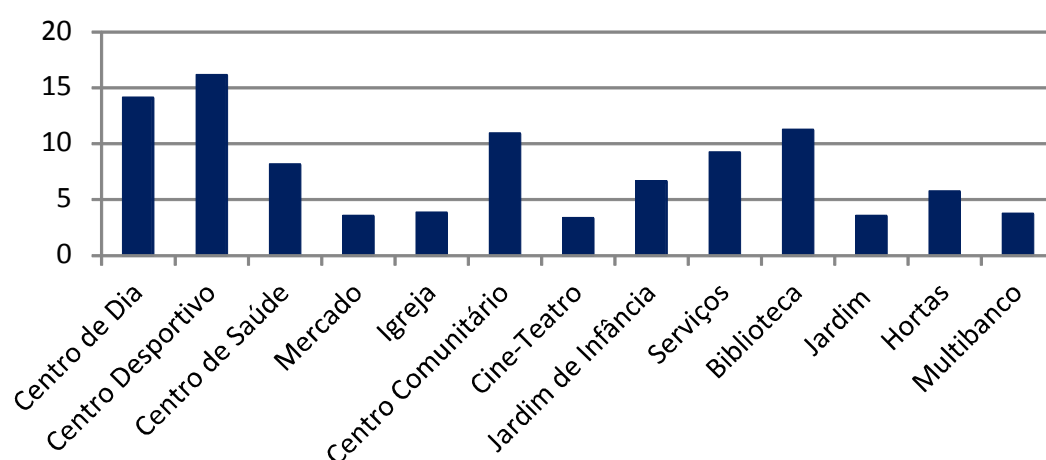


Gráfico 24 - Equipamentos necessários no bairro do Casal Novo (AnDad)

Mais de 90% evidenciam a necessidade de criação de espaço público, subsistindo uma percentagem relevante de respostas que apontam para a necessidade de uma capela mortuária.

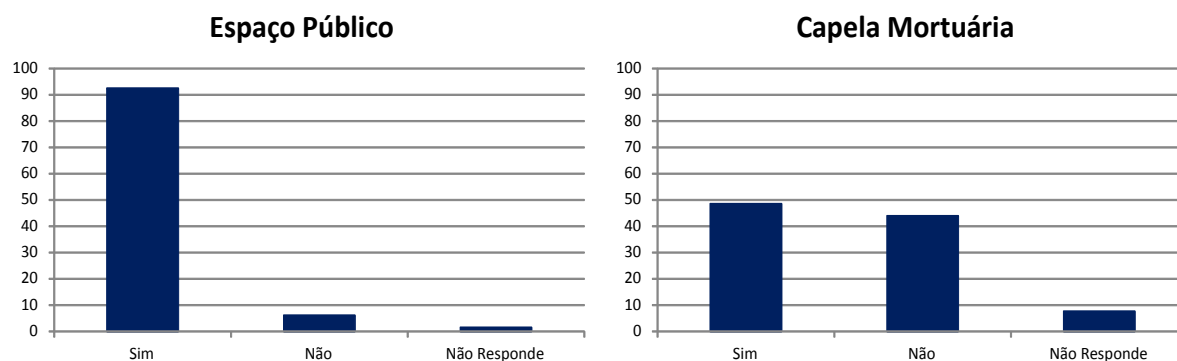


Gráfico 25 e 26 – Necessidade de espaço público e de capela mortuária (AnDad)

Perante a perspetiva de ser construído no bairro um Centro Comunitário; questionaram-se os moradores as valências que o mesmo deve albergar, destacando-se, por ordem de importância, os seguintes: Biblioteca, Salas Multi-usos, Cantina e Salas de Estudo.

### Valências do possível Centro Comunitário

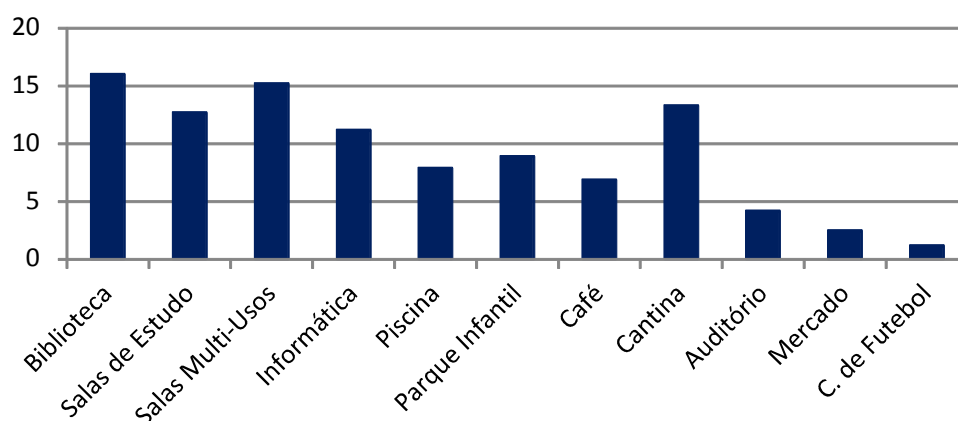


Gráfico 27 – Valências de um futuro centro comunitário (AnDad)

Dada a natureza qualitativa das variáveis em estudo, aplicou-se a Análise Fatorial das Correspondências (AFC) ao conjunto das variáveis para avaliar o comportamento conjunto das mesmas (Benzécri, 1980; Benzécri *et al.*, 1981; Greenacre, 2007).

Embora o conjunto de dados tratados não apresente uma estrutura claramente definida e o primeiro eixo fatorial contenha apenas 11% da inércia total do conjunto de dados, podem estabelecer-se algumas relações entre as variáveis consideradas no inquérito, baseando essa análise nos três primeiros eixos fatoriais que representam cerca de 25% da inércia total.

Assim, de acordo com as contribuições absolutas para a formação do primeiro eixo fatorial podem considerar-se dois grupos de categorias, a vermelho e a magenta (ver gráfico 28). Distingue-se por um lado o grupo dos mais idosos, reformados, que frequentam mais os locais de culto, com menos habilitações literárias e que sentem falta de capela mortuária – Grupo A – e, por outro lado, o



grupo dos adultos, empregados, que usam o automóvel nas suas deslocações e que não sentem necessidade de capela mortuária – Grupo B.

Com menos importância, as contribuições absolutas para a formação do segundo eixo fatorial permitem também distinguir dois grupos de categorias, representadas a verde escuro e claro no gráfico 28. Num grupo concentram-se os jovens, estudantes e desempregados, que se deslocam a pé, nunca frequentam os locais de culto, não são religiosos e não têm hortas comunitárias – Grupo C. Este grupo opõe-se ao grupo dos religiosos, com habilitações literárias de nível elevado, deslocam-se em transportes públicos com deslocações demoradas, pertencem a associações ou grupos e não sentem necessidade de espaço público – Grupo D.

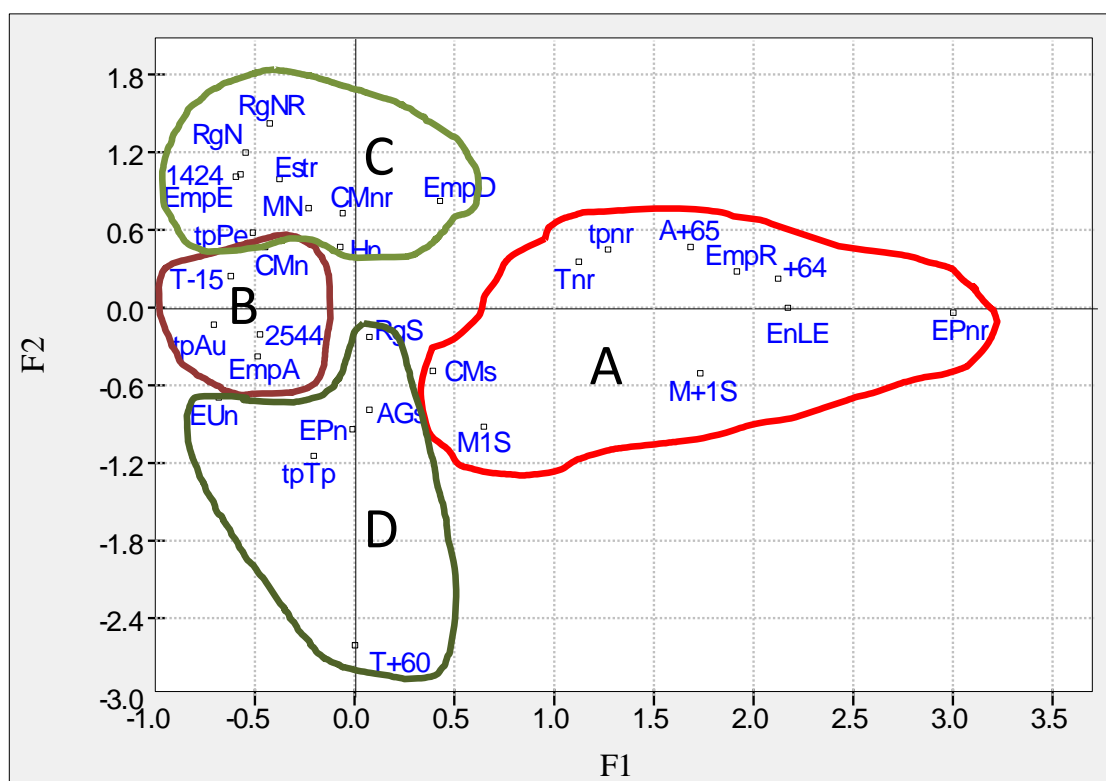


Gráfico 28 – Grupos A, B, C e D e seu comportamento (AnDad)

Com menos importância ainda, as contribuições absolutas para a formação do terceiro eixo fatorial permitem distinguir mais dois grupos de categorias, representadas a azul escuro e claro no gráfico 29. Num grupo concentram-se os residentes em Famões que frequentam os locais de culto em dias festivos e que sentem falta de hortas comunitárias – Grupo E. Este grupo distingue-se do grupo dos residentes de meia-idade, com habilitações literárias de nível do básico e secundário e com jovens nos respetivos agregados familiares – Grupo F.

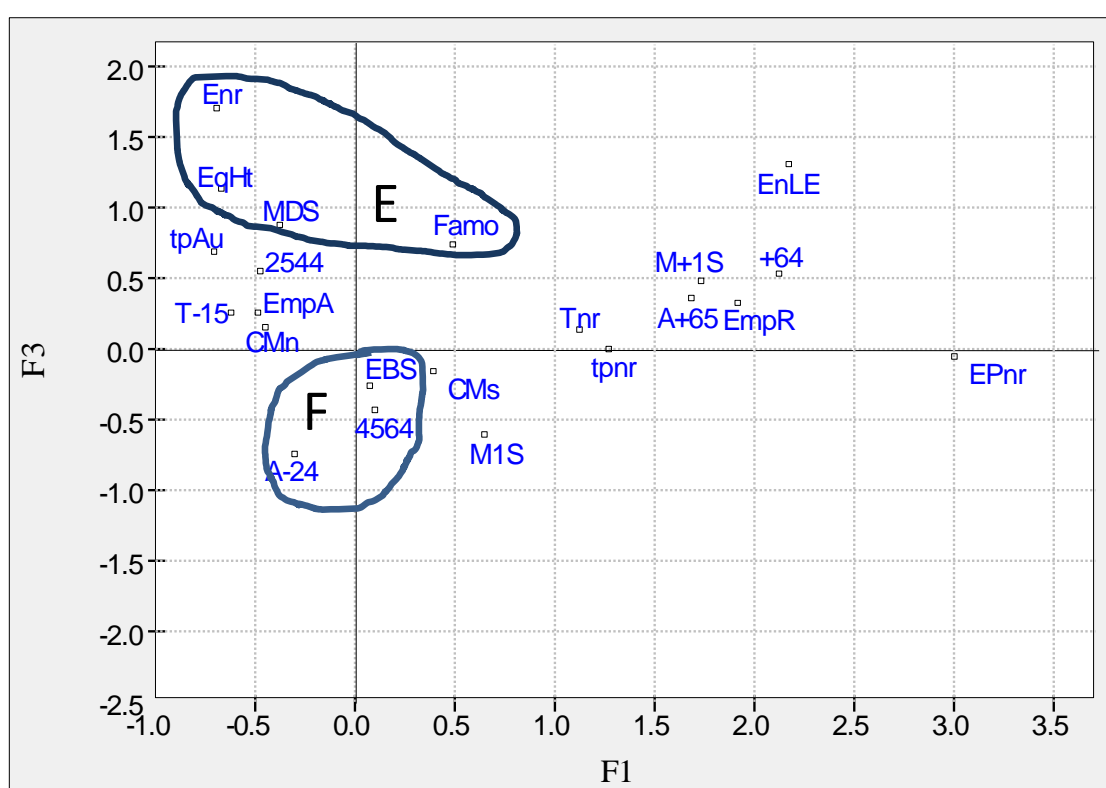


Gráfico 29 – Grupos, E e F e seu comportamento (AnDad)

Na análise uni variada não se observou distinções relevantes entre os inquiridos no que se refere às necessidades sentidas em termos de equipamentos e serviços. Porém, a análise dos gráficos 30 e 31 permite evidenciar preferências singulares associadas aos grupos anteriormente identificados. O Grupo A manifesta preferência pelo Centro de Dia, Centro de Saúde, Mercado, Jardim Infantil e Jardim. O Grupo B manifesta interesse pelo

Centro Desportivo, da Biblioteca e das Hortas Comunitárias. O Grupo C sente falta do Multibanco, enquanto o Grupo D expressa maior interesse pela Igreja. O Grupos E aponta as Hortas Comunitárias e o Grupo F mostra uma maior preferência o Centro Comunitário e o Cineteatro.

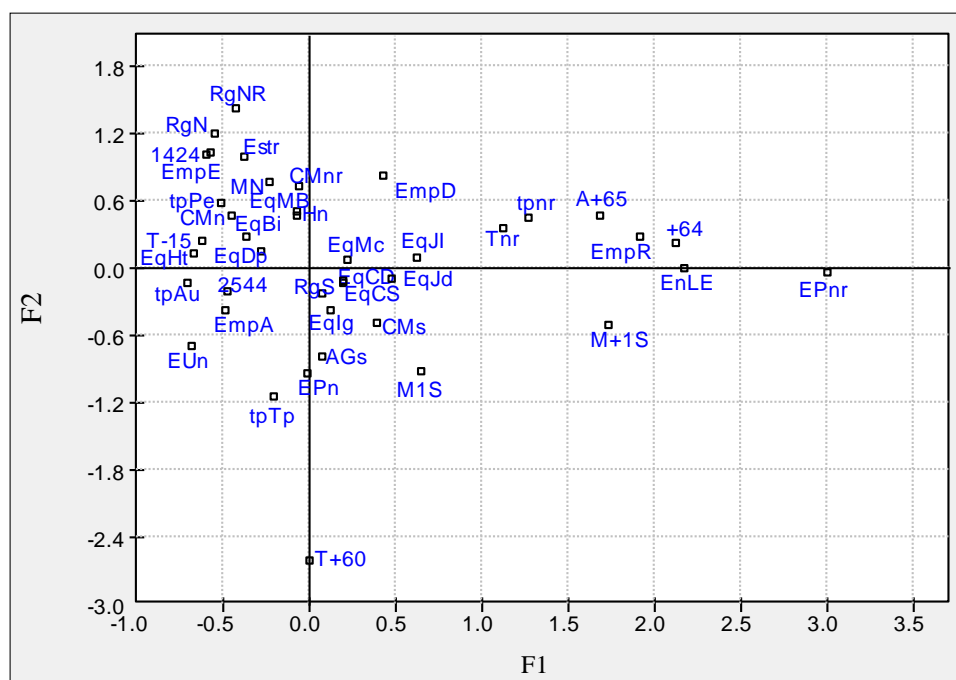


Gráfico 30 – Grupos A, B, C e D e seus interesses e desejos (AnDad)

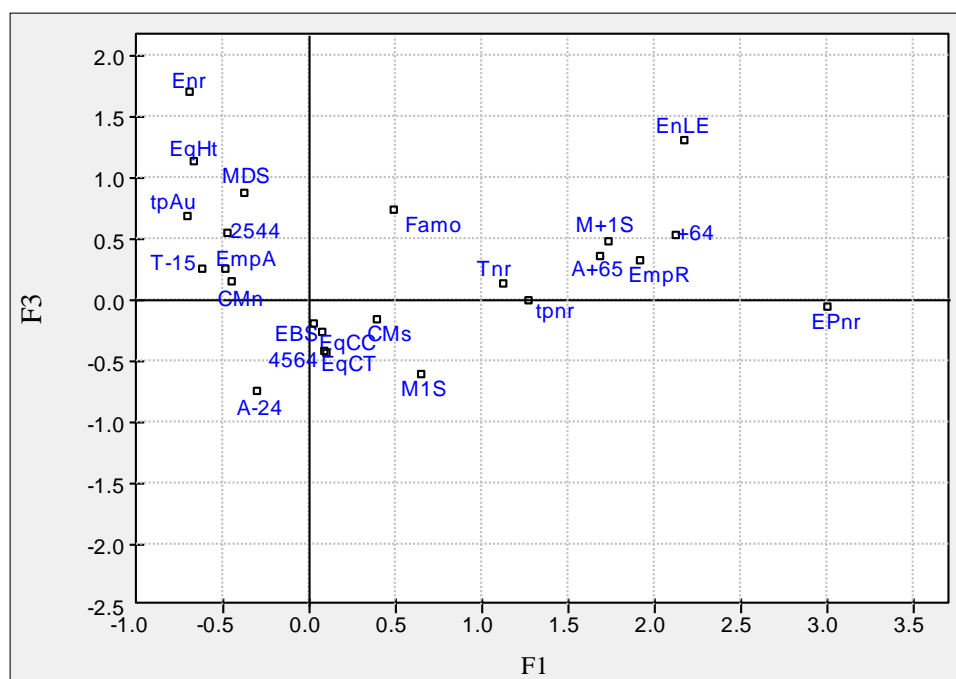


Gráfico 31 – Grupos E e F e seus interesses e desejos (AnDad)

No que se refere à análise das valências e serviços do centro comunitário é possível observar distinções entre os respondentes (gráficos 33 e 34). O Grupo A prefere a inclusão de serviços de cafetaria. O Grupo B considera como valências prioritárias a Piscina, o Parque Infantil e o Mercado. O Grupo C mostra maior preferência pelo Auditório e Campo de Futebol; por sua vez, o Grupo D escolhe a Cantina. O Grupo E sente necessidade de Salas de Estudo, e o Grupo F não demonstra nenhuma preferência.

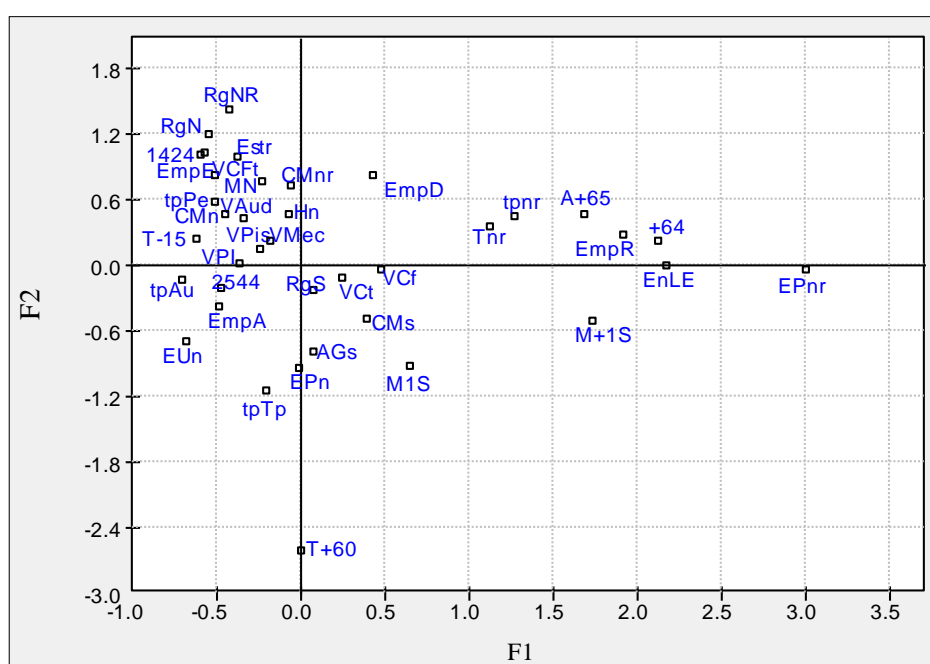


Gráfico 32 – Preferências dos grupos A, B, C e D (AnDad)

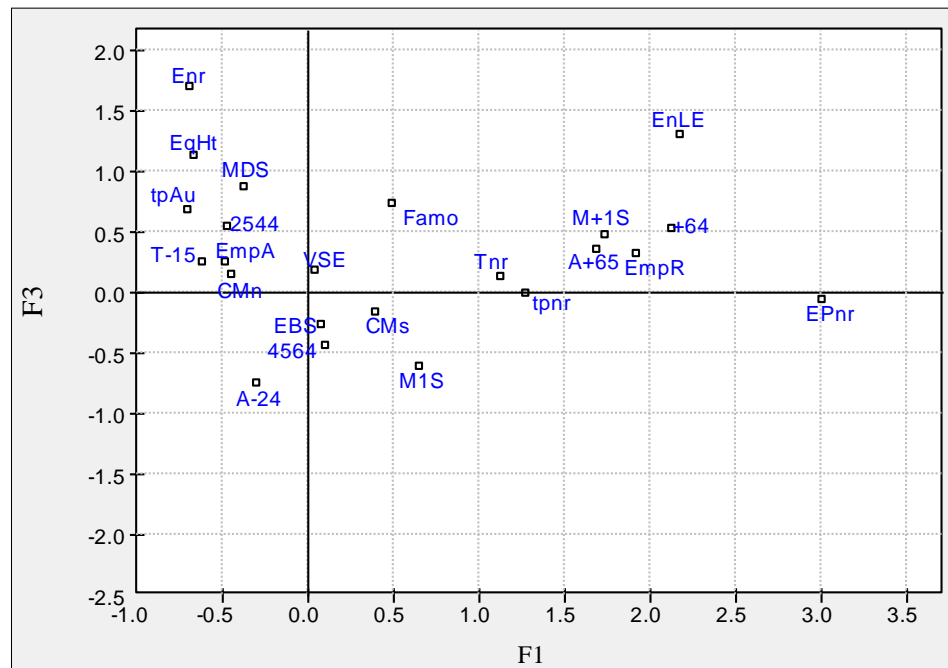


Gráfico 33 – Preferências dos Grupos E e F (AnDad)



## CAPÍTULO 3- ANÁLISE DE CASOS DE REFERÊNCIA

Entendemos que para chegar ao programa para um conjunto de equipamentos e serviços de apoio à comunidade, inserido num parque urbano público no bairro do Casal Novo e, tendo em conta as condicionantes e especificidades inerentes a este tipo de projeto. Seleccionámos alguns casos de referência que considerámos poderem ajudar-nos a desenvolver o projecto, tendo em conta a análise urbana e a caracterização da população e das suas necessidades.

Deste modo, a escolha recaiu sobre referências nacionais ao nível de espaço público e equipamentos em lugares de certo modo com similaridades com o bairro em estudo, tanto a nível socioeconómico como ao nível da sua inserção territorial. Para além disso, privilegiaram-se casos com várias opções de âmbito programático, a sua relação com a envolvente sociocultural em que se inserem, a sua relação e integração na cidade, assim como, os diferentes usos e funções desses espaços.

Nos três casos que serão apresentados neste capítulo – Centro Desportivo do bairro da Boavista, Fórum Luís de Camões e Cozinha Popular da Mouraria – esperávamos encontrar equipamentos distintos com valências dedicadas ao apoio à comunidade. Visitámos os locais e os espaços. Procurámos fazer uma análise descritiva, caracterizando o equipamento, atendendo aos critérios acima descritos, o que se tornou possível com base nas visitas efetuadas, nas fotografias, nas conversas informais com alguns moradores/utilizadores e gestores dos espaços, na pesquisa de informação documental.

### Caso 1

No bairro da Boavista, junto a Alfragide, pertencente à freguesia de Benfica, encontrámos um equipamento desportivo inserido num bairro social constituído, e que proporciona actividades desportivas, tanto ao nível de campos interiores como exteriores, espaço para ginástica e piscina. Mais do que um edifício, trata-se de um projecto completamente integrado na comunidade e na sua envolvente, albergando diversas modalidades desportivas, desde futebol, ténis, râguebi, boxe a

aulas de dança e ginástica. Por vezes durante a semana o seu campo é alugado a grupos tanto do bairro como da envolvente próxima. A piscina está aberta ao público em geral, num ambiente muito descontraído, funcionando lado-a-lado com um grupo recreativo. As escolas do bairro e da envolvente também participam e utilizam os espaços.

Concretamente, o bairro da Boavista fica localizado na Freguesia de Benfica, a nordeste da cidade de Lisboa, tendo como limites adjacentes o Parque Florestal de Monsanto e o estádio de Pina Manique e também a Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL). Sabe-se que os terrenos eram propriedade do 4º Conde de Bonfim José Francisco de Melo Travassos.

O Bairro situa-se a 2.2Km de distância da Junta de Freguesia de Benfica e a 8.8Km da Câmara Municipal de Lisboa.

A origem do bairro remonta a 1938 e a sua edificação destinava-se a alojar populações que habitavam clandestinamente na cidade de Lisboa, pessoas com carências sociais e dificuldades económicas.

Assim e através do Programa de Casas Desmontáveis, foi possível com rapidez construir alojamentos após a destruição de zonas com barracas ao longo da cidade de Lisboa, principalmente devido a obras públicas ligadas à construção do viaduto Duarte Pacheco e da Ponte 25 de Abril (naquela data chamada de “Ponte Salazar”).

Hoje em dia o bairro é constituído maioritariamente por edifícios em altura, habitações multifamiliares. Existem pouco mais de 1500 fogos. Actualmente vivem no bairro da Boavista cerca de 12.000 habitantes.

Com o intuito de promover o bem estar dos seus residentes, a freguesia de Benfica planeou a construção de diversos equipamentos, entre os quais um novo equipamento público de carácter desportivo. O programa proposto para o centro desportivo do bairro da Boavista propicia a sua utilização pela comunidade, sendo também utilizado pela comunidade envolvente. O espaço adjacente a este equipamento, desde o mais próximo ao mais distante, está junto a um grupo recreativo e rodeado de serviços (cafés, restaurantes, supermercados, farmácia, etc.); fica também próximo de equipamentos sociais e religiosos, serviços públicos (esquadra da PSP e delegação da junta de freguesia de Benfica) e da sede da associação de moradores.



### **Alguns dados sobre o Centro Desportivo do Bairro da Boavista**

Portugal – Lisboa – Bairro da Boavista – 2000

Tipologias – Equipamento Público de carácter desportivo

Contexto Urbano e Social:

Área de Influência – Alfragide, Monsanto, Benfica

População – 12.000 residentes (aprox.)

Financiamento – Público

Programa:

Campo polivalente coberto interior e campo de futebol de 11 exterior. Campo de rãguebi exterior, clube de ténis, sala polivalente (aulas de ginástica, artes marciais e dança) e piscina interior aquecida.

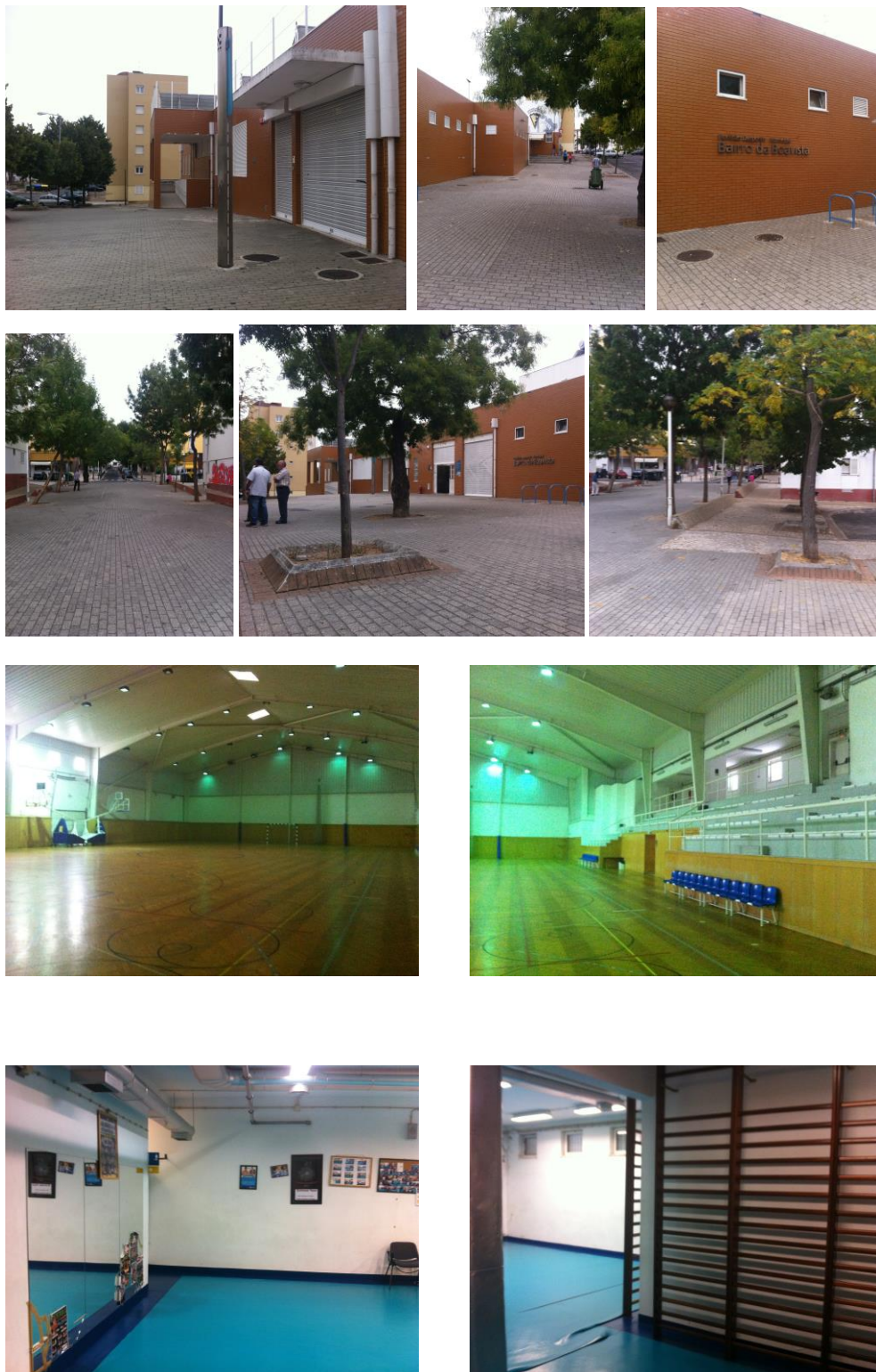
O edifício assenta no piso térreo; é acessível por duas entradas que estão lado-a-lado, porém distintas, a principal para os desportistas e funcionários e a secundária que acede a um piso superior através de escadas (com mecanismo elevatório para pessoas com dificuldades motoras). Este acesso é direto tanto para uma zona de bancada para a assistência de jogos como para atividades desportivas no campo polivalente interior.

Compreende para além do programa acima referido, balneários separados de instalações sanitárias para os utentes que assistem ao desporto.

A grande variedade de usos e funções permite também o contacto entre diferentes gerações e extratos sociais; esta interação é facilitada pela afluência de residentes e não residentes, promovendo assim a coexistência entre eles.

Componente Arquitectónica

Os amplos espaços dos edifícios são permeáveis para uma praça junto à entrada e também para uma zona de campos exteriores, com uma fachada sem grandes vãos e com poucas janelas, para não prejudicar e desconcentrar os praticantes de actividade física individual ou colectiva. Porém os espaços são bem iluminados tanto artificialmente como com luz natural.



Figuras 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 – Espaço público exterior e interior do Centro Desportivo do bairro da Boavista



## **Caso 2**

Na freguesia Brandoa, encontra-se um equipamento de grande escala integrado num parque urbano, o Fórum Luís de Camões, numa vila de grande escala, aberto à comunidade mas também à envolvente, disponibilizando vários serviços (cabeleireiro, escolas de música, cafés, associações de caça e pesca entre outros) e eventos em que o mais conhecido é o Festival de Banda Desenhada, que é organizado anualmente. O parque urbano envolvente é muito usado pelos residentes da vila, existindo vários tipos e peças de mobiliário urbano para actividade física e um extenso parque infantil com diversos espaços e equipamentos.

### **Alguns dados sobre o Fórum Luís de Camões**

Portugal – Lisboa – Brandoa – 2002-2006

Tipologias – Equipamento Público Polivalente

Implantação – 2,22 Km<sup>2</sup>

Contexto Urbano e Social:

Área de Influência – Queluz, Amadora, Odivelas

População – 17.805 habitantes

Densidade – 8.020,3 habitantes/Km<sup>2</sup>

Financiamento – Fundo Social Europeu ao abrigo do PORLVT/PROQUAL

A freguesia da Brandoa fica localizada no concelho da Amadora, a nordeste da cidade de Lisboa. Tem como limites a Amadora, Pontinha e a norte a freguesia de Famões, freguesia onde se localiza parcialmente o bairro em estudo, bairro do Casal Novo.

A Brandoa ocupa uma área de 318,90 hectares, “de relevo bastante acidentado e foi criada em 11 de Setembro de 1979”.

As origens radicam em 1575 na quinta da Brandoa e num emprazamento, sendo aquela quinta propriedade de Jerónimo Vaz Brandão.

Em 2002, foi aprovado o Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL) a que deu origem uma

requalificação sócio urbanística que permitiu a construção do equipamento Fórum Luís de Camões.

Para servir os seus residentes, através de um Fundo Social Europeu ao abrigo do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PORLVT e PROQUAL) foi aprovada a construção do Fórum Luís de Camões entre outros equipamentos e espaço de cariz público.

#### Programa:

O Fórum Luís de Camões abarca diferentes valências, contribuindo, em geral, para a prossecução dos interesses da população do Município da Amadora, e, em particular, da freguesia da Brandoa. As instalações abrigam utilizações distintas, tanto a nível desportivo, educativo, recreativo como cultural, compatíveis com espaços desportivos cobertos. Este equipamento, está integrado num parque urbano, com diversos sítios para estar e praticar desporto ao ar livre e também abrange um espaço recreativo com parque infantil apetrechado com diversos equipamentos.

O edifício assenta no piso térreo, acessível a diversos níveis, através de escadas ou rampas, existindo um corredor ao ar livre rodeado de serviços, assim como, restaurante, cafés, associações, escola de música, dança, etc.

Compreende para além do programa acima referido, balneários separados de instalações sanitárias para os utentes que assistem ao desporto.

A grande variedade de usos e funções oferece o contacto intergeracional e entre diversos estratos sociais pois abrange uma vasta área, não só a freguesia da Brandoa mas também a sua envolvente.

#### Componente Arquitectónica:

Os amplos espaços do edifícios tanto interiores como exteriores são acessíveis para o parque urbano por diversas passagens, cobertas e não cobertas. A entrada principal através de escadas aparece como um elemento escultórico pintado a vermelho e marca a entrada de forma imponente. O edifício é maioritariamente definido no seu exterior por betão à vista contrastando com o verde das árvores circundantes e relva na sua envolvente assim como com o azul do céu.



Figuras 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57 – Espaço público e acessibilidade ao Fórum Luís de Camões





### Caso 3

Na Mouraria, a cozinha popular, é um projecto de uma só pessoa, a Senhora D. Adriana Freire. Trata-se de uma cozinha em *open space*, com diversos fogões, e amplos espaços de trabalho de cozinha, com uma agradável iluminação e um espaço exterior coberto com sofás e mesas para jantares de grupo. Neste momento, a fotógrafa Adriana Freire está em negociações com a Câmara de Lisboa no sentido de se elaborar um novo projecto num edifício próximo que possa comportar um forno comunitário (como existia antigamente nas aldeias) e um restaurante para o bairro. Na realidade este espaço é utilizado e reservado telefonicamente ou por redes sociais não só pelos residentes do bairro da Mouraria mas também por quem queira utilizá-lo.

### Alguns dados sobre a Cozinha Comunitária da Mouraria

Portugal – Lisboa – Mouraria – 2012

Tipologias – Serviço Público de cozinha comunitária

Implantação – 200m<sup>2</sup> (aprox.)

Contexto Urbano e Social:

Área de Influência – Lisboa

População – 544.733

Densidade – 940 km<sup>2</sup>

Financiamento – Investimento privado com participação do programa BIP/ZIP

Não se trata apenas de uma cozinha social onde qualquer residente do bairro pode cozinhar e conviver à mesa com os seus amigos.

A sua fundadora revela durante a conversa que com ela estabelecemos que sempre sonhou em ter “uma cozinha numa casa de campo, rodeada de artistas, que se poderiam sustentar através desse espaço. Que teria um estúdio de fotografia (pois é a sua formação) e que as pessoas enchiam este espaço não só com produtos cultivados nesse campo junto à casa, mas também com música, documentários, livros... Todos trabalhavam e viviam felizes na cozinha e no campo”. O financiamento para que fosse impulsionada essa “utopia” de Adriana Freire, foi através do programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa.



A ideia desse projecto foi a “integração dos imigrantes da Mouraria, explorando os pratos típicos de diversos pontos do mundo e cativar a população da Mouraria a partilhar e conviver à volta da mesa”.

Para o projecto ser sustentável são organizados (através de marcação com o mínimo de 2 horas de antecedência) jantares de grupo e almoços, *workshops* com chefes de cozinha que são pagos pelas pessoas de fora do bairro. As pessoas da Mouraria utilizam o espaço sem custos.

Sendo assim enumeramos alguns dos objectivos que têm vindo a ser cumpridos na cozinha popular da Mouraria: integração e encontro entre diferentes comunidades e gerações; experimentação conjunta através de pratos típicos; melhoria da imagem do bairro; produção de alimentos de qualidade (através de uma pequena horta localizada no exterior; oportunidades de formação através de workshops; combater a solidão e o isolamento dos idosos; cozinha caseira e bem-estar; sustentabilidade e futuramente replicar o conceito noutros bairros.

As pessoas, na cozinha da Mouraria podem cozinhar, sozinhas ou em grupo, levando os seus alimentos e confeccionando-os mas também se assim não quiserem, podem pagar pelos pratos produzidos pelas cozinheiras que trabalham na cozinha popular da Mouraria.

#### Programa:

Cozinha comunitária, horta comunitária e espaços de refeições, tanto no interior como no exterior coberto.

#### Componente Arquitectónica:

O espaço interior é acessível através de uma pequena porta metálica que dá acesso à primeira sala de refeições, junto à cozinha, equipada com diverso equipamento de cozinha e um amplo espaço em *open-space*. As instalações sanitárias ficam à saída para um pátio exterior que tem primeiramente um espaço para fumadores com sofás e uma pequena horta comunitária. No final do espaço exterior está uma sala coberta por uma estrutura em madeira com uma chapa de zinco que protege uma sala bem iluminada cheia de sofás, cadeiras e mesas corridas para jantares de grupo. Todo o espaço está cuidado, decorado e com um sentido bastante familiar, que dá um bem-estar e uma sensação de pertença.

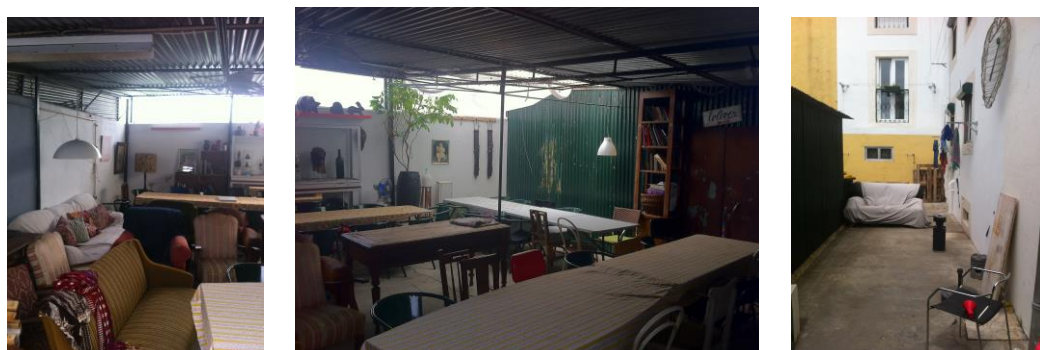


Figura 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67 – Interior e exterior da Cozinha Popular da Mouraria



## CAPÍTULO 4- DESCRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMPONENTE PROJECTUAL

### Objectivos:

Pretende-se com o desenvolvimento do projecto de intervenção no bairro do Casal Novo a elaboração de estratégias arquitectónicas que estabeleçam e criem ligações entre os residentes do bairro e com a sua envolvente próxima.

A intenção de unificar o bairro tem em linha de conta, características sociais económicas, políticas e culturais, vivências e necessidades da população que o habita.

A qualificação do espaço público e a implantação de equipamentos constituem outras intenções em virtude de aprofundar relações comunitárias e intergeracionais. Em relação ao espaço público foi tida em conta uma caracterização e hierarquização das diferentes ruas através de alternância entre materialidade e cor de pavimento, criando espaços de transição entre público e privado e, através da integração de espaços de estar, convívio e actividade providos de mobiliário urbano e equipamentos desportivos de exterior, entre outros.

A descentralização de unidades de equipamentos, teve como alvo a criação de várias centralidades, umas mais ligadas ao cariz cultural e desportivo e, outras a serviços localizados e ainda de carácter religioso.

Neste trabalho final de mestrado focamo-nos numa área em que propomos um polo cultural e desportivo, impulsionado por um centro cívico e comunitário de apoio aos residentes do bairro do Casal Novo.

Um dos desafios e objectivos foi a capacidade de inovação, flexibilidade e diversidade de uso, tanto ao nível de qualificação de recursos humanos e criação de emprego até à combinação de usos distintos como um restaurante e café/bar, em interação com esses espaços de formação. Impulsionado pela interação combinada com o centro cívico e comunitário e, estando lado-a-lado com uma biblioteca de apoio ao bairro que se localiza a menos de um quilómetro da Escola Primária do Casal Novo, o único equipamento existente, que poderá funcionar em contacto permanente com os seus alunos.

Este projecto tem em conta as necessidades do local. Sabemos que não existem espaços para a prática desportiva e, que a escola de Taekwondo, outrora existente, foi deslocalizada do bairro para a vila de Caneças (esta escola já formou muitos campeões da modalidade) e para que voltasse a existir, criámos um espaço polidesportivo que terá condições para a prática desta modalidade e de outras.

No seu exterior terá também um campo polidesportivo funcionando sob a orientação do centro desportivo.

#### Programa:

Baseando-nos no contacto com residentes nas diversas visitas que fizemos ao bairro, o estudo deste através de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE: sensos 2011), os inquéritos por questionário com que amavelmente confrontámos uma amostra de residentes, além de que presencialmente desenhando, fotografando e percorrendo-o, foi possível elaborar um diagnóstico e visualizar um programa, que se encaixasse e que complementasse o bairro do Casal Novo, simulando hipóteses e estabelecendo referências. Procurámos transmitir um conceito e produzir alternativas, chegando a decisões que foram discutidas por diversas vezes com o Orientador Professor Doutor Pedro Rodrigues e a Co-Orientadora Professora Manuela Mendes; deste trabalho final de mestrado, refletindo sobre o impacto que provocaria no bairro.

Propomos uma comunicação do projecto através do desenho, tanto desenho preciso como à mão levantada, também o desenho de computação, complementado pelas novas tecnologias de comunicação (audiovisuais, multimédia e de *rendering*).

O projecto focaliza-se sobre a problemática do desenho do espaço público, em particular, de um polo cívico e cultural, que englobe um centro comunitário, espaço que se pretende que seja um elemento de integração social, pela sua função na criação de serviços comunitários e, na promoção de coesão social. A inclusão deste equipamento no bairro do Casal Novo poderá mediar e facilitar o contacto e interconhecimento entre pessoas e grupos sociais distintos, configurando-se como um espaço de convivência entre várias gerações.

O centro cívico e comunitário de que falamos tem também, como objectivo, contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos residentes, o exercício pleno dos seus direitos de cidadania e apoiar as famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades, impulsionando a sua capacidade de integração e participação social.

A proposta visa a criação de um conjunto de edifícios multifuncionais e diversificados, que correspondam às necessidades dos moradores do bairro, tanto ao nível cultural e cívico, social, desportivo, político e económico, fomentando e impulsionando a sociabilidade, como atrás referimos.

Este polo situa-se na entrada norte do bairro do Casal Novo, sendo ladeado pelas duas ruas principais do bairro, de contacto com a sua envolvente e permeáveis e acessíveis a esta. Estas ruas, Rua do Brasil e Rua do Casal do Abadeço, sendo as mais movimentadas do bairro, é nelas que funcionam os poucos serviços existentes e, onde estão localizados os acessos tanto à Escola Primária como à Igreja (provisória), pertencentes ao bairro.

Este conjunto de edifícios longitudinais é caracterizado pela criação de dois espaços distintos, públicos e acessíveis a todos, que, sendo independentes um do outro, por estarem lado-a-lado oferecem a possibilidade de atravessamento e contacto, realçando o carácter distinto de cada um mas, complementando-se e funcionando como um todo, pela forma e abertura face ao exterior.

São denominados então por “pátio” e “praça”.

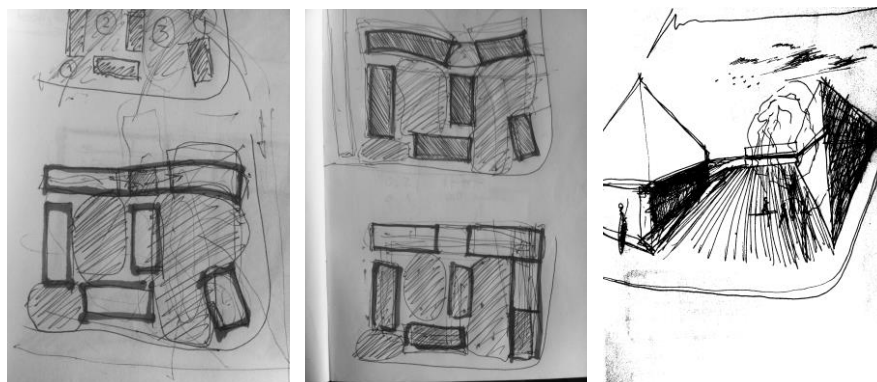


Figura 68, 69 e 70 – Desenhos em “planta” e perspectiva das primeiras ideias

Sendo que o primeiro cria um espaço mais íntimo e rodeado de edifícios e de equipamentos, contendo também serviços. Virado para dentro, para uso de quem o quiser usar, com múltiplos espaços de estar, tanto junto e usando a própria fachada dos edifícios, como as suas margens e limites próximos, protegidos por árvores, num ambiente mais seguro e recolhido, em contacto directo com um “parque verde”.

Este espaço “interior” é hierarquizado por coberturas. O pátio em conjunto com a praça, formam um novo quarteirão, projectado num espaço até então “vazio”.

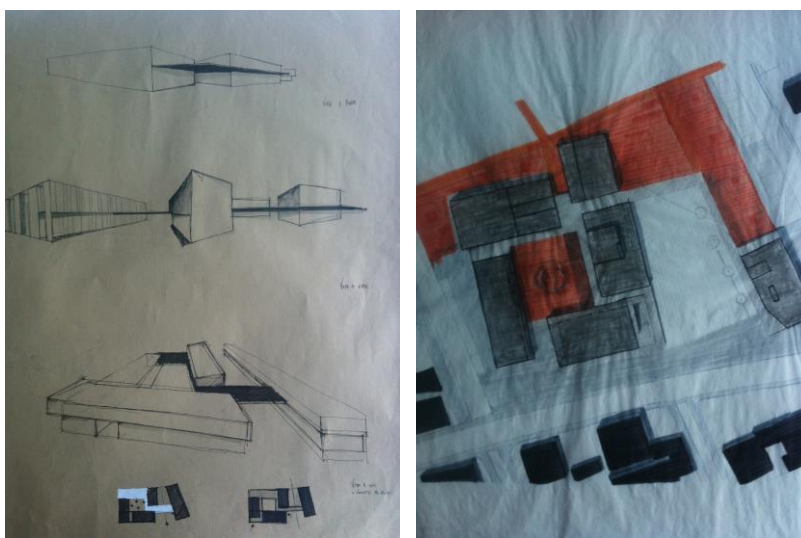


Figura 71 e 72 – Estudo de perspectivas e desenho da relação entre pátio e praça

No bairro do Casal Novo, uma área urbana de génese ilegal (AUGI), construída sem regras e sem licenciamentos, o espaço público foi esquecido, como em capítulos anteriores fizemos questão de explicar. Ao comprarem o lote no prédio rural, os agora moradores, apenas tinham a intenção de construir a sua casa, contendo uma horta nas traseiras, que tivesse diversas divisões para os seus filhos morarem com eles, e que a frente da casa fosse ornamentada, detalhada e, que comportasse um pequeno jardim.

Felizmente não foram compradas algumas áreas de lotes que, ficaram sobrantes e anos mais tarde foram adquiridas pela associação de moradores; espaços não cuidados, expectantes e vastos foram propostos como tendo a intenção de construir espaço público, de todos e para todos; dar qualidade e valias culturais, comunitárias, desportivas, entre outras, que até então eram esquecidas mas desejadas.

A zona do pátio de que falámos é composta e organizada por um conjunto de serviços, um café/bar e restaurante, salas polivalentes de estudo e formação e, por uma biblioteca. Na sua periferia fica localizado também o acesso a um centro polidesportivo e multifuncional, tendo em vista a organização de diversas actividades culturais através da colocação, quando necessária, de cadeiras, formando um auditório, para teatro, música, reuniões e apresentações com o apoio também da associação de moradores e do centro cívico e comunitário, que sendo virado para o exterior, será orientado pela máxima de informar, motivar e animar os residentes. Agrupado a este, está o café/bar e restaurante que poderá, por exemplo, servir também como uma sala de *workshops* de cozinha, compreendendo diversos pratos típicos das diferentes regiões de origem dos moradores, centro, norte e sul de Portugal.

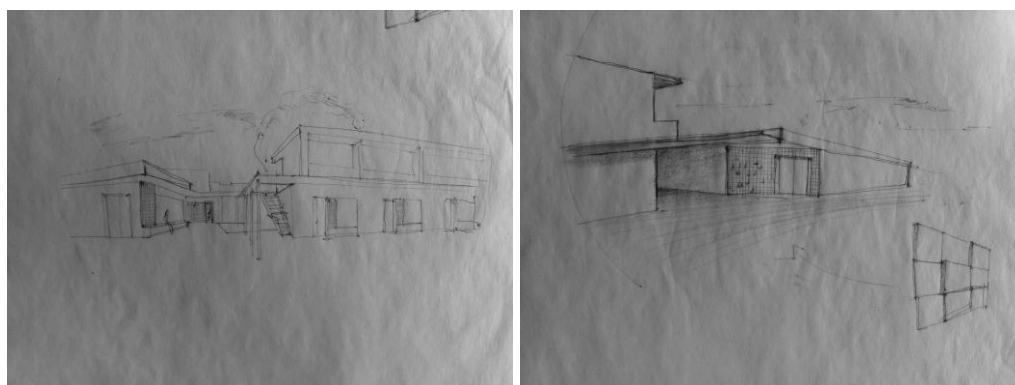


Figura 73 e 74 – Perspectivas da entrada no pátio e acesso ao Restaurante, comunicando com a praça

Estes espaços, são orientados para a Praça com vista ao “acolhimento” e participação de todos. No piso superior dos edifícios estão desenhados escritórios para o edifício de serviços junto à Rua do Brasil, ou até mesmo, estúdios de habitação para jovens que se fixem ou que se queiram manter no bairro; no piso superior do centro cívico e comunitário, estão as salas da administração deste. No piso superior da biblioteca existe uma sala de leitura em *mezzanine*, sala de administração e iluminação zenital indirecta.



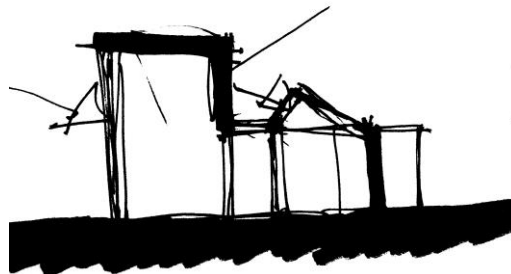


Figura 75 – Estudo de luz zenital na biblioteca

A praça, virada e aberta à rua, é o espaço público por excelência, gerando um forte espaço urbano, destinado a ser vivido diariamente pelos moradores. Um ponto de encontro e contemplação, marcado pontualmente pelos acessos aos equipamentos tanto do centro cívico e comunitário como do café/bar e restaurante e também, do centro multidesportivo e polivalente.

Tendo um pavimento diferente da calçada junto à rua, a praça define-se por um desenho de losangos que, como no Terreiro do Paço em Lisboa, apresenta ilusórios corredores visuais que direccionam os utilizadores aos acessos dos equipamentos de uma forma mais directa e, também às passagens para o pátio e para o parque urbano, que se localizam entre os edifícios.

A meio da praça, no seu limite, entre o centro cívico e comunitário e o centro desportivo polivalente e cultural, existe um pequeno parque infantil, também visível através das janelas do restaurante para que tanto as crianças como os seus pais possam ver e ser vistos.



Figura 76 – Estudo do interior dos equipamentos e serviços,  
percursos no parque e áreas recreativas

A praça poderá servir como um local para os eventos do bairro, exposições e concertos ao ar-livre, peças de teatro, folclore, entre outras actividades esporádicas.

O cariz deste espaço de praça é realçado pelo seu atravessamento e permeabilidade com os limites do edificado. Todos os edifícios são percorriáveis pelos seus limites exteriores, estando esse percurso protegido por uma pala apoiada em pilares esguios e com um pavimento de transição entre a calçada da rua e o pavimento da praça e, com o pavimento do pátio, mais permeável, de gravilha de cor castanha e cinzenta.

Consideramos que o desenho de pavimento não é em si menos importante que o próprio espaço, o pavimento evoca caminhos, tem qualidades, tanto de conforto como estética, pode se bem aplicado ser durável ou até mesmo se dum espaço recreativo se tratar, que seja de fácil manutenção ou até mesmo substituição. É importante também que seja permeável, à água das chuvas e resistente ao clima. A sua cor e rigidez também não são de menos importância, podem, se forem escuros, aquecer um espaço público, ou se muito claros ou reflectantes, encandear os seus utilizadores. É necessário cuidado perante a escolha do material e do desenho do pavimento.

Sabemos ser característico da Área Metropolitana de Lisboa o pavimento em calçada, de tom claro e um pouco brilhante e, como também o é assim no

bairro do Casal Novo, queremos que os passeios sejam deste mesmo material e entrem para o pátio e praça, através dos percursos cobertos pela pala. Na praça entendemos que o desenho do pavimento terá de ser distinto, num desenho de marcação de losangos e que, o material seja da mesma cor e em liós com acabamento bujardado a pico fino, permeável e com as marcações exteriores dos losangos num tom um pouco mais escuro anunciando os corredores.

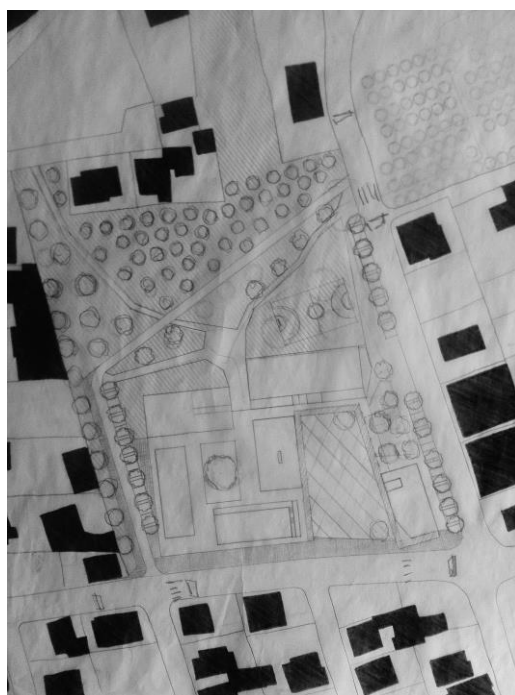


Figura 77 – Estudo de coberturas e pavimentos

É importante que sejam considerados todos, seja pela sua mobilidade ou deficiência física, seja pela sua idade, de crianças a idosos. Um pavimento tem que responder às necessidades e às dificuldades de uso de todos (Gehl 2006:149). "A extraordinária comodidade das calçadas é um trunfo importante também para as crianças" (Gehl 2006:93).

Sabemos que "a circulação pedonal é muito sensível ao pavimento e às condições de superfície", condições adversas ou falta de manutenção e cuidados com o pavimento, pode influenciar negativamente o seu uso (Gehl 2006:149).

Além deste aspecto, não menos importante, é o facto de os pavimentos poderem ser "elementos de unificação do lugar, do espaço neles aplicado e inserido. Os pavimentos estão em contacto directo com a edificação e o

mobiliário urbano e é importante que funcionem em unísono” (Jacobs 2000:434).

O desenho do mobiliário urbano (que acrescente qualidade ao espaço público) é também importantíssimo e não de relevância menor do que os elementos enunciados nos capítulos anteriores. Como elementos físicos que protejam do sol, como pavimentos, ou elementos que permitam o contacto visual e permeabilidade entre espaços interiores e espaços exteriores (como por exemplo vãos integrados por vidros a que chamamos vulgarmente de janelas). Mobiliário urbano que permita sentar, ficar e parar por um instante (enquanto observamos ou vemos) terá de ter qualidade, não só de material mas que seja ergonómico e cómodo, os “bancos que oferecem uma boa vista das actividades circundantes usam-se mais do que os bancos com pouca ou nenhuma visibilidade para as outras pessoas. (...) Os bancos com vistas para os caminhos pedonais de transição são os que mais se usam, em vez dos bancos apenas orientados para as zonas com vegetação” (Gehl 2006:35).

A simples forma de contacto, de ver, ouvir e, estar perto de outras pessoas “é ao que parece mais gratificante e é mais solicitada que a maioria das outras atrações que são oferecidas nos espaços públicos das cidades e nos bairros residenciais” (Gehl 2006:36).

Consideramos ser também importante ter em conta a componente funcional no mobiliário urbano, mesmo quando estamos de pé, quando paramos junto a um semáforo, “a olhar ou a admirar algo”, apesar destas paragens serem breves, devemos ter em conta também lugares para tal, junto às fachadas, marcando e limitando acessibilidades de carros e estacionamento, entre outros, entendemos que a existência de “boas oportunidades” de sentar, oferece ao espaço lugares para assistir às actividades e, assim quem está sentado a presenciar, também pertence e integra a actividade, “comer, ler, dormir, fazer ponto, jogar xadrez, apanhar sol, ver as outras pessoas, conversar, também integram estas actividades possíveis utilizando o mobiliário urbano (Gehl 2006:169).

Nessas actividades, o estar, é vital “para a qualidade dos espaços públicos de uma cidade ou zona residencial, que a disponibilidade ou a falta de boas oportunidades para sentar deve considerar-se um factor de suma importância ao avaliar a qualidade da envolvente pública de uma determinada zona” (Gehl 2006:169).

Para o bairro em estudo, bairro do Casal Novo, também entendemos fundamental a colocação e integração de mobiliário urbano nos novos espaços públicos que desenhamos e que, consideramos boa ideia para melhoria da vida urbana do lugar.

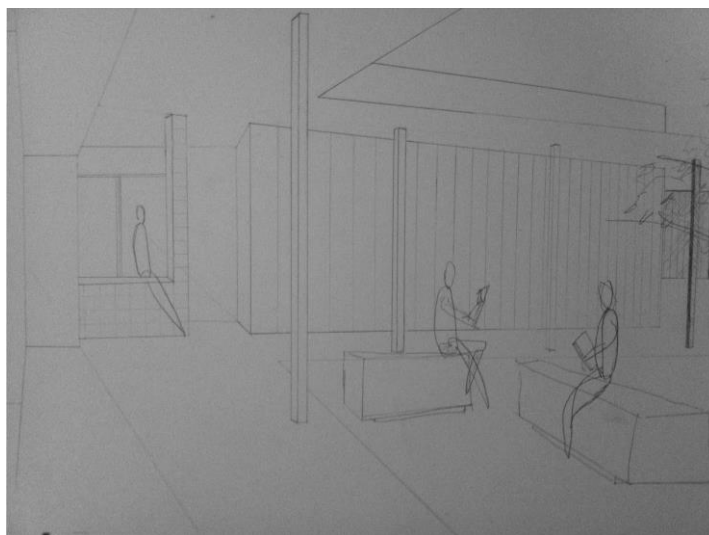


Figura 78 – Estudo do pátio e mobiliário urbano  
junto à entrada da Biblioteca

Percebemos que as exigências das pessoas se reforçam “porque o acto de sentar é consideravelmente mais exigente” que outras ações mais “casuais e transitórias de parar e estar de pé. As actividades que fazemos sentados geralmente só têm lugar quando as condições externas são favoráveis, e os lugares para sentar se escolhem com muito mais cuidado que os lugares para estar de pé.” (Gehl 2006:169)

Os arquitectos e urbanistas e paisagistas, geralmente consideram mais “interessantes” “os bancos colocados no meio dos espaços abertos”, mas entendemos que são claramente mais atractivos e têm muito mais uso os que estão inseridos em espaços “mais protegidos” e em lugares onde podemos observar a envolvente ativa e a actividade. (Gehl 2006:169)

O lugar onde queremos integrar mobiliário urbano tem que ser analisado minuciosamente, tendo em atenção as suas qualidades funcionais e espaciais. Quando existem diversas possibilidades para sentar, geralmente prefere-se o assento que seja mais confortável e melhor situado. A exigência geral é que se deveria oferecer uma quantidade de assentos principais e situá-los nos

espaços cuidadosamente escolhidos e estrategicamente corretos (Gehl 2006:173).

Também consideramos ser importante que o mobiliário urbano seja de fácil manutenção, seja flexível para diversos tipos de uso, o desenho do mobiliário urbano “é limitado no espaço e também na sua concepção”, tais “objectos” pretendem-se (geralmente) de duração curta”, “substituíveis” e que provoquem o menor possível estrago no lugar (Brandão 2006:13).

Iremos no decorrer deste capítulo enunciar estratégias que ofereçam qualidade espacial em resposta ao clima e à exposição solar em espaços públicos mais propriamente.

A colocação de espécies arbóreas, pode funcionar perfeitamente, para oferecer uma qualidade desejável e necessária para actividades “estacionais e oportunidade de estar ocultos entre sol e sombra, ao tempo que temos uma boa vista do espaço” (Gehl 2006:165). A escolha de tipos arbóreos, sejam de folha caduca ou perene também é importante. Se for um lugar frio no inverno, será melhor colocar árvores de folha caduca para que no inverno deixem passar a luz e o calor do sol para aquecer os espaços, enquanto que no verão terão folhas para a proteção solar e evitar o sobreaquecimento dos espaços.

Podemos utilizar também elementos construídos, estruturais ou não, nos nossos edifícios ou espaço público exterior, as “colunas, os toldos e os sombreamentos junto às fachadas do espaços urbanos oferecem umas possibilidades igualmente atrativas para que as pessoas que ficam e observam sem ser vistas” tenham também proteção do sol (Gehl 2000:165). Daí a colocação da pala que funciona não só para sombreamento e proteção da fachada mas, também, para marcação de um possível percurso com um conforto aquando de alterações climáticas e oferecendo também o conforto de um pavimento em calçada.

O desenho introduzindo árvores, acrescenta qualidade ao espaço público e de transição para espaço privado, qualidades estas que vão desde a proteção já enunciada do sol e proporcionando sombra. Queremos assim que quando está calor e conversamos com alguém que não queremos que esteja em contra luz, para recebermos os seus estímulos através das expressões faciais e que o espaço público funcione como um elemento compositivo e integrante com caminhos mais íntimos, estreitos e humanizados. As árvores também funcionam (geralmente) esteticamente bem para os espaços, tornam os

espaços mais alegres, pela sua cor mas também pela filtração que fazem da luz solar através de suas folhas.

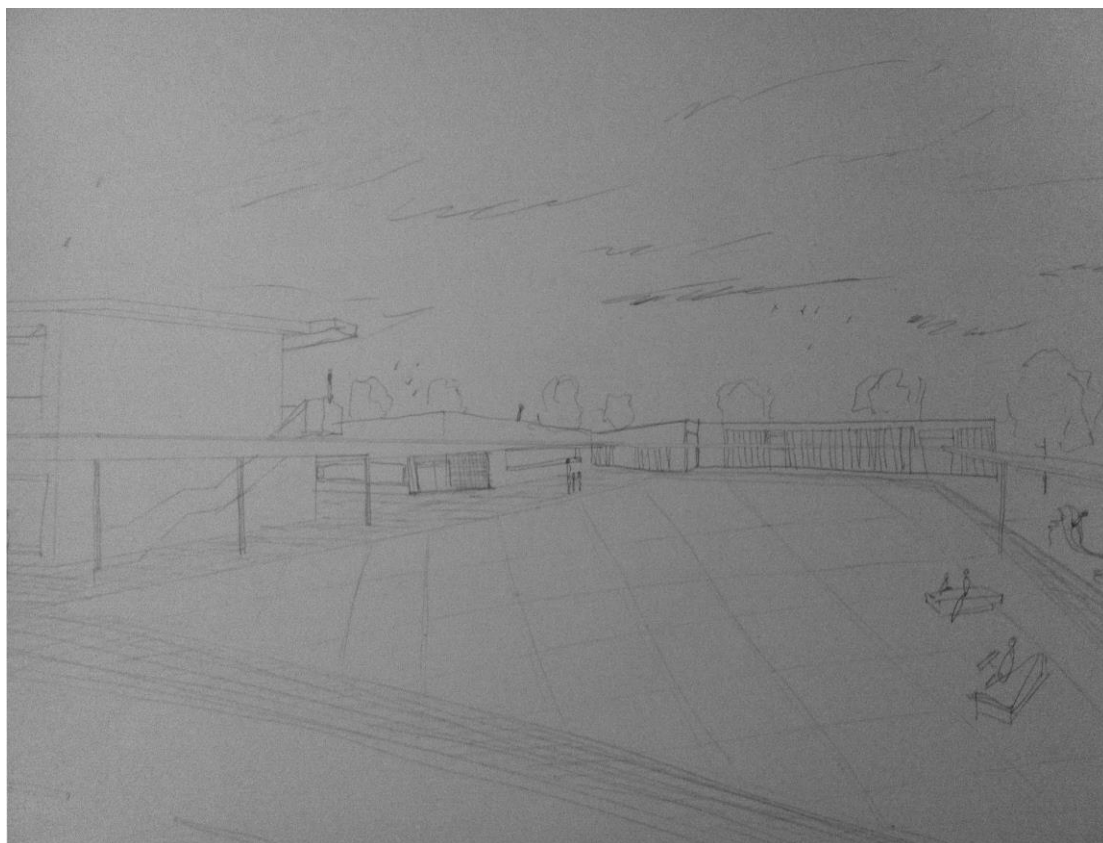


Figura 79 – Espécies arbóreas do parque visíveis por cima dos equipamentos tentando motivar e que seja um elemento apelativo à “ida ao parque”.

Com a colocação de espécies arbóreas também temos que ter em conta a sua manutenção, a sua rega, e o pavimento que a envolve, que seja o mais permeável possível para absorver tanto a água da rega como a das chuvas, levando-a às suas raízes.

Os elementos lumínicos também são fundamentais, tal como o mobiliário urbano, tipo de pavimento ou outros elementos físicos.

Uma questão de luz, para que os espaços de encontro, os espaços públicos permitam aos seus utilizadores, ver e ser visto, trocar estímulos, ver as expressões faciais dos outros e o espaço físico, o pavimento, o mobiliário urbano e o espaço do edificado. Que eles sejam visíveis, acessíveis, percorráveis e atravessáveis.

Uma luz adequada oferece possibilidades de ver os objectos que há para ver. “Na medida em que os espaços públicos devem funcionar também em períodos de escuridão, é iluminação é fundamental.

Entendemos esses elementos de iluminação, também eles integradores do espaço público, e que sejam a ele relacionados, que funcionem e estejam em uníssono com os outros elementos compositivos do lugar. Que sejam parte da e composição do lugar, tal como o mobiliário urbano, porque mesmo eles, podem ser usados como sendo mobiliário urbano, quando as pessoas param e se encostam a eles, para observar os outros ou manter um contacto com outras pessoas por breves momentos.

A sua manutenção deverá ser fácil e é necessário ter cuidados pois, (geralmente) eles são abastecidos de eletricidade e têm que estar protegidos de todos, das crianças fundamentalmente. Estes elementos são de duração não tão limitada quanto o mobiliário urbano, são colocados para serem duráveis mas substituíveis se assim for necessário.

Como já foi referido, é fundamental para a vida urbana que os espaços tenham luz, a partir do pôr do sol, seja ela de origem elétrica, solar ou abastecida a outros tipos de energia limpa. A sua sustentabilidade e custo deve ser analisada e pensada tendo em conta um futuro melhor.

Em retrospectiva a proposta aqui apresentada, visa a criação de novos espaços distintos dos que já existem na área, podendo estes servir e propor novas alternativas a uma população que, estudos recentes demonstram ser consideravelmente jovem, impedindo assim o seu êxodo, como muitas vezes acontece na idade adulta, propondo-lhes pelo contrário, espaços que proporcionem não apenas os serviços recorrentes, como locais mais seguros e agradáveis de estar e conviver.





### **Considerações Finais**

Percebemos, ao longo deste Trabalho Final de Mestrado, que o crescimento rápido ao nível da demografia e da habitação das cidades gerou grandes desequilíbrios, resultando em desfechos radicais e negativos nas sua vida. O acelerado êxodo rural para as grandes cidades, originou uma evidente desordem e a consequente falta de resposta por parte dos organismos públicos para uma tão grande afluência. Este problema foi respondido por privados, ou seja, proprietários de prédios rurais que começaram por parcelar os seus patrimónios e a vendê-los em lotes, ilegalmente e sem licenciamentos. As pessoas que tinham interesse em construir a baixo custo e erguer a casa dos seus sonhos com as suas próprias mãos, trazendo para a cidade as suas tradições e hábitos, almejavam ser proprietários da sua habitação. O resultado foi uma crescente segmentação e divisão da metrópole entre cidade formal e cidade informal. Nestes territórios, o espaço público foi esquecido, uma vez que os residentes apenas necessitavam da sua casa e, só mais tarde, através de leis de reconversão das AUGI's foi possível licenciar, criar e organizar estas frágeis áreas urbanas de génese ilegal.

Procurou-se com este Trabalho Final de Mestrado, clarificar e tornar visível a problemática da ausência do espaço público nas AUGI's. Consequentemente, procurou-se apresentar e discutir possíveis “boas” práticas na sua (re)integração e que passasse pela sua qualificação por via do espaço público. Entendemos que o espaço público, enquanto elemento fundador e dinamizador de integração social e de convivência intergeracional, nomeadamente nestes territórios, como é o caso do bairro do Casal Novo. Consideramos ainda que é de fundamental relevância incorporar a “voz do colectivo” no projecto sobre o uso do espaço público. Na proposta apresentada demos especial relevo às pessoas ao auscultar a opinião de alguns residentes através do recurso da técnica do inquérito por questionário realizado junto dos residentes, para além das conversas informais que mantivemos com residentes e com Engenheiros da Câmara Municipal de Odivelas, que nos apresentaram o bairro presencialmente e, nos indicaram diversas áreas onde poderíamos qualificar e criar espaço público.

O nosso objectivo passou por oferecer através dos equipamentos e espaços públicos uma multiplicidade de escolhas de uso e ao nível dos modos de estar com os outros de uma forma cómoda e agradável. Esta proposta procura fixar as pessoas nas AUGI's, dando condições para que criem empatia e apego às suas zonas residenciais. Na concepção do espaço, tivemos em conta que o seu desenho deve incidir sobre uma escala humanizada, na medida em que são as pessoas as principais utilizadoras do espaço público e, é para elas que fazemos arquitectura, que planeamos e projetamos espaços.

Foi importante, além das visitas constantes ao bairro do Casal Novo, visitar três espaços que considerámos serem referências tanto ao nível de espaço público construído, como em termos de equipamentos de grande escala. Na relação de um parque urbano com a cidade e com equipamentos, distinguimos o Centro Desportivo do bairro da Boavista e o Fórum Luís de Camões da freguesia da Brandoa como sendo bons exemplos de equipamentos de cariz público e, também por estarem inseridos em territórios com algumas similaridades face ao bairro do Casal Novo. Foi também relevante para nós e, não menos importante, a visita que fizemos à Cozinha Popular da Mouraria, e que, consideramos ser também uma referência-chave para o nosso trabalho, devido à sua capacidade de dinamizar a partilha e convívio entre pessoas com diversas referências e origens (sociais, culturais, geográficas, etárias, etc.).

Ao passar à proposta de intervenção, foram utilizados conceitos abordados na fase de desenvolvimento, assim como a informação empírica sobre o bairro e sua população e alguns elementos de inspiração patentes nos casos de referência. Optou-se por um projecto de vários edifícios com diversos equipamentos distintos, funcionando em uníssono, em contacto directo e relação constante, concretamente, um centro cívico e comunitário, um edifício de serviços e escritórios ou estúdios para jovens, um edifício comportando salas de estudo e salas para *workshops* ou formações, uma biblioteca, um café/bar/restaurante e um centro desportivo e cultural polivalente. Estes edifícios comunicam entre si abrigando um pátio mais privado e também uma praça mais virada e aberta ao bairro. Com a subdivisão dos edifícios com programas diferentes, pretende-se uma abordagem mais modesta, possivelmente uma construção faseada, adaptada à sociedade portuguesa e que, não constitua um processo de imposição de conceitos, mas um processo

de trocas, que potencie as relações e urbanidade e sociabilidade, em vez de as forçar. Assim, para concluir, o que se propõe é uma perspectiva conjunta, em que se olhe para as potencialidades das áreas urbanas de génese ilegal e para as necessidades dos seus residentes, como um exemplo potenciador de sociabilidade e de convivência entre todos os cidadãos.

No início deste Trabalho Final de Mestrado consideramos a seguinte questão orientadora: de que modo poderá o desenho do espaço público e a inclusão de equipamentos promover a sociabilidade e a integração social numa AUGI?

Como resposta a esta questão delineámos a seguinte hipótese: é com a concepção de espaço público, visando promover o acesso por parte da população e fomentar o contacto, a vivência e a interação, que é possível fortalecer o sentimento de comunidade e de bairro, não fechado em si, mas aberto à sua envolvente.

Deste modo analisámos o bairro, identificámos os problemas e as suas carências, através dum estudo aprofundado sobre a sua origem, desenvolvimento e situação actual. Usámos várias fontes de informação, nomeadamente os dados dos Censos de 2011, analisando de uma forma comparativa o bairro e as freguesias a que pertence e, também ao seu município, Odivelas. Foi ainda realizado um inquérito por questionário, aos residentes do bairro; tendo sido possível averiguar as suas necessidades e os seus desejos e foi neste contexto que elaborámos a proposta projectual.

Esta proposta teve como “ponto de partida” a seguinte ideia estruturante: no bairro do Casal Novo, evidencia-se a ausência (quase total) de espaço público, tanto exterior como interior e compete-nos analisá-lo e (re)desenhá-lo para atribuir essa urbanidade em falta. A questão de partida foi alvo de resposta e a hipótese foi corroborada com base nos resultados obtidos e com base também na proposta que foi elaborada e que procura criar e qualificar o espaço público exterior e também interior, através de um polo cívico, comunitário, cultural e desportivo que, fomente urbanidade e sociabilidade, contribuindo para a integração social e convivência entre todos, tanto residentes como da envolvente próxima.



## Referências Bibliográficas

### Livros:

- BARRETO, António et al - A Situação Social em Portugal, 1960 – 1995; Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni – *A cidade entre desenhos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- CARNEIRO, Hélia Augusta Bracons – *Processo de realojamento e apropriação do espaço num bairro multiétnico*. Lisboa: ISSSL, 2003
- COELHO, A. Baptista (Coord.) – *Humanização e vitalização do espaço público*. Lisboa: LNEC, 2005.
- GEHL, Jan – *La Humanización del espacio urbano*. Barcelona: Editorial Reverté, 2006.
- GEHL, Jan & GEMZOE, Lars – *Novos Espaços Urbanos*. Barcelona: GG Editora, 2002.
- JACOBS, Jane – *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. Barcelona: Martins Fontes, São Paulo, 2000.
- KOSTOF, Spiro – *The City Shaped: Urban Patterns and meaning through history* – Ed. Thames and Hudson, Lda. London, 1991
- MENEZES, Marluci – *Modalidades de Uso/Apropriação e o Planeamento dos Espaços Públicos Urbanos – Contributos para a análise e intervenção*. Lisboa: LNEC, 2007.

### **Artigos e Publicações:**

- CASTRO, Alexandra – *Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade*. In: Cidades - Comunidades e Territórios, n.º5. ISCTE-IUL, 2002. Pp. 53-67

- FERREIRA, V. Matias; CASTRO, Alexandra; SEIXAS, João; SILVA, Isabel Pato e; LOPES, Elisabete – *Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa*. In: Cidades - Comunidades e Territórios, n.º5. ISCTE-IUL, 2002. Pp. 81-97

- FERREIRA, A. Fonseca et al.; – Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”: Estudo Sociológico da Habitação clandestina na área metropolitana de Lisboa – Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL, 1985

- GUERRA, Isabel et al.; Apropriação do alojamento e modos de vida: “clandestinos” e “legais” “in APS (ed.) III Congresso de Sociologia, Práticas e Processos da Mudança Social – Lisboa, APS, 1996

- MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria – *A Revitalização Urbana*. In: Cidades - Comunidades e Territórios, n.º12/13. ISCTE-IUL, 2006. Pp. 15-34

- PINTO, Teresa Costa – *Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat*, in Sociedade e Território, 25/56, pp. 32-44, 1998

- Raposo, Isabel – Reconversão de territórios de génese ilegal na Grande área metropolitana de Lisboa (GAML), in Lúcia Bogus et al. (orgs.), Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil. S. Paulo, Educ., 2010

- SANTOS, Ana Isabel – Construção Urbana de Origem Ilegal – Capital Social e Percepção de Problemas – O Caso de Casal de Cambra; Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2008, Tese de Mestrado.

## **ANEXO 1 – Modelo do Inquérito por questionário**



## **ANEXO 2 – Desenhos Arquitectónicos da componente projectual**

## INQUÉRITO AOS RESIDENTES NO BAIRRO CASAL NOVO

### DADOS PESSOAIS

1. Idade: \_\_\_\_

2. Sexo: Feminino\_\_ Masculino\_\_

3. Nacionalidade: Portuguesa \_\_ Estrangeira\_\_ De que país?\_\_\_\_\_

4. Onde nasceu (indique a sua cidade natal) ? \_\_\_\_\_

5. Estado Civil: Solteiro\_\_ União de Facto\_\_ Casado\_\_ Separado\_\_ Divorciado\_\_ Viúvo\_\_

6. Em que Freguesia reside? Caneças \_\_ Famões \_\_ Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

7. Qual é o número do seu agregado familiar? \_\_ Idades? \_\_ / \_\_ / \_\_ / \_\_ / \_\_ / \_\_

8. Indique o nível de escolaridade mais elevado que completou. (Assinale com um x)

Nenhum \_\_ Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola \_\_ Pré-escolar \_\_

Ensino Básico – 1º ciclo (antiga 4ª classe) \_\_ Ensino Básico - 2º ciclo (antigo 6º ano) \_\_

Ensino Básico – 3º ciclo (antigo 9ºano) \_\_ Secundário (antigo 12º ano) \_\_ Curso médio/profissional \_\_ Bacharelato \_\_

Licenciatura \_\_ Mestrado \_\_ Doutoramento \_\_ Outro (especifique) \_\_

9. Tem filhos? Sim\_\_ Não\_\_ 9.1. Quantos filhos tem? \_\_\_\_\_

9.2. Se respondeu sim à pergunta anterior, indique o nº de filhos que vivem consigo: \_\_\_\_\_

10. Qual a sua condição perante a actividade económica? (Assinale com um x)

Activo com profissão \_\_ Desempregado (há quanto tempo?) \_\_\_\_ À procura do 1º emprego (há quanto tempo?) \_\_\_\_

Doméstica \_\_ Reformado \_\_ Inválido/ doença permanente \_\_ Estudante \_\_

# I REDESENHAR E REQUALIFICAR O LUGAR – O BAIRRO NA CIDADE

**11. Qual a sua profissão?** (No caso de estar desempregado ou reformado indique a última profissão – descreva com detalhe)

---

**12. Neste momento, está a viver ou residir num alojamento que é:** (Assinale com um x)

- ☐ Arrendado no mercado privado formal
- ☐ Arrendado no mercado informal (bairro clandestino ou de barracas)
- ☐ Público (arrendamento social, que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)
- ☐ Subarrendado (partes da casa; quartos)
- ☐ Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado formal
- ☐ Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado informal/clandestino
- ☐ Casa de amigos (não paga renda)
- ☐ Outra situação (especificar) \_\_\_\_\_

**13. Trabalha/estuda no bairro onde reside?** (Assinale com um x)

Sim ☐ Não ☐ Se não, onde? \_\_\_\_\_

**14. Quanto tempo demora, em média, a chegar ao seu local de trabalho ou estudo?**

Até 15 minutos ☐ 16-30 minutos ☐ 31-60 minutos ☐ 61-90 minutos ☐ >91 minutos ☐

**15. Qual o principal meio de transporte que utiliza na sua deslocação casa-trabalho ou casa-local de estudo?**

A pé ☐ Automóvel ligeiro ☐ Autocarro ☐ Transportes colectivos ☐ Metropolitano ☐ Comboio ☐  
Motociclo ☐ Bicicleta ☐ Barco ☐ Outro? Qual? \_\_\_\_\_

(indique o transporte que utiliza para percorrer maior parte da distância)

**16. Em que actividades participa no seu bairro?** (Assinale com um x; pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Voluntariado (solidariedade social)
- ☐ Actividades Desportivas
- ☐ Escutismo
- ☐ Actividades Religiosas
- ☐ Actividades culturais
- ☐ Outra (s). Qual (ais)? \_\_\_\_\_
- ☐ Nenhuma

**17. Faz parte de alguma associação ou grupo sediado no bairro?** (Assinale com um x) Sim ☐ Não ☐

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

**18. Quais são os seus principais interesses?**

Religião ☐ Desporto ☐ Ver televisão ☐ Ler ☐ Música ☐ Agricultura ☐ Dança ☐ Teatro ☐ Cinema ☐  
Outro? Qual? \_\_\_\_\_

## 19. O que precisa (indique os 5 mais relevantes)

Centro de dia \_\_\_\_  
Área Desportiva \_\_\_\_  
Centro de Saúde \_\_\_\_  
Mercado \_\_\_\_  
Mercado \_\_\_\_  
Igreja / Centro Paroquial \_\_\_\_  
Centro Comunitário / Cívico \_\_\_\_  
Teatro \_\_\_\_  
Cinema \_\_\_\_  
Jardim de Infância \_\_\_\_  
Posto Médico \_\_\_\_  
Correio \_\_\_\_  
Hortas Comunitárias \_\_\_\_  
Biblioteca \_\_\_\_  
Farmácia \_\_\_\_  
Outro? Qual? \_\_\_\_\_

## 20. O que deseja no bairro?

\_\_\_\_\_

## 21. Que tipo de valências gostaria que tivesse o Centro Cívico (selecione as 5 que considera mais importantes).

Biblioteca \_\_\_\_  
Salas de estudo \_\_\_\_  
Bar/Café \_\_\_\_  
Mercado \_\_\_\_  
Auditório \_\_\_\_  
Salas Multiusos \_\_\_\_  
Salas de Convívio \_\_\_\_  
Ginásio \_\_\_\_  
Salas de Informática \_\_\_\_  
Parque Infantil \_\_\_\_  
Salas de Actividades (Folclore, Dança, Yoga, etc.) \_\_\_\_  
Cantina \_\_\_\_  
Piscina \_\_\_\_  
Outras? Quais? \_\_\_\_\_

## 22. Sente necessidade de Áreas Verdes, largos e praças no bairro?

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_



## REDESENHAR E REQUALIFICAR O LUGAR – O BAIRRO NA CIDADE

### 23. Tem Horta?

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_ Gostava de ter? \_\_\_\_

### 24. Durante o fim de semana permanece no bairro?

Sim \_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_

Não \_\_\_\_ Porquê? \_\_\_\_\_

### 25. Actualmente pertence a alguma religião, se sim, qual? (Se não, passe a próxima pergunta)

Católica \_\_\_\_

Judaica \_\_\_\_

Islâmica \_\_\_\_

Protestante \_\_\_\_

Evangelista \_\_\_\_

Hindu \_\_\_\_

Outra Cristã? Qual? \_\_\_\_\_

Outra não Cristã? Qual? \_\_\_\_\_

### 26. Considera necessário a construção de uma capela mortuária (associada à igreja) ?

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

### 27. Sem contar com ocasiões especiais (como Casamentos e funerais) com que frequência é que participa em serviços religiosos?

todos os dias \_\_\_\_

mais de uma vez por semana \_\_\_\_

uma vez por semana \_\_\_\_

pelo menos uma vez por mês \_\_\_\_

apenas em dias santos \_\_\_\_

nunca \_\_\_\_

**MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.**



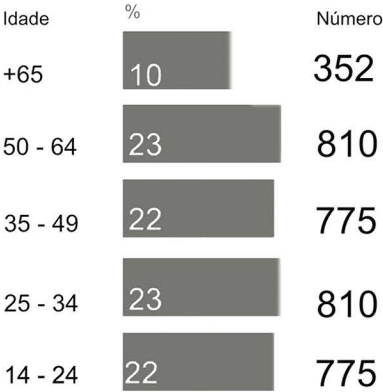
Localização da área de intervenção



Caracterização da área de intervenção



Caracterização da população

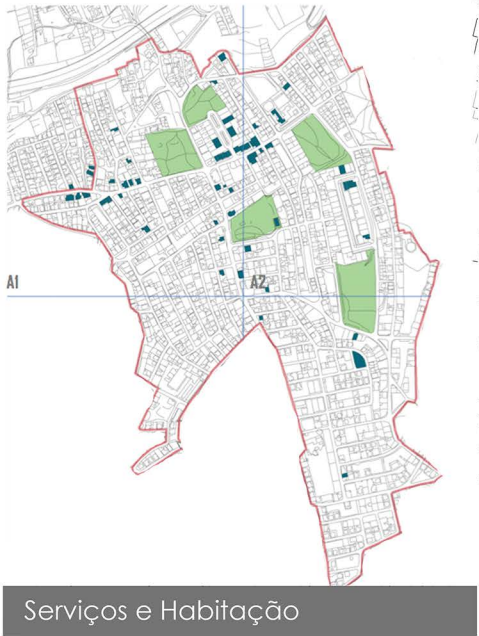




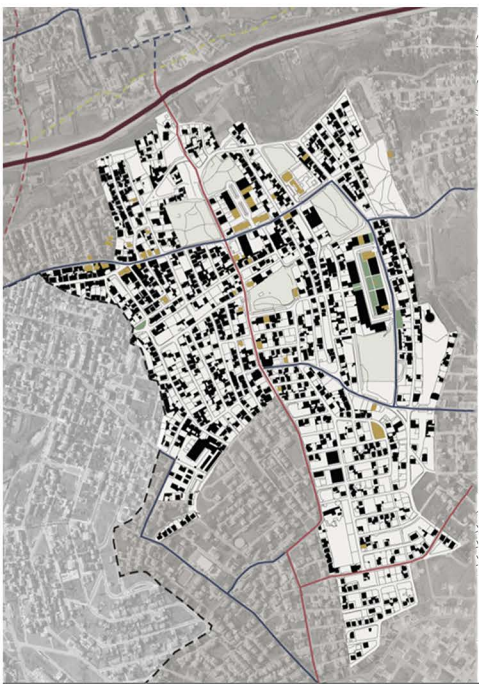
POLO CÍVICO E COMUNITÁRIO  
NO BAIRRO DO CASAL NOVO



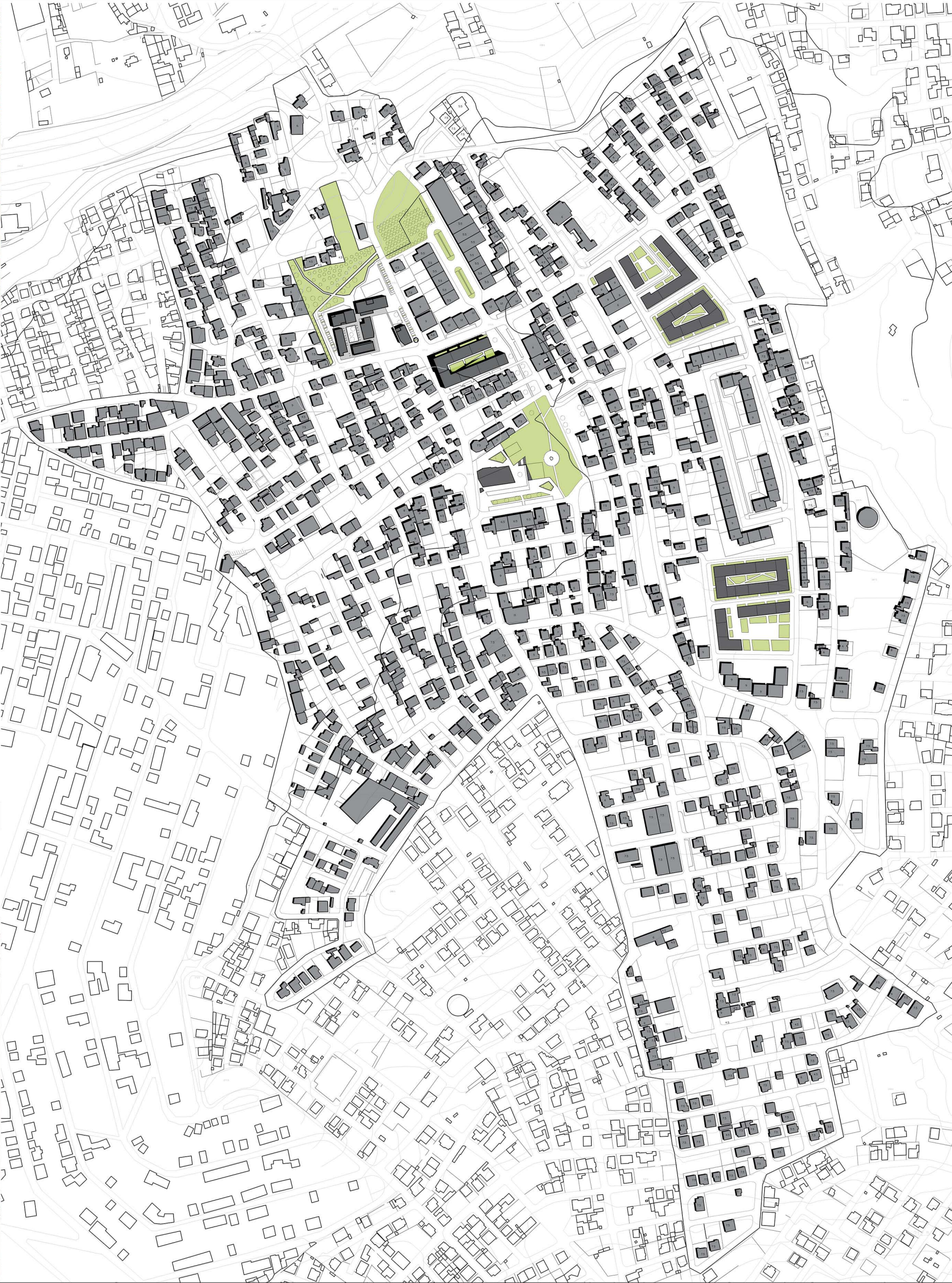
Limites e Áreas de Intervenção



Serviços e Habitação



Elementos de Destaque

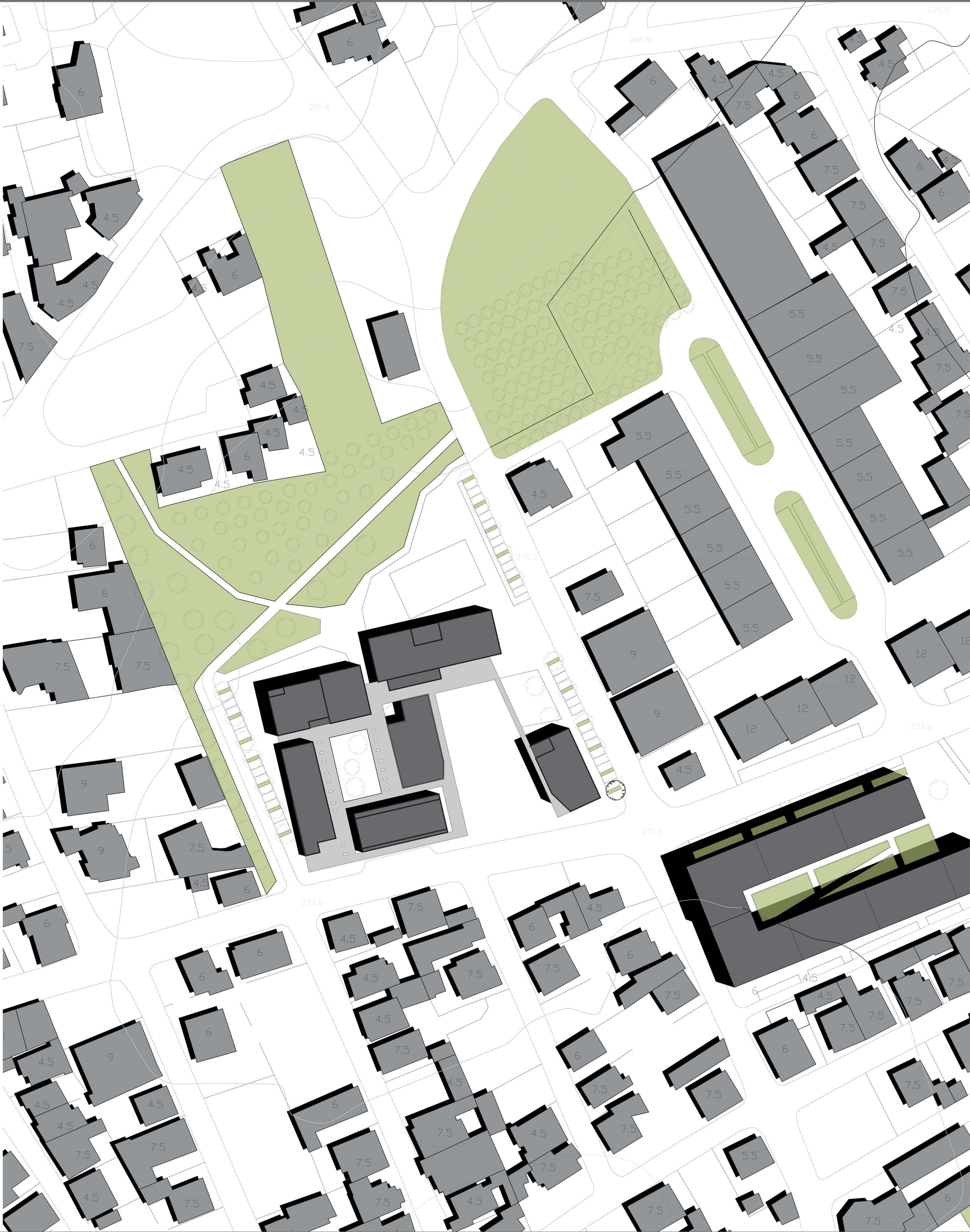


Planta de Localização - Esc. 1:2500





POLO CÍVICO E COMUNITÁRIO  
NO BAIRRO DO CASAL NOVO



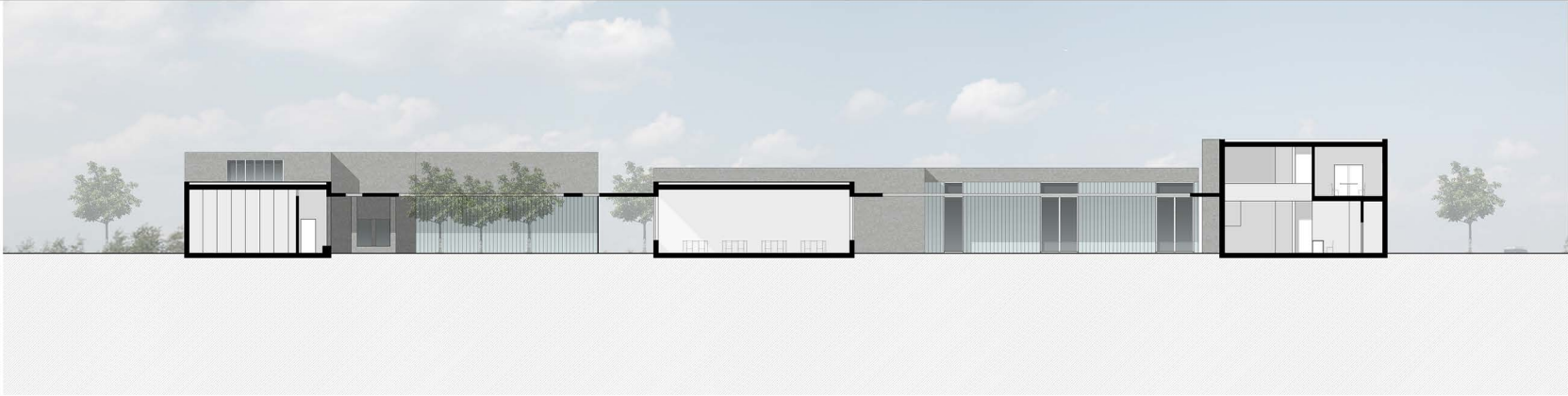
Planta geral da Proposta Urbana - Escala 1:500



POLO CÍVICO E COMUNITÁRIO  
NO BAIRRO DO CASAL NOVO



Planta do Piso 0 - Escala 1:250



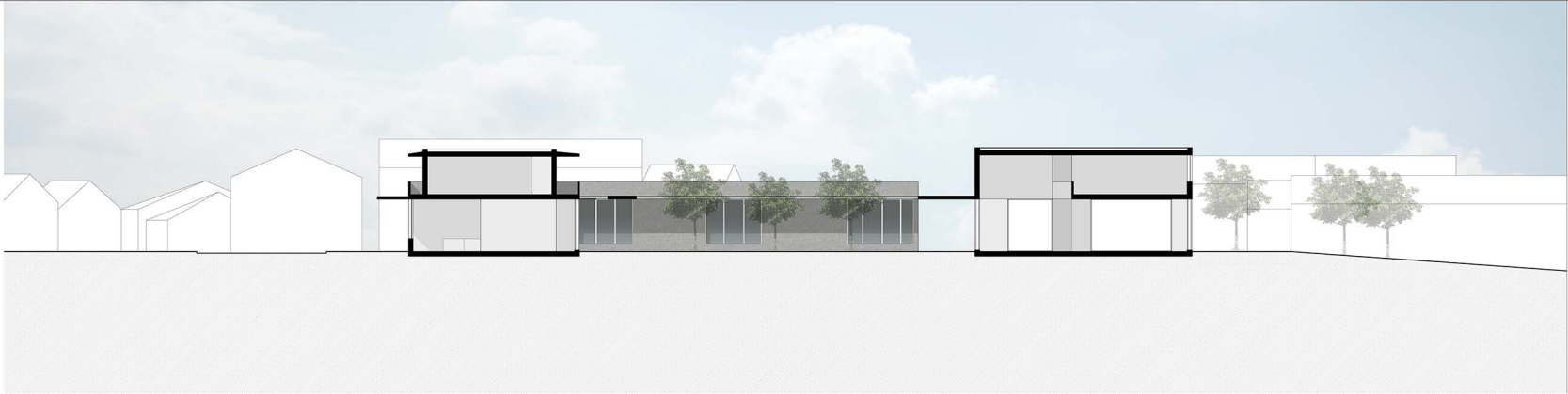
Corte AA' - Escala 1:250



POLO CÍVICO E COMUNITÁRIO  
NO BAIRRO DO CASAL NOVO



Planta do Piso I - Escala 1:250



Corte BB' - Escala 1:250



POLO CÍVICO E COMUNITÁRIO  
NO BAIRRO DO CASAL NOVO



Planta de Cobertura - Escala 1:250



Corte CC' - Escala 1:250

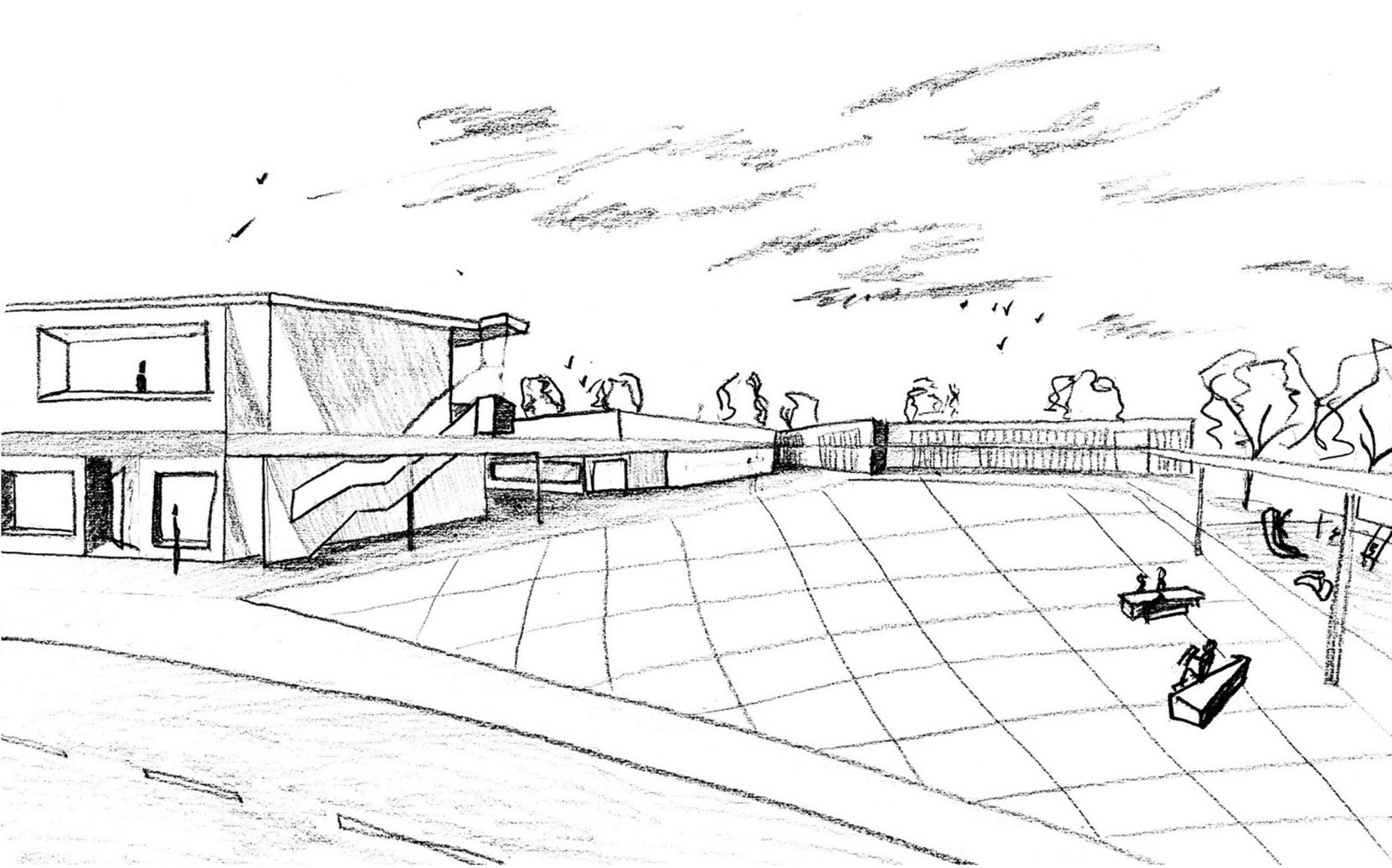




Alçado Sul - Escala 1:250



Alçado Poente - Escala 1:250



Perspectiva - Praça

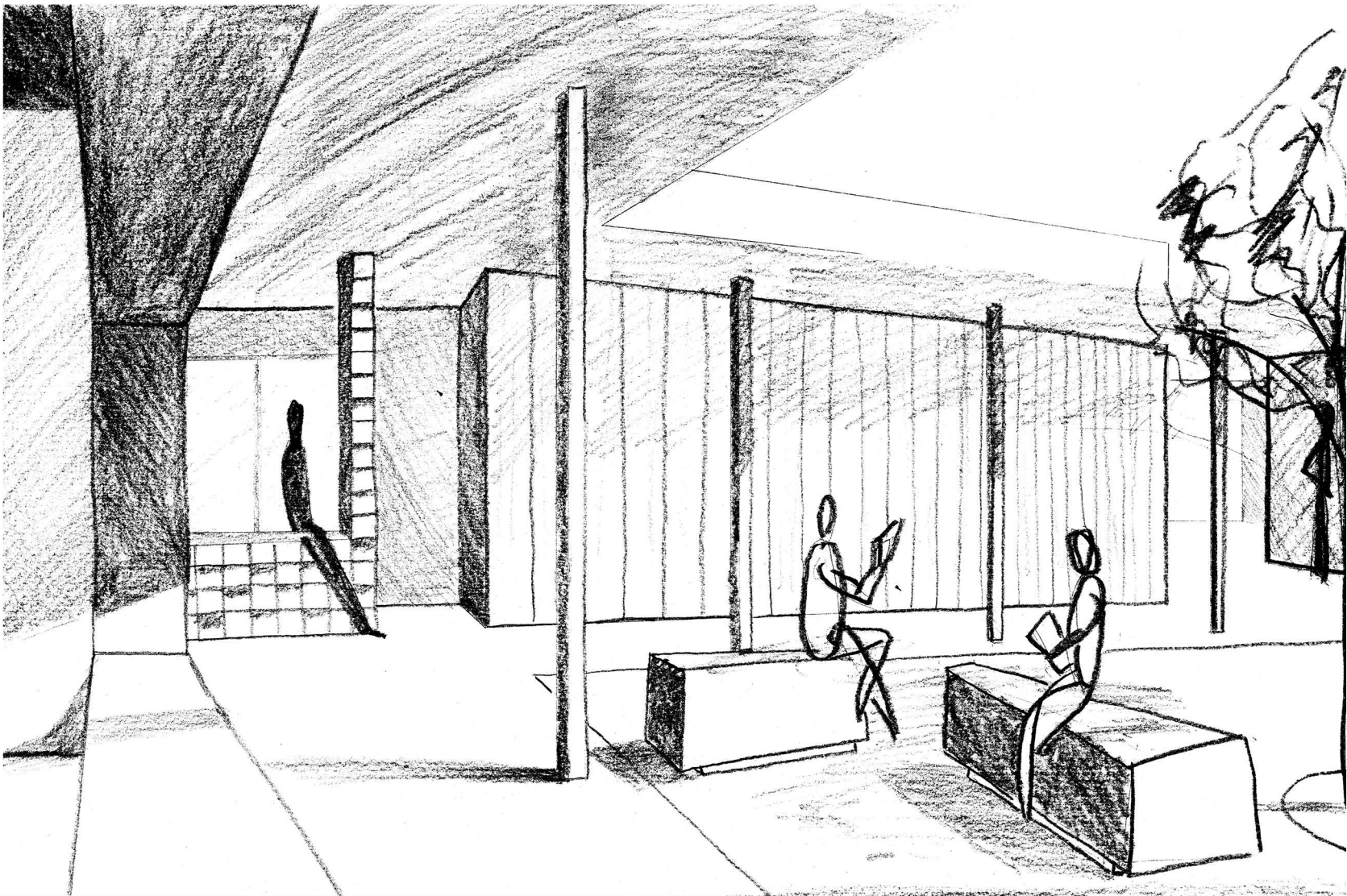




Alçado Norte - Escala 1:250



Alçado Nascente - Escala 1:250

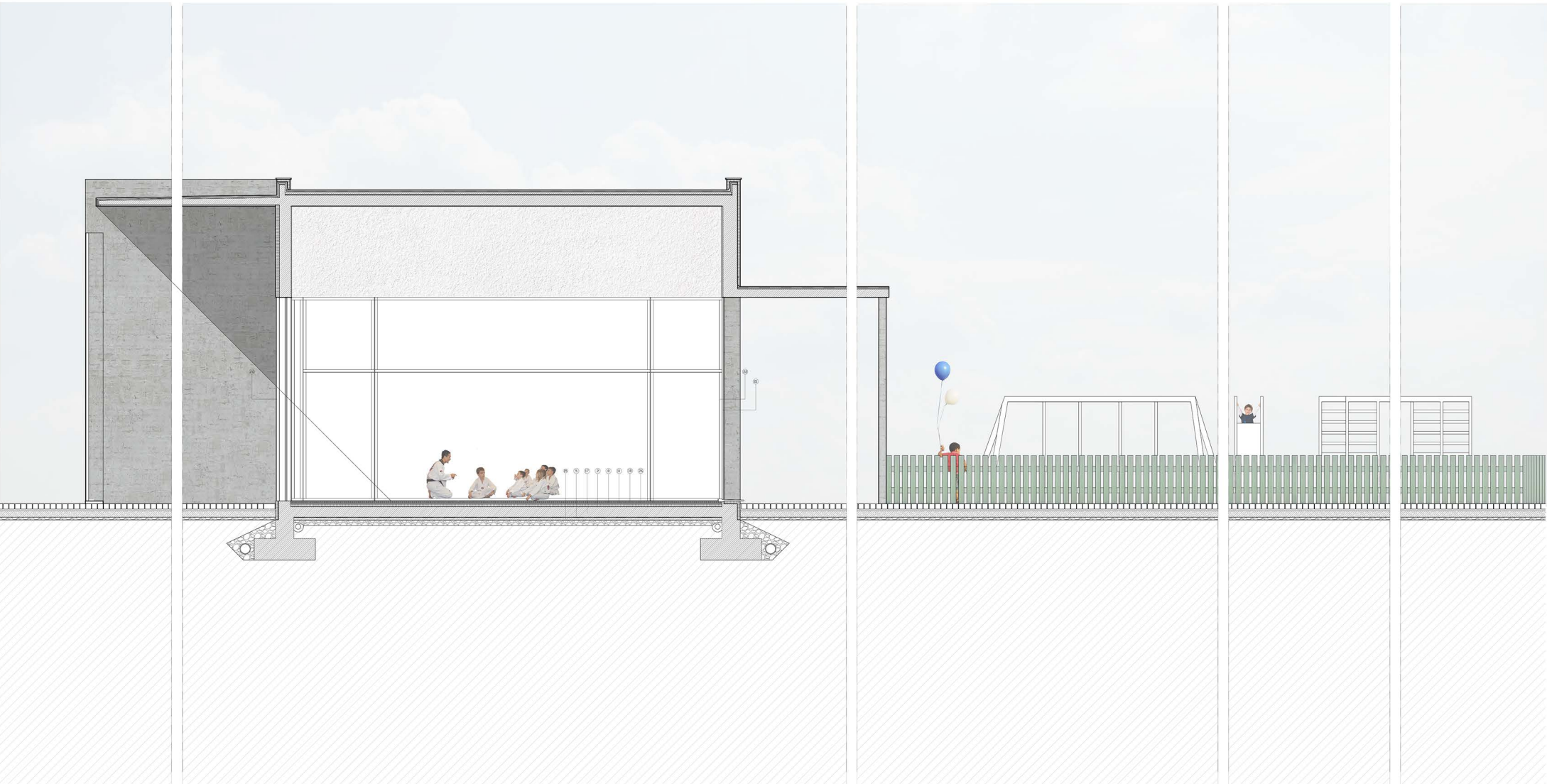


Perspectiva - Pátio





Pormenor Centro Comunitário - Escala 1:50



Pormenor Centro Desportivo - Escala 1:50





Render - Vista Sudeste



Render - Vista Noroeste



Render - Vista Sudoeste





Render interior - Edifício Polivalente

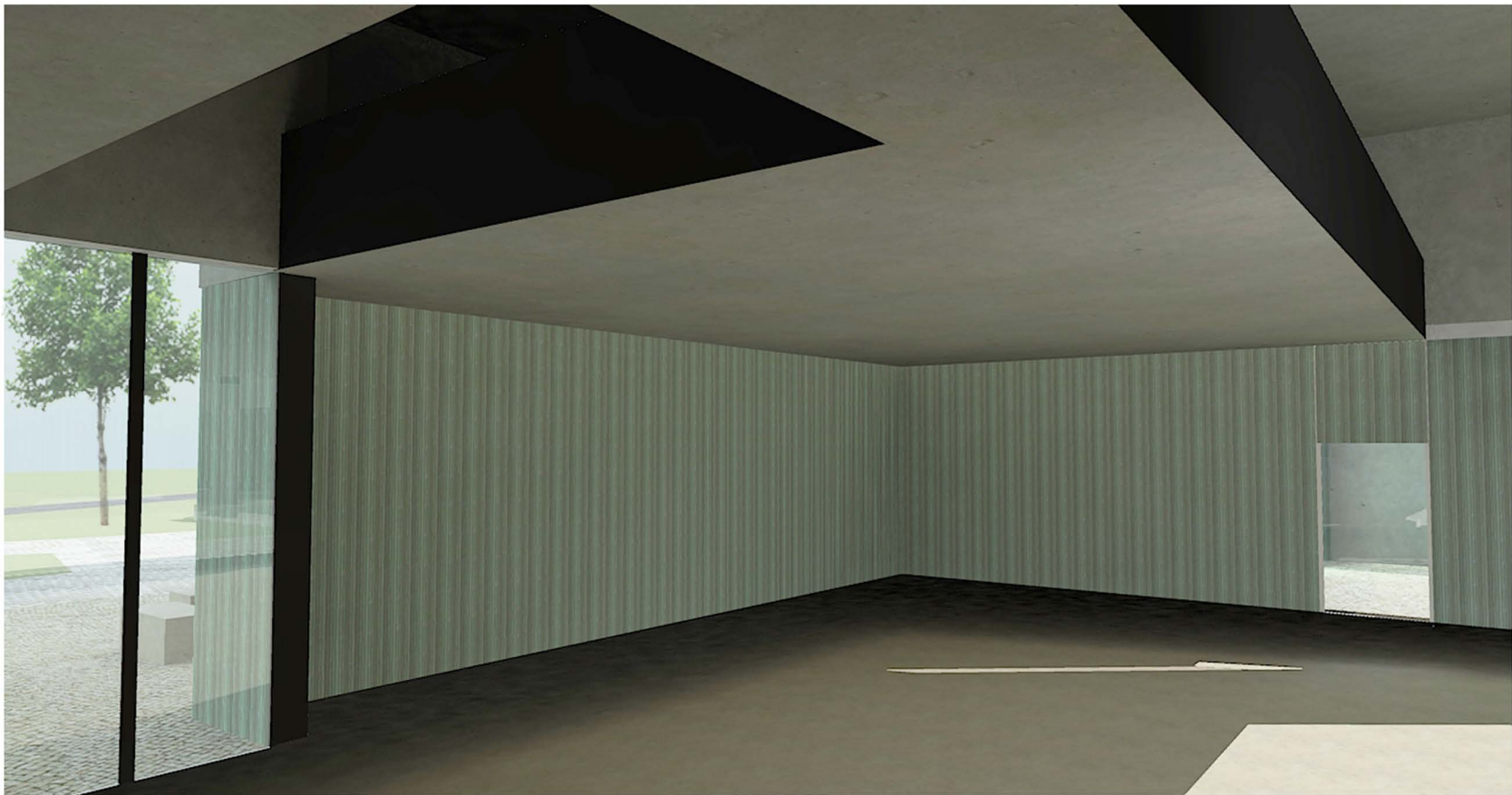


Render Interior - Edifício Desportivo





Render exterior - Praça



Render interior - Biblioteca



Render Interior - Restaurante